

**ECO  
NO  
MIAS**

**SWISS  
WEIR  
SUB**



**ECO  
NO  
MIAS  
SUB  
VER  
SI  
VAS**

Imotirô  
2017

org.: **Adriano Belisário**

## **Concepção do encontro e livro 'Economias Subversivas'**

Bruno Vianna (Nuvem)

## **Organização do livro**

Adriano Belisário

## **Editoração**

I-motirô

## **Projeto gráfico**

Tiago Gonçalves

## **Ilustração da capa**

José Miguel Casanova

---

E19

Economias subversivas / Adriano Belisário (organizador) –

Rio de Janeiro: I-Motirô, 2017.

200 p.: il.; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-66125-04-7

1. Economia. 2. Política. 3. Relações econômicas – América Latina.

4. Solidariedade. 5. Sistema financeiro. 6. Comunidades locais. 7.

Autonomia I. Título. II. Belisário, Adriano.

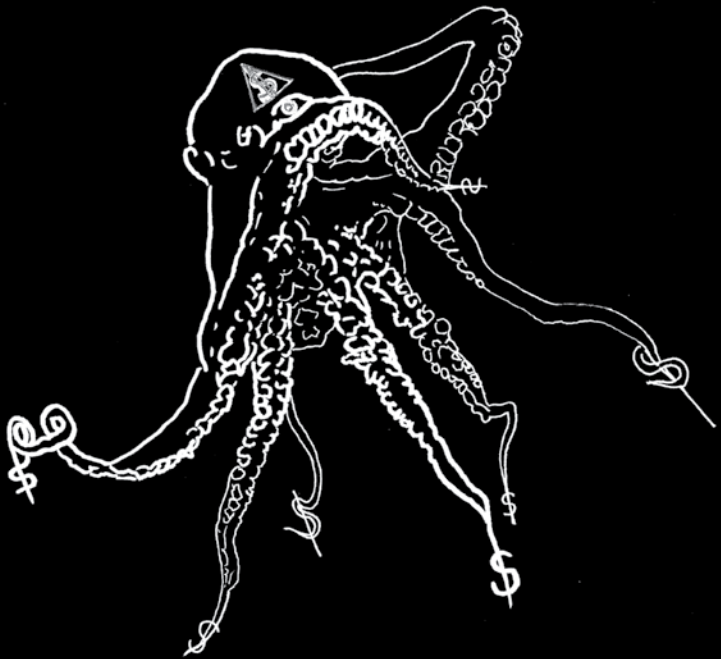
CDD 330.9

---

## **Licença**

Qualquer pessoa é livre para copiar, distribuir, adaptar, transformar e modificar esta publicação, desde que se reconheça adequadamente as autorias em questão e se utilize desta licença ou outras de igual teor, como a Creative Commons BY-SA. Encorajamos especialmente a apropriação do livro para finalidades comerciais para apoiar cooperativas, movimentos sociais, grupos comunitários ou processos de transformações locais.

ESSE LIVRO FOI VIABILIZADO PELA DOAÇÃO DA FUNDAÇÃO FORD À NUVEM EM 2016, NO CONTEXTO DA COORDENADORIA DE AÇÕES LOCAIS.



**06 DO TRABALHO GRÁTIS ÀS  
ECONOMIAS SUBVERSIVAS**

*Adriano Belisário*

**12 PROPRIEDADE COLETIVA,  
POSSE PARTILHADA**

*Ivan Kurtz*

**36 ESPECULAÇÕES N'A QUINTA RENDA**

*Pedro Victor Brandão*

**44 FINANCIANDO LA RENTA BÁSICA:  
FINANZAS Y EL CONTRA-MOVIMIENTO**

*Julio Linares*

**64 CRÍTICA AO CUNHO REVOLUCIONÁRIO CRIADO  
PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

*Sidélia Luíza de Paula Silva*

**72 COMMONCOIN**

*Emanuel Braga (Tradução: Bruno Vianna)*

**78 BANCO DOS IRREAIS**

*José Miguel Casanova*

**86 NOTAS SOBRE UM MEMORIAL.  
DIÁRIO DO BANCO DOS IRREAIS**

*Jandir Jr.*

**90 ECONOMIAS DE COMUNS PRIVILÉGIOS**

*Laura Burocco*

**110** **ESBOZOS PARA SOSTENER UNA VIDA COMÚN: UNA  
MIRADA A LA ECONOMÍA DESDE LA AUTONOMÍA**  
*Grupo de Reflexión para la Autonomía (GRA) de Catalunya*

**132** **ECONOMIA SOLIDÁRIA E  
EMPREENDEDORISMO SOCIAL**  
*Ricardo Rohm & Carine Morrot de Oliveira*

**150** **OCUPA-AÇÃO OU CASA PARA DESOCUPADOS**  
*Jeferson Andrade*

**156** **SEMILLA DE PENSAMIENTO CÍTRICO**  
*Rosa Apablaza, María José Trucco & Elina Rodríguez*

**164** **SUBIMOS POR LA MISMA ESCALERA**  
*Laura Ige*

**168** **HACKEAR COSTURAS**  
*Nilda Rosemberg*

**170** **EL DINERO ES UN SISTEMA DE CREENCIAS,  
¿PERO DE QUÉ TIPO?**  
*Cecilia Musicco*

**176** **HACIA UN DESPLAZAMIENTO DE PARADIGMA**  
*Azza Zein*

**188** **CULTIVAR REDES, CRIAR ESPAÇOS E  
COLETIVIZAR SOLUÇÕES**  
*Bruno Negrão*

[Prólogo]

# DO TRABALHO GRÁTIS ÀS ECONOMIAS SUBVERSIVAS

*Adriano Belisário<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **Adriano Belisário** é jornalista e pesquisador de tecnologias abertas. Organizou os livros 'Copyfight - Pirataria & Cultura Livre' e 'Tecnomagia'. É membro do Instituto Imotirô (imotiro.org) e da cooperativa Coolab (coolab.org).

A extrema dependência do dinheiro e das trocas mercadológicas para a sobrevivência básica produziu uma sociedade doente. A desigualdade socioeconômica e todas suas trágicas consequências são a face mais visível desta realidade, especialmente no Sul global. Hoje, a crença no Estado ou no mercado como capazes de solucionar este imenso problema parece insuficiente, uma vez que as instituições governamentais estão sequestradas e o poder econômico é extremamente concentrado nas mãos de uma minoria.

Corporações são mais poderosas que países inteiros. Com o poder crescente das empresas, inexistiu sequer a promessa de representatividade das nações ditas democráticas. Resta apenas o poder dos proprietários e acionistas. O próprio processo de digitalização das comunicações contribuiu por instaurar um ciberespaço privado em territórios internacionais, que se conformam tão somente às regras, políticas e possibilidades ofertadas de acordo com o interesse comercial de uma tecnolite global, majoritariamente norte-americana e europeia.

É evidente que as tecnologias digitais criaram novas configurações na economia. Mas de modo geral ainda damos os primeiros passos na concretização das potencialidades cooperativistas advindas ou facilitadas pela adoção massiva destas ferramentas. Salvo raras exceções, os ditos novos modelos de negócios digitais são idênticos ou mais pervasivos ainda, quando comparado às antigas práticas capitalistas de exploração do trabalho, extração de mais-valia, etc. Vivemos a era do trabalho grátis. Coti-

dianamente, mesmo no “tempo livre”, produzimos dados e informações que são capturadas e decodificadas, a fim de gerar valor para grandes empresas de tecnologia, sustentadas em uma série de práticas questionáveis. Tais práticas vão do uso de mão de obra escrava na extração de matérias primas à exploração extrema do trabalho ao longo de toda cadeia produtiva, passando pelo grave problema ambiental do lixo eletrônico e a exploração dos dados comerciais dos dados dos usuários. Isto para citar apenas alguns exemplos. Do mesmo modo, ainda que sob um manto de discurso “disruptivo”, boa parte das startups segue sem questionar esta mesma lógica empresarial, seja por falta de conhecimento ou interesse em outras abordagens.

Sim, há alternativas a isto - e neste livro pretendemos trazer à tona algumas delas, ainda que sendo um recorte parcial e inconclusivo sobre o assunto. Porém, antes de propriamente introduzir esta publicação, voltemos ao problema da desigualdade. Além de ter seu poder limitado por interesses privados e cada vez mais potentes das corporações globais, a própria lógica interna de funcionamento do Estado se mostra incapaz de alterar as estruturas da desigualdade na sociedade. Entre outras estratégias, isto ocorre pela influência direta da elite econômica no Estado, por meio de compra de parlamentares, lobby na formulação de políticas públicas ou mais diretamente, com megaexecutivos ocupando diretamente os cargos públicos considerados cruciais. Não por acaso, entre tais cargos, invariavelmente, estão os que lidam com as diretrizes econômicas do país e tudo que ela envolve: desde a própria produção da moeda e da geração de crédito ao estímulo à produção, política tributária e isenções fiscais, passando por incentivo ao crédito, políticas de apoio à economia solidária (ou ausência de), etc. Mesmo iniciativas louváveis de distribuição de renda ou estímulo à práticas econômicas alternativas encontram dificuldades para se efetivarem como política de Estado perene.

Diante desta situação, soa cada vez mais absurdo o mantra da busca pelo crescimento econômico - medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) - como solução para o problema da desigualdade, por sua vez criado por esta mesma lógica perversa. Se esta situação foi forjada e é mantida a partir da interdependência entre mercado e Estado, alimentada por financiamentos e benefícios mútuos entre grandes empresários e governantes, a saída possível parece se situar em outras perspectivas, ainda que repleta de cruzamentos e conexões com aquelas instâncias. Os encontros que geraram e movem este livro nascem da busca por essas alternativas econômicas inspiradas nos bens comuns, saídas, desvios e experimentos no campo da economia.

São muitas as questões que emergem. Quais são estas alternativas? Quais seus cruzamentos e distanciamentos do mercado e do Estado? Como facilitar sua difusão a partir da experiência de outras iniciativas, compartilhando metodologias e ferramentas sobre o assunto? Quais as saídas para o atual modelo econômico parasitário, que suga a energia e vida de 99% da população em prol das abundâncias e excessos do 1% mais poderoso? Como atuar para a transição de um paradigma de escassez e competição para outro de abundância e cooperação? Como pensar um contramovimento na economia e nas finanças, tal como a conhecemos? Além disso, pensar a subversão na economia implica também em questionar a própria centralidade do dinheiro no pensamento econômico, tal como o conhecemos. Tempo, afeto, comida, serviços, moedas alternativas.. são muitas as possíveis trocas econômicas, para além do dinheiro.

Movido por estas e outras inquietudes, o encontro 'Economias Subversivas' aconteceu em dezembro de 2016 na Nuvem, hacklab rural de arte e tecnologia sediado no estado do Rio de Janeiro. Os participantes vieram de diversos locais do Brasil, como São Paulo, Santa Catarina e Bahia, além de Espanha e Argentina. Durante cinco dias, 15 pessoas se reuniram para conviver e compartilhar experiências sobre iniciativas de

cooperativas globais, moedas sociais, tecnologias livres para processos econômicos de autogestão, entre outros assuntos.

Para documentar algumas das experiências, bem como ampliar olhares, foi lançada uma convocatória aberta de trabalhos para presente publicação, para envolver também outras pessoas não presentes no encontro. Aqui reunidas, as contribuições se diferenciam não só na linguagem, como nas perspectivas sobre o tema. Esta publicação não forma um conjunto homogêneo e linear de respostas ao que seria uma economia subversiva ou àquilo que seria uma subversão da economia. O plural do título da publicação evoca um caminho errático e diverso entre experiências que navegam por assuntos como renda básica universal, gentrificação, arranjos cooperativos, economia solidária, empreendedorismo social, investigações estéticas e artísticas sobre o poder econômico, etc. São teorias, ensaios, experiências, gestos, microações e indagações que fogem ao usual modelo tecnicista dos manuais e livros de economia. Abraçamos o assunto longe das grandes discussões sobre produtividade e interesses do mercado, repletas de fórmulas, dados e estatísticas, tão comuns nos trabalhos da economia.

O encontro e a publicação 'Economias Subversivas' são um esforço de reivindicar a economia em nossos cotidianos, retomar este debate em nossas mãos. Mais do que trazer respostas, o desejo é fazer proliferar os desvios, dúvidas e questionamentos.



# PROPRIEDADE COLETIVA, POSSE PARTILHADA<sup>1</sup>

*Ivan Kurtz<sup>2</sup>*

1 Texto escrito em fevereiro de 2017.

2 **Ivan Kurtz** idealizou em 2012 o projeto COMUNA RESTAURADA. Profissional do Direito (bacharel e especialista em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina), Kurtz se consagrou ao resgate de tradições do pluralismo jurídico da escola do Direito Social.

## INTRODUÇÃO

Desde que Niels Bohr e Max Planck abriram os horizontes para a Física Quântica, nos idos de 1900, todas, à exceção de apenas duas, as ciências foram paulatinamente abandonando o modelo ou paradigma mecanicista, reducionista à matéria densa ou newton-cartesiano de compreensão do Universo para adotarem uma abordagem mais totalizante ou holística da realidade. As duas ciências resistentes, aferradas ao modelo reducionista da realidade, as quais muitos hoje sequer consideram mais como ciências pelo fato de apresentarem um conteúdo mais dogmático do que empírico, são o Direito e a Economia. Justamente as ciências do Poder e do Dinheiro.

O reducionismo jurídico, predominante nas esferas governamentais e judiciárias, reduz o fenómeno jurídico aos sujeitos individuais, e, assim, não reconhece mais a subjetividade jurídica das pessoas coletivas, tal como, não faz muito tempo, era reconhecido por juristas que em plena Idade Moderna se alinham à escola do pluralismo jurídico do Direito Social aqui apresentada e na qual se baseia este trabalho.

De forma a superar este reducionismo jurídico que restringe o Direito àquilo que for individualista, formalista e estatista, não enxergando outro Direito senão aquele compreendido seja como Direito Público ou como Direito Privado, tivemos a necessidade de impor a nós próprios o desafio de uma demonstração prática: de como uma coletividade organizada produz o seu próprio Direito, sem afrontar a Lei do Estado, mas indo

além daquilo que o ordenamento jurídico do Estado reconhece como válido, existente ou exequível.

## TEORIA

A questão é superar o regime da propriedade individual, seja ela privada (capitalismo) ou pública (capitalismo de Estado), sem jogar fora as conquistas civilizatórias dos direitos individuais, entre os quais se insere o direito à propriedade. Um caminho para esta superação seria a reconstrução da propriedade coletiva, produtiva e auto-organizada em pessoa coletiva, enquanto entidade detentora de direitos (sujeito coletivo). Portanto, a questão é se desfazer do individualismo mantendo a individualidade, uma conquista, quiçá a maior, da Modernidade, que, coincidentemente surgiu juntamente com o advento do Estado moderno. Esta superação da propriedade com a preservação dos direitos individuais não se dará com a simples abolição da propriedade, mas, creio, a partir do emprego de direitos individuais de propriedade para conscientemente se buscar a reconstrução dos direitos sociais da propriedade coletiva, ou seja, de coletivos organizados sob uma personalidade coletiva própria, retomando-se assim o governo dos bens comuns. Quais seriam estes bens comuns? Justamente aqueles que são impassíveis de serem reduzidos a bens ou serviços, como o crédito, os recursos naturais (terra) e os recursos humanos (trabalho). Que, contudo, foram reduzidos a uma condição jurídica fictícia de mercadorias pela ação arbitrária do Estado ao longo dos últimos séculos, que, com o uso de sua violência legal conseguiu construir o que hoje chamamos de mercados financeiro, imobiliário e de trabalho.

Instituições tipicamente modernas - como o exército permanente, polícia, hospital, hospício e escola - contribuíram para a construção arbitrária destes três mercados de falsas mercadorias, como demonstrou Karl Polanyi (A grande transformação, 1944), em estudo de caso específico

à Inglaterra, precursora do capitalismo, entre os séculos XVI e XIX. Tal sequestro dos bens comunais espalhou-se por todo o planeta, e, a grosso modo, confunde-se com o processo chamado de globalização, no caso a globalização alienante, sequestradora dos processos vitais naturais. Por exemplo: o saber fazer ou maestria sobre um conjunto de conhecimentos necessários para o exercício de determinado ofício (profissão), tradicionalmente, em todo o mundo, era um bem coletivo, reconhecido a determinadas pessoas conforme regras impostas pelo conjunto de detentores deste conhecimento. A Modernidade rompe com este paradigma, a começar pela Lei de Ofícios da Rainha Elizabeth I na Inglaterra, vindo a culminar na abertura do mercado de trabalho no Brasil, por exemplo, com a liberação da prática de todos os ofícios legais por D. João VI em 1808, até que, por fim, se dá a abolição da escravatura em 1888.

Tal como a família patriarcal uninuclear composta de marido, esposa e filhos é a célula-mater da sociedade individualista, a comuna ou coletividade organizada e produtiva foi a célula social primaz das sociedades que antecederam as sociedades ditas Modernas. Portanto, propugnamos pela reconstrução da comuna tradicional, na qual conjugavam-se direitos individuais e coletivos, de forma que o caminho para tal façanha seria o emprego respeitoso da propriedade individual para a reconstrução da propriedade coletiva. Assim, não se trata de se abolir a propriedade individual, mas de transformá-la, superando assim o regime político por ela imposto, de forma que, dando-se os meios ou ferramentas para a paulatina abolição dos mercados de trabalho, imobiliário e financeiro, consigamos a emancipação das esferas sociais da cultura e das relações jurídico-políticas do jugo do capital ou da propriedade. Desta forma, com esta superação da propriedade privada ao invés da sua abolição, não desperdiçaríamos a conquista civilizatória empreendida pelo Estado Moderno que foi a revelação ao mundo dos direitos da individualidade.

Historicamente, tivemos três momentos nos quais os direitos individuais começaram a ser revelados ao mundo. Um momento abortado na Grécia clássica antiga; outro momento nos séculos X, XI e XII na Europa com o desenvolvimento técnico e cultural produzido pelas coletividades organizadas fraternalmente (mutualismo das comunas livres, corporações de ofício, guildas comerciais, etc), que teve como resposta autoritária a repressão com as Cruzadas e a Inquisição desta organização popular baseada em assembleias abertas. Isto juntamente com a reinvenção de um Direito Romano que já não existia mais fazia mil anos, ou seja, desde o século V, e, que foi reestilizado ao interesse da Igreja e das classes dominantes, Direito este formalista, individualista e estatista. Após os horrores das Cruzadas e, no curso da Inquisição, vem a Peste Negra e assim estavam dadas as condições para a açambarcamento (alienação) do governo comunal dos bens comuns, e, conseqüentemente, o surgimento do Estado Moderno. Amparado pelo direito centralizado romano reinventado, este Estado despreza as fontes jurídicas dos costumes e dos contratos, ou seja, o Direito social ou popular, e assim institui instituições que abrem o caminho para o surgimento do capitalismo.

O Estado Moderno fornece as condições para o desenvolvimento da instituição propriedade, e, com ela, vem a Revolução Industrial. Neste movimento que a noção de propriedade exclusiva se fortalece, se fortalece também a noção de individualidade. Todavia, os excessos individualistas na gestão da propriedade também provocam a sua reação social, daí que surge precocemente na Idade Moderna o ideal socialista de justiça social. Para Durkheim (*Le Socialisme*, 1896), o socialismo seria como um ideal de organização social que refreia os ímpetus individualistas.

O individual e o coletivo devem se harmonizar em uma composição de interesses - e não se anularem. Para que um direito não se sobreponha a outro deve haver uma abordagem totalizante da realidade, de forma que se transcendam as equações reducionistas. E esta abordagem proto-holística

começou a ser elaborada dentro de uma corrente de pensamento jurídico chamada de teoria do direito social, já desde o século XVI, na Europa. Tivemos então o movimento socialista de reivindicações de justiça social em paralelo com o desenvolvimento doutrinário de uma teoria do direito social, direito este que precede e ultrapassa as categorias reducionistas e exclusivistas do direito privado e do direito público, as únicas hodiernamente reconhecidas nos meios acadêmicos de ensino do atual Estado Moderno. Este direito social – Georges Gurvitch (*L'Idée du Droit Social*, 1931) - vem de longa linhagem de juristas modernos fundada em direitos plurais ou não-estatais, baseados nos costumes e nos contratos, ou seja, trata-se da autêntica lei comum (*COMMON LAW*). Não aquela hoje formalizada em instituições estatais dos países anglo-saxônicos, mas sim a auto-regulamentação e distribuição de Justiça que havia dentro das coletividades politicamente organizadas anteriormente ao Estado Moderno, tal como documentado no clássico 'A Ajuda Mútua' de P. Kropotkin.

O fato é que o Direito Social, iniciado no século XVII segundo Gurvitch (*opus cit.*), teve a sua expressão mais bela, pujante e efêmera no Poder Soviético, no curso das Revoluções russas de 1905 e de 1917, ainda que tenha sido totalmente descaracterizado e esvaziado de efetivo poder no curso da Guerra Civil concluída em 1921 pelos golpistas bolcheviques. A partir daí, impressionado pelos eventos de 1917, o movimento socialista deixou de vez o mutualismo econômico do seu programa econômico original para abraçar as teses estatistas, passando assim, o movimento socialista, a confundir-se com os princípios do marxismo vitorioso. Por outro lado, os juristas burgueses, ou melhor os seus patrões, amedrontados com a força revolucionária do direito social que emerge dos conselhos populares (sovietes), lançam uma cortina de esquecimento sobre a doutrina do direito social, sendo que a última expressão de envergadura desta doutrina é a obra de Georges Gurvitch. Em 1917, Gurvitch já era professor de Direito na Rússia, e para não falecer precocemente (morreu em 1965 na

França), escreveu o livro 'O Excluído da Horda', dando ali os motivos de ter trocado a Filosofia do Direito pela Sociologia Jurídica.

Desta feita, o Direito que embasa o nosso trabalho deixou de ser estudado no momento em que passa a existir entre os governantes um temor de um direito emancipatório, que dota o socialismo de eficazes resultados. O sistema só reconhece o direito público enquanto o direito individual da pessoa pública e o direito privado. O direito social é anterior aos direitos individuais e não deve se contrapor ao direito individual, sendo que o direito social somente prevalece sobre o direito individual sob condições específicas.

## PRAXIS

O trabalho não deve ser mercantilizado na forma do assalariamento. Pois, sendo um bem comum ele pertence a todos que participam da sociedade e de coletividades específicas de trabalho porque ele é sempre uma expressão coletiva, não pode ser alienado como algo somente individual. Porque ninguém aprende ofício algum do nada. Para tanto, precisa do ensino e do reconhecimento dos demais profissionais de ofício que são os detentores do conhecimento de ofício

Para revelar este direito social que vem das assembleias e não depende do Estado para ser reconhecido, porque ele não se baseia na Constituição nem nas Leis, mas sim nos costumes e nos contratos, mormente os contratos coletivos, propomos a reconstrução da propriedade coletiva produtiva. Não existe entre nós proibição para a propriedade coletiva, que são, por exemplo, os condomínios. Entretanto, ela não pode ser produtiva... Um dos primeiros atos da Revolução francesa foi proibir que propriedades coletivas praticassem comércio como forma de sentenciar à morte as então moribundas comunas francesas, que deixaram de ser coletividades produtivas geradoras de seus direitos para serem meras subdivisões administrativas (municipalidades). Assim, ainda entre nós (Brasil),

o Condomínio pode emitir recibo, mas não pode, por exemplo, vender seu lixo com emissão de nota fiscal. A Lei de 1908, ainda está lá, é uma excrescência do regime burguês. A legislação foi paulatinamente impedindo que sociedades de pessoas, como o condomínio ou copropriedade, exerçam atos de comércio, sendo que hoje o direito comercial reconhece como empresas apenas as sociedades de capitais. A exceção, enquanto sociedade de pessoas, que confirma esta regra são as cooperativas. Também não há proibição legal de reivindicarmos o bem comum sobre os recursos naturais, ou seja, sobre a terra, o que seria, em essência, a reconstrução da comuna. Não obstante, não existe também previsibilidade legal para a comuna. A lei a ignora e indiretamente a proíbe, ao negar o reconhecimento como pessoa coletiva produtiva à coletividade que detenha em condomínio determinados meios de produção.

Por isso, em abril de 2016 fundamos a Associação Mutual TERRA COMUM ([www.propriedadecoletiva.org](http://www.propriedadecoletiva.org)). As Mutualidades que existem em outros países latinos são entidades tradicionais, mormente vinculadas a uma determinada categoria profissional ou social. Possuem uma organicidade porque são pessoas que convivem e assim se organizam para a facilitação mútua de benefícios, tais como auxílio odontológico ou funeral. Elas não apresentam um caráter revolucionário. No máximo elas conseguem prestar por valores menores e qualidade superior os mesmos serviços prestados por outras organizações públicas ou privadas. Por exemplo: as cooperativas de crédito no Brasil que também cobram juros como os bancos, mas conseguem cobrar tarifas mais baixas, além de distribuir os seus lucros entre os seus usuários associados.

Fizemos a fundação da associação mutual, apenas com uma dúzia de associados e ficamos nesta míngua de interessados porque o movimento das ecovilas no Brasil não despertou para a reconstrução da propriedade coletiva através do fundo mutual. Nosso estatuto permite fazer todo tipo de serviço de ajuda mútua tradicionalmente prestado pelas mutualidades

mundo a fora. Nossa preocupação não é o sucesso institucional de nossa Mutual enquanto prestadora destes serviços. Nosso objetivo é fornecer as ferramentas para abolir aqueles três mercados nefastos de falsas mercadorias, que são impassíveis de serem separadas do processo produtivo (vide o tópico anterior, TEORIA).

Esta ferramenta é por excelência o Fundo Solidário para o auto financiamento de empreendimentos coletivos. Empreendimentos que gerem renda para satisfazer as necessidades individuais, quanto a necessidade da coletividade devolver o que recebeu em mútuo, ou seja, uma equivalência em relação ao valor dos meios recebidos através do fundo. Todo fundo solidário tem um regulamento geral aplicável a todos os fundos.

Para antecipar ou precipitar este processo de emancipação coletiva, eu tomei a decisão individual de comprar uma propriedade de 17,5 hectares em São Joaquim (Santa Catarina, Brasil), para ser a primeira terra a ser coletivizada. Temos uma guilda já funcionando. Ali, através do contrato coletivo, teremos o primeiro fundo solidário para auto-financiar a cooperativa estruturada naquela terra. A cooperativa através do financiamento deste fundo adquire a terra. Trata-se de cooperativa dona dos meios de produção sob a fórmula jurídica dada pela Lei 12.690/2012. Integral porque segue o triplo princípio de gerar renda, ser um local que tem espaço de moradia para parte dos cooperados, e se propor a ser um espaço de cura. Terapêutico não só por dispor de terapias holísticas para o cuidado da saúde, mas por buscar o resgate da sacralidade com a terra, ou seja, produzir para o bem comum, produzir também para o mercado mas não incorrer em nenhum processo reducionista ou alienante para ganhar o necessário dinheiro. Por exemplo, poderemos ter uma queijaria artesanal, mas para vender de “porta fechada”, apenas para pessoas amigas da coletividade, pois para vender no mercado de forma oficial teríamos que incorrer em diversos procedimentos degradantes, seja à saúde do produtor ou do consumidor, seja à qualidade do produto.

Cada grupo, interessado em constituir um coletivo produtivo é soberano para, através da associação mutual, propor a constituição via contrato coletivo do seu fundo de autofinanciamento e estipular seus critérios e metas. Basta seguir o regulamento geral para todos os fundos, com doze princípios dos quais não se pode fugir. Sendo fundamental a devolução dos recursos individuais investidos. A não devolução destes implica na obrigação legal da gestora do fundo, a Mutual, requerer a liquidação do empreendimento solidário inadimplente, de forma que todos os seus recursos são sequestrados para a satisfação do interesse individual dos investidores. A garantia do investidor é o patrimônio auto financiado, sob a forma da alienação fiduciária, uma vez que tudo que é comprado com recurso do fundo, em benefício da cooperativa, é feito pela Mutual e em nome da Mutual, até que efetivamente se transfira a propriedade com a integral devolução do mútuo. Em caso de malogro do empreendimento, o investidor no fundo pode receber menos que o previsto, mas jamais ficaria sem receber nada de volta. Entendemos que existem suficientes recursos em mãos de pessoas de classe média, em que pese o fato da maioria destas pessoas estar endividada. Afinal, existe também uma parcela da classe média não só com valores disponíveis, mas também com valores morais solidaristas, disposta a solidarizar uma parte dos seus recursos em troca de outros valores mais transcendentais, como uma vizinhança amiga que lhe dê a proteção que não recebe do Estado. Ou, por exemplo, dispor-se a viver no campo com a companhia de pessoas que partilhem idênticos ideais.

Mútuo, ainda que institucionalmente não praticado no Brasil, tem previsão legal no Código Civil, é empréstimo sem juros de bem fungível (substituível). Ademais, contrato faz lei entre as partes. Para tanto, para emprestar sem juros a longo prazo precisamos tão-somente estabelecer uma URV (unidade referencial de valor).

Exemplo típico de mútuo é o do colono que, com algo como um mesmo valor monetário conseguiu dar um pedaço de terra aproximadamente

igual para cada um dos seus filhos ao longo do tempo, o colono foi dando um lote de terra de cada vez para cada um dos filhos, sob o compromisso de que o beneficiado somente receberia o título de propriedade da terra, com o qual poderia contrair empréstimos e se fazer senhor dela, quando devolvido o valor equivalente ao pago pela terra convertido ao preço da cotação diária do quilograma de porco em pé em determinada praça com grande liquidez (procura) pelo porco em pé (Chapecó, Santa Catarina). Então, o colono comprava uma terra, cedia esta terra a um filho, este se esforçava em devolver a equivalência do que foi pago por sua terra, para receber o título da propriedade, e com o valor devolvido o pai comprava o lote de terra subsequente para outro filho, e assim sucessivamente, até que beneficiados todos os filhos. Por fim, o velho pai pôde gastar o valor devolvido pelo filho caçula como um complemento previdenciário da sua merecida aposentadoria.

A Mutual, detentora de personalidade jurídica (CNPJ), faz a gestão do fundo. Quem administra o fundo é uma comissão dos investidores, todos associados da Mutual. Todo serviço da Mutual tem autonomia interna. As comissões de gerenciamento de qualquer serviço da Mutual são compostas por pessoas beneficiadas pelo serviço, que também fazem sua administração. E a comissão de administração interna do fundo somente recolhe o dinheiro prometido por cada investidor quando atingida a meta financeira daquele fundo, uma vez que a finalidade não é manter recursos em nome da associação, mas esta agir como uma intermediária destes. Cada grupo é soberano para escolher a sua URV e para definir a sua meta financeira. Por sua vez, a Mutual, quando atingida a meta de determinado grupo e recolhido em seu nome os recursos individuais prometidos, nos termos do contrato coletivo constituinte deste determinado fundo, celebra o contrato particular de promessa de compra e venda e de cessão de crédito mutual entre si (Mutual) e o empreendimento solidário (cooperativa ou associação de produtores) nascente.

A parte de condições facilitadas para os fundadores de nossa cooperativa pioneira em São Joaquim, ficou fixado em R\$ 15 mil a quantia mínima de investimento no seu fundo solidário para o investidor ter direito ao lote de posse individual, sendo todos os lotes de aproximadamente mil metros quadrados. Nosso grupo reconheceu a disponibilidade de vinte lotes de posse naquela propriedade de 175 mil m<sup>2</sup>, de forma que até o presente momento já se encontram distribuídos oito lotes de posse, mais dois estão reservados, todos para cooperados. Outros dez encontram-se disponíveis para novos investidores, sendo condição específica de nosso fundo solidário (do seu contrato coletivo constitutivo) ser a cooperativa beneficiada pelo fundo (auto financiada) a responsável pela admissão do candidato a investidor no fundo, sendo ele cooperado ou não.

O investimento mínimo no fundo, hoje, é de R\$15mil, isto para os lotes disponíveis undécimo e décimo-segundo. Há previsão contratual para um aumento deste valor mínimo, passando para R\$25mil nos lotes subsequentes e com um valor ainda superior para os últimos lotes disponíveis, sendo o preço indicado pela cooperativa beneficiada pelo serviço mutual. Há também previsão contratual na constituição do fundo, que a entidade beneficiada (cooperativa) pode disponibilizar mais lotes além dos vinte inicialmente previstos, bem como, pode ela reter a entrada no fundo de novos investidores, de forma a distribuir menos que os vinte lotes previstos. Cada lote destes representa um direito de posse individual perpétua, inalienável (transferível apenas a quem for aceito pela promitente proprietária – a cooperativa) e transferível a um herdeiro, caso também este sucessor seja admitido pela cooperativa.

A URV que escolhemos - o ouro - é imune à crise cambial e objeto de alguma restrição ideológica, pois apresenta uma grande oscilação no seu preço, mas em prazos longos (ciclos de 20 anos) o seu preço se revela detentor do mesmo valor relativo ao conjunto das demais mercadorias, uma vez que é secular a expressão “o seu peso em ouro” como a quanti-

dade de gramas em ouro, correspondente ao peso médio de um homem adulto, ou seja, 70 kg, para uma pessoa não ter preocupações financeiras para toda uma existência. Ademais, como o ouro tem idêntico valor em todas as praças do mundo, o seu uso como URV é imune a crises cambiais.

A mutual, enquanto associação civil do tipo clube de serviços de ajuda mútua, é um modelo que assume uma personalidade jurídica eficaz para cumprir seus objetivos. E outras pessoas podem fazer as suas próprias associações mutuais. Esperamos, contudo, que a nossa entidade mutual possa prestar serviços de ajuda mútua em todo o território nacional, sejam ou não fundos para o autofinanciamento de empreendimentos solidários.

No caso da minha aquisição individual da terra de 17,5 hectares, eu a comprei por R\$450mil e tenho feito investimentos neste imóvel (tudo documentado) até o meu limite pessoal de R\$500mil, investimento este que em coletivo foi aceito neste referido fundo por este valor. De forma que, por ter aplicado no fundo – em terra e equipamentos e melhorias que a guarnecem – R\$500 mil recebi o direito ao nono lote de posse individual dos 20 previstos no contrato de constituição deste fundo.

Destes R\$500mil investidos, como investidor mutualista, pretendo receber de volta o equivalente a R\$497mil, porque R\$3mil são separados de todo investimento no fundo solidário, que concede o direito a um lote de posse para o custeio dos custos administrativos do fundo. Basicamente serão custos com escrituração, tarifas bancárias, imposto de transmissão de bem imóvel e as despesas burocráticas com a compra dos bens indicados pela cooperativa para a sua equipagem. Como são previstos 20 lotes, está previsto a entrada de R\$60mil para este custeio, ao longo de toda a duração do fundo. Havendo déficit a gestora do fundo, a Mutual, é solidária na forma do seu estatuto para cobrir os gastos excedentes e, posteriormente, deverá chamar os investidores neste fundo para o rateio, também igualitário, independente da quantia investida no fundo, da di-

ferença apurada. Havendo sobra destes valores reservados para custos operacionais, eles serão incorporados ao patrimônio da gestora segundo o princípio da Mutualidade: ela não distribui sobras como as cooperativas, mas incorpora ao seu patrimônio o resultado líquido positivo de seus serviços para a melhoria destes.

O rateio dos custos é igualitário porque o princípio é: quem coloca mais dinheiro abre espaço para quem não aplicou nada. Vai ter espaço para cooperados que não ponham dinheiro nenhum, mas serão admitidos no interesse da cooperativa, não no interesse individual. No caso do cooperado com direito de posse, ele terá 4 fontes de ganhos: a renda do seu trabalho como cooperado, a exploração econômica do seu lote individual, a devolução do fundo e eventualmente trabalhar fora para a comunidade como profissional. Assim a pessoa com mais recurso material e geralmente mais idade põe dinheiro para a moçada trabalhar e ter sua moradia saudável, devolvendo depois o dinheiro que proporcionou isso, ou seja, devolvendo o recurso para que quem financiou possa usufruir.

Voltando a este meu investimento pessoal de R\$500mil: separados os R\$3mil que não são devolvidos, os R\$497mil serão convertidos em valor equivalente em ouro 24 quilates do mercado de balcão da BOVESPA (cotação diária), que no dia que escrevo fechou em R\$122. Ao recepcionar em seu fundo solidário este meu investimento de R\$500mil, a Mutual gestora me concede o direito de haver futuro (direito contratual de receber em moeda oficial) uma quantia monetária equivalente a 4.073,77 gramas de ouro, que, tudo conforme contrato coletivo de adesão de constituição do fundo, ser-me-ão devolvidos no prazo de 12 anos, depois de 3 anos de carência para permitir a estruturação financeira da entidade auto financiada.

Para diminuição dos custos nosso contrato prevê que a cooperativa devolverá o mútuo recebido em 48 prestações trimestrais. Assim este meu investimento em equivalência a 4.073,77 gramas de ouro também

será devolvido em 48 prestações e pagos, obviamente, em moeda nacional oficial, o que na prática constitui em um autêntico investimento em previdência privada lastreada em ouro.

Os 3 anos de carência para a entidade beneficiada é o período para a entrada de investidores no fundo e, conseqüentemente, a distribuição dos lote de posse disponíveis na propriedade coletiva. O investidor pode optar por não receber o benefício do lote de posse, no caso não terá que pagar a taxa de custeio administrativo de R\$3mil e o seu investimento assemelhar-se-á a um investimento em fundo de aplicação em ouro, com o diferencial que o mesmo se destina exclusivamente para o financiamento de um empreendimento solidário.

Nossa propriedade em coletivização está funcionando já na prática como um coletivo, com moradia e alimentação em comum e caixa comum próprio. Já temos algumas incipientes atividades econômicas em execução (produção de bocashi – adubo fermentado orgânico - e oficina de produção de yurtas – tradicional habitação desmontável mongol), fixamos uma meta financeira modesta, de cerca de R\$20mil em dinheiro líquido disponível no fundo, a ser obtido com a distribuição seguinte dos lotes de posse disponíveis undécimo e do décimo-segundo. Daí sim proceder-se-á à celebração (assinatura) do CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E DE CESSÃO DE CRÉDITO MUTUAL entre a Mutual gestora do fundo e a nossa cooperativa integral.

Hoje, a nossa cooperativa encontra-se em formalização, não dispõe ainda de personalidade jurídica para ser promitente compradora, sequer dispõe dos recursos em nosso fundo para se transferir a propriedade da terra para a associação mutual, pois, somente assim ela poderá celebrar a venda. No momento, o contrato coletivo de adesão ao fundo solidário encontra-se em elaboração, encomendado para a Mutual pelo nosso coletivo: uma guilda ou cooperativa informal que opera na terra comprada em São Joaquim.

Precisamos ter formalizada a cooperativa integral de trabalho, bem como registrado em cartório de títulos e documentos o nosso contrato de constituição do fundo solidário assim que for atingida a nossa meta financeira, de forma que, havendo livre em caixa do fundo uns R\$20mil, seja imediatamente celebrado entre Mutual e Cooperativa o CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E DE CESSÃO DE CRÉDITO MUTUAL que impõe obrigações a ambas as partes.

Por recomendação do Estatuto da nossa Mutual, a nossa Cooperativa terá disposição em Estatuto de AUTO DISSOLUÇÃO AO MOMENTO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA que constitui o seu principal meio de produção. Ou seja, tão logo se cumpra o contrato de promessa de compra e venda, com a devolução integral do mútuo, o título de propriedade da terra (domínio) é transferido para a cooperativa e a cooperativa se auto dissolve enquanto personalidade jurídica de direito individual, mas continua a sua vida social e econômica como comunidade organizada e produtiva, ou seja, como comuna restaurada, o que forçará um reconhecimento enquanto tal por parte das autoridades. Nossa disposição é de proceder a uma cerimônia pública de queima da escritura do imóvel assim que seja registrada a propriedade em nome da cooperativa, e, em ato contínuo, se proclame e se proceda a auto dissolução da mesma. O objetivo aqui é a definitiva retirada daquele imóvel do mercado imobiliário, na prática jamais voltará ao circuito comercial sendo tratado como mercadoria. Assim estaremos impondo um fato normativo ao Estado que não reconhece a comuna, haja visto que uma cooperativa que se auto dissolve e continua operando, inclusive no mercado, é de fato uma comuna restaurada. O direito social é baseado em fatos normativos, que é o fato sociológico que transcende as questões materiais e é o substrato material do direito social.

Como dito, a nossa meta financeira para a celebração dos contratos em gestão é modesta, e, já se encontram distribuídos entre cooperados

fundadores 8 lotes de posse e o nono e o décimo lotes estão reservados para investimentos no fundo solidário em terra. De forma que dos 20 lotes previstos sobram 10 para investimentos em dinheiro no fundo solidário. Somente quando distribuídos todos os lotes disponíveis é que estará fechada a conta do mútuo e saberá a cooperativa quantos gramas de ouro em equivalência à cotação diária em real deverá devolver para a Mutual, para que esta, por sua vez, devolva aos investidores. Caso apareçam e sejam admitidos pela entidade beneficiada (cooperativa) investidores com altos volumes para aplicação, estes recursos serão empregados na compra de mais terras nas adjacências (não necessariamente imóveis contíguos) para que a cooperativa possa abrir mais vagas de trabalho para cooperados (residentes ou não). E para que nestes novos imóveis sejam abertas novas disponibilidade de lotes de posse (para cooperados ou não), formando-se assim, eventualmente, desdobramentos do nosso fundo solidário original (fundo 2, 3, etc). A quantidade de residentes depende da quantidade de recursos investidos, uma vez que maior infraestrutura implica em maiores condições para acomodar e fazer produtivas mais pessoas em consonância com a sustentabilidade integral do espaço.

Entretanto, o cenário que se desenha é tão modesto quanto a nossa presente meta financeira, de forma que provavelmente pouquíssimos investidores que vierem a ser admitidos em nosso fundo terão a generosidade, conjugada com a disponibilidade, para aplicar no fundo mais do que o mínimo exigido para a concessão de um lote de posse. Desta feita, havendo 10 lotes de posse ainda disponíveis, nosso cálculo é que provavelmente teremos ao longo dos 3 anos de prazo para a formação do nosso fundo solidário um investimento de cerca de R\$500mil em terra e mais uns R\$150mil, somando assim um fundo solidário de R\$650mil.

A cotação de hoje, subtraída a taxa operacional de R\$3mil para cada benefício de lote de posse distribuído, seria algo no fundo como R\$590mil a ser convertido em valor de ouro e devolvido no prazo de doze anos, ou

seja, 4.836 gramas divididas em 48 prestações trimestrais, o que daria pouco mais de cem gramas por prestação, equivalente hoje a R\$12.200 por trimestre (R\$4mil/mês). Tal parcela está razoável dentro do orçamento de uma cooperativa minimamente estruturada como pretendemos. Ademais, nosso contrato de fundo solidário estabelece que o contrato de cessão de crédito mutual vai prever uma escala crescente da quantidade de mútuo a devolver em cada prestação porque se deduz que quanto mais antiga a cooperativa melhor estruturada ela estará para cumprir sua obrigação. Assim, no caso da cooperativa dever para a Mutual 4.800 gramas de ouro em 100 prestações, serão: 20 prestações iniciais de 60 gramas, 20 prestações seguintes de 80 gramas, 20 prestações subsequentes de 100 gramas, mais 20 prestações de 120 gramas, e, por fim, 20 prestações de 140 gramas, o que, somadas, totalizam as 4.800 gramas devidas. Toda relação mutualista obedece às equações de reciprocidade. Nada é imposto e sim acertado. Mais aqui sempre vai implicar em menos acolá.

Eventualmente, findo o prazo de carência, iniciada a devolução do mútuo, as sobras da cooperativa serão menores, o que pode fazer que muitos cooperados não investidores do fundo considerem economicamente inviável a sua permanência na cooperativa frente a uma remuneração restrita às horas de trabalho prestadas no mês (que não podem ser inferiores ao valor hora do piso salarial da categoria – Lei 12.690/12), acrescidas de mais minúsculas ou inexistentes sobras de fim de ano. Entretanto, restarão trabalhando na cooperativa, que deve estar eficientemente produtiva, os cooperados investidores, pois estes vão trabalhar para pagarem a si próprios a devolução do mútuo deles mesmos. Creio que isto não é uma deficiência do projeto, pois, além do cooperado não investidor poder compreender que o benefício que ele tem da cooperativa não é apenas a renda, também não haverá, como dito aqui, um excesso de investimento, de forma que a maior parte das vagas para cooperados serão ocupadas por cooperados também investidores. Nossa proposta é a da restauração da comuna tradicional, e esta,

tradicionalmente foi retratada como um espaço contraditório de liberdade (trabalho livre sobre bens comuns) e de servidão (obrigação de trabalhar).

Não obstante, estamos preparando Estatutos para que nossa cooperativa, além dos dois fundos legais e obrigatórios previstos na Lei Geral das Cooperativas – Lei 5.764/71 (o fundo reserva e o fundo de educação e saúde), tenha também dois outros fundos facultativos. O primeiro, de equalização da massa salarial (da remuneração paga no mês para as horas prestadas pelos cooperados). Outro, para a amortização do mútuo, de forma que mesmo durante a carência de 3 anos seja formada uma poupança para o pagamento confortável das prestações de devolução do mútuo.

O cooperado não é obrigado a trabalhar. Contudo, se mora na cooperativa ocupando as instalações comunitárias da cooperativa e para tanto paga uma taxa de ocupação individual, será estabelecido uma pré-contratação mensal de horas de trabalho para a cooperativa. A Cooperativa de trabalho tem a exigência legal de remunerar as horas prestadas no mês de acordo com a legislação trabalhista aplicada a empregados, o valor da hora prestada não poderá ser inferior ao valor da hora de trabalho remunerada com base no salário mínimo, o que hoje implica em algo próximo de R\$9 a hora. Entretanto, aí também tem a previsão legal de um prazo de carência para a cooperativa satisfazer este direito.

Ademais, uma pessoa pode ser investidora no fundo – aceito pela cooperativa para morar dentro da cooperativa - e não ser cooperado. Daí haverá uma taxa semelhante à de um condomínio para a cooperativa, pois esta, como proprietária, é contratualmente obrigada a fornecer as condições de acesso do lote de posse à água encanada potável, eletricidade e descarte ecológico dos resíduos sólidos e líquidos. Em suma, teremos cooperado investidor e cooperado não investidor, residente (que paga taxa de ocupação) ou não. Além do investidor não cooperado residente (que paga taxa de manutenção similar a condomínio) e investidor cooperado não residente.

Como dito, se a cooperativa der certo a sua terra sai do mercado imobiliário. E isso só não acontece se a cooperativa não funcionar, e, por força do contrato a Mutual tiver o dever de liquidar a cooperativa esquartejando assim o seu patrimônio para devolver o dinheiro que sobrar para os investidores, que vão ter algum prejuízo, mas que não será total.

## CONCLUSÃO

A percepção que o melhor caminho para a reconstrução da propriedade coletiva é a conversão da propriedade individual em coletiva para a posterior reconversão desta naquela, e que já temos entre alguns de nós os recursos necessários para fazê-lo, é como o movimento quádruplo da teoria da função do orgasmo de Wilhelm Reich: tensão que gera carga, que gera descarga e que assim gera o relax. TENSÃO - CARGA - DESCARGA - RELAX. Momento de tensão quando a propriedade individual se converte em coletiva no fundo solidário, carga quando a Mutual autofinancia o empreendimento, descarga quando a cooperativa devolve o dinheiro para a Mutual, e relax quando a Mutual reconverte em propriedade individual o recurso aplicado. Para o investidor, o maior lucro é viver na propriedade coletiva com recursos suficientes para oportunizar o seu trabalho produtivo e entre vizinhos que ajudou a escolher.

Observados os 12 princípios, deve se ter fundo solidário ao gosto de cada grupo. Pode haver um fundo coletivista, ou seja, sem direito de posse individual. Entretanto, sob o compromisso da conversão da propriedade individual com a reconversão da maior parte desta novamente em individual, acredito que haverá maior adesão de investimento. Ademais, todo investidor vai participar direta ou indiretamente da administração do seu fundo. O princípio nuclear é o sagrado respeito à propriedade individual desde que sob o compromisso de abolir juros, salários e aluguéis para gerar a propriedade coletiva, que assim busca superar o capitalismo dissolvendo a figura do patrão e do empregado.

## **RESUMO DOS DOZE PRINCÍPIOS PARA TODOS OS FUNDOS SOLIDÁRIOS DESTA ASSOCIAÇÃO MUTUAL TERRA COMUM:**

**I** - Livre adesão, desde que associado à Mutual e em consonância aos critérios objetivos de seleção estipulados pela entidade beneficiada que contrata o seu fundo de autofinanciamento, dos investidores membros de cada fundo solidário gerido pela Mutual, adesão esta que se dá por contrato coletivo;

**II** - Aceita pela Mutual a proposta de constituição de um fundo por parte de um grupo de associados, o seu respectivo contrato coletivo de constituição é elaborado pela comissão interna designada para administrar esse fundo e é assinado pela gestora (Mutual) e demais participantes (associados investidores), sendo este contrato registrado em cartório para os seus devidos efeitos legais frente a terceiros, e, quando atingida a meta financeira prevista por este fundo, recolhem-se os valores investidos (transferência da propriedade individual para a propriedade comunal do fundo, na pessoa da Mutual) e imediatamente celebra-se o contrato de promessa de compra e venda /ou de cessão de crédito mutual entre a Mutual gestora do fundo e a entidade autofinanciada prevista no contrato de constituição deste fundo solidário;

**III** - Autofinanciamento do empreendimento beneficiário do fundo solidário pressupõe que a maior parte dos investidores no fundo solidário se dispõe a fazer parte ativa do empreendimento beneficiário, empreendimento este que, em consonância ao tópico XII abaixo, compromete-se com a autogestão do empreendimento, de forma que, o empreendimento a ser beneficiado abre mão da faculdade legal de contratação permanente de trabalho subalternizado (mão de obra empregada);

**IV** - A entidade autofinanciada beneficiária e contratante do mútuo, prevista no contrato coletivo de constituição do fundo solidário, deverá ter personalidade jurídica e capacidade econômica para assumir legalmente o compromisso de devolução do mútuo;

**V** - Compromisso da restauração da comuna: compromisso formal da entidade autofinanciada promover, quando do recebimento da escritura pública de domínio do imóvel, a cerimônia pública de queima deste documento, simbolizando assim a abolição da propriedade individual sobre os recursos naturais (terra);

**VI** - Alienação fiduciária de todos os bens adquiridos com recurso do fundo solidário em nome da Associação Mutual e em proveito e em posse da entidade autofinanciada contratante do mútuo, que procederá a transferência da propriedade definitiva à contratante somente quando da integral devolução do mútuo contratado;

**VII** - Livre proposição do grupo de associados interessado na constituição de um fundo específico dos seus critérios objetivos e subjetivos para a participação neste fundo, cabendo à Mutual, caso aprovada a proposta, a publicação de edital correspondente a este fundo, contendo estes propósitos e a designação da respectiva comissão de administração deste fundo;

**VIII** - Penalização administrativa e judicial, contratualmente prevista, do associado mutuante que deixa de cumprir o seu compromisso de aportar determinada quantia ao fundo solidário quando chegado o momento de transferir para a Associação Mutual gestora do fundo o recurso comprometido (atingida a meta financeira do fundo);

**IX** - Cada grupo proponente de fundo solidário adota livremente a unidade referência de valor (URV) de sua preferência para a atualização dos valores investidos no fundo;

**X** - Retenção em favor da entidade gestora do fundo (Mutual), para cobrir os custos operacionais do fundo, de uma parcela dos valores investidos no fundo, que será fixa ou percentual, percentual no caso do empreendimento econômico solidário autofinanciado ser do tipo “comunista” (sem lote de posse individual para o investidor), fixa no caso do empreendimento autofinanciado ser do tipo “mutualista” (com lote de posse individual ao investidor);

**XI** - Autonomia administrativa e contábil do fundo solidário, sob a solidariedade e responsabilidade jurídica da entidade gestora, a Mutual, que, no curto prazo, se encarrega de cobrir eventuais desequilíbrios financeiros entre os custos operacionais do fundo e as reservas retidas sobre este fundo para cobrir os gastos com os seus custos operacionais, devendo ainda a Mutual promover em médio e longo prazo o equilíbrio financeiro de cada fundo, chamando assim os seus beneficiários investidores para o rateio proporcional ou igualitário das diferenças apuradas, conforme previsão neste sentido estipulada no contrato coletivo de constituição daquele fundo;

**XII** - Autossustentabilidade integral do empreendimento econômico coletivo solidário autofinanciado por fundo gerido pela Mutual, visando a superação do capitalismo em consonância ao art. 28 do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO MUTUAL TERRA COMUM: Da Transcendência dos Objetivos da Associação Mutual. A Associação, no exercício da sua atividade, respeita a ação do Estado nos termos da legislação. Entretanto, não abre mão do seu propósito de, através do exercício da ajuda mútua, abrir caminho para a construção de ferramentas úteis para a edificação coletiva de um novo paradigma social, econômico, jurídico-político e espiritual pós-capitalista, baseado na Economia da Dádiva, ou seja, na abundância de recursos sinalizada na Natureza e no Universo inteiro conhecido, de forma a superar, cada vez mais e o quanto for possível, as relações de alienação dos fatores da produção, quais sejam: os recursos humanos na forma do pagamento de salários, os recursos creditórios na forma do pagamento de juros e os recursos naturais na forma do pagamento de aluguéis ou rendas sobre o uso da terra.

Website: [www.propriedadecoletiva.org](http://www.propriedadecoletiva.org)

Grupo de Facebook: Propriedade coletiva posse partilhada. [www.facebook.com/groups/comunarestaurada](https://www.facebook.com/groups/comunarestaurada)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BOLZAN DE MORAIS, José Luís. *A IDÉIA DE DIREITO SOCIAL: o pluralismo jurídico de Georges Gurvitch*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- DURKHEIM, Émile. *Le Socialisme*. New York. Collier Books, 1958.
- GURVITCH, Georges Ivanovicht. *L'IDÉE DU DROIT SOCIAL: notion et système du droit social, histoire doctrinale depuis le 17ème siècle jusqu'à la fina du 19ème siècle*. Paris: Sirey, 1931.
- KROPOTKIN, P. *EL APOYO MÚTUO: un factor de evolución*. trad. Angel J. Cappelletti, 3ª edición, Cali, Colombia: Ediciones Madre Tierra, 1989.
- KURTZ, Ivan. *O DIREITO RELEGADO in A CRISE DO CONHECIMENTO JURÍDICO: perspectivas e tendências do Direito contemporâneo*. coordenador Paulo Roney Ávila Fagundes. Brasília: OAB Editora, 2004.
- POLANYI, Karl. *A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: as origens da nossa época*. trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *FILOSOFIA DA MISÉRIA: sistema das contradições econômicas*. trad. J. C. Morel. Tomo Um. São Paulo: Editora Ícone, 2003.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *PHILOSOPHIE DE LA MISÈRE: système des contradictions économiques*. Tome deux. Deuxième édition. Paris: Garnier Frères, 1850.
- REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

# ESPECULAÇÕES N'A QUINTA RENDA

*Pedro Victor Brandão<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **Pedro Victor Brandão** é artista e autor. Colaborou com vários coletivos (Laboratório Tupinagô, OPAVIVARÁ!, Epistomancia e Agência Transitiva). Trabalha com fotografia, vídeo performance e práticas sociais. Suas obras foram apresentadas no Brasil, Alemanha, Panamá e França. Desde de 2011, pesquisa a financeirização da presença virtual e a materialidade de sistemas autossustentáveis.

Durante o mês de março de 2015, eu fui para o Panamá junto com a crítica e curadora Beatriz Lemos para desenvolver uma pesquisa a partir de um convite para integrar a etapa centro-americana do projeto Lastro – intercâmbios livres em arte<sup>2</sup>.

Pesquisando a história do país, vimos que o Panamá esteve em domínio espanhol por quase 300 anos (1538–1821), quando se tornou território da Grã-Colômbia até 1903, ano em que os Estados Unidos da América, em disputa com a Colômbia, criaram o país através da administração de Theodore Roosevelt, colocando o grupo bancário JP Morgan como o agente fiscal oficial do novo governo. Essa foi uma das consolidações da Doutrina Monroe na América Central. A criação do país visava interesses puramente comerciais, entre eles o controle total do Canal Interoceânico, que estava começando a ser construído nessa época - e que se completaria só em 1914. A imagem do país como paraíso fiscal começa aí.

O título da série de trabalhos que eu comecei lá, *A Quinta Renda*, alude inicialmente ao processo de devolução do Canal ao país, em 1999. Em alguns monumentos públicos na cidade vimos esse episódio descrito como a “quebra da quinta fronteira”. A posse e a ocupação do Canal pelos EUA era vista como essa quinta fronteira, além das duas fronteiras marítimas, do atlântico e pacífico, e das terrestres, Costa Rica e Colômbia. Junto a isso, percebi uma emergência de “cincos” que retornavam na pesquisa.

<sup>2</sup> <http://www.lastroarte.com/>

O surgimento de um quinto poder a partir de 2008, com o começo da era dos grandes vazamentos (Assange, Manning, Snowden) pelos quais a internet, sob um lema de “transparência para o Estado, privacidade para nós” poderia garantir a efetivação desse poder distribuído, para além do legislativo, executivo, judiciário e a imprensa centralizada. Há também a teoria de que estaríamos surfando no inverno da quinta onda de Nikolai Kondratieff, um economista russo que, nos anos de 1920, propôs uma análise cíclica sobre ascensões e depressões econômicas. Essa quinta onda teria começado supostamente em 1971, com a era da economia da informação. Penso também que a quinta renda poderia ser o mais novo elemento de manutenção financeira, além da acumulação primitiva, da dívida com juros, da expropriação direta, e do trabalho assalariado, poderíamos já estar imersos numa democracia dos objetos (Bryant, 2011). Vivemos numa sociedade empilhada, formada por uma megaestrutura (quase) acidental em que “coisas” conectadas entre si acabam por medir e constantemente redefinir nossa reputação frente ao mundo e também como humanos. De um lado, já teríamos as ferramentas para exercer uma renda básica universal, para inverter o papel do consumidor no capitalismo globalizado ou para garantir que esses novos estágios de transparência possam ser usados a favor, e não contra, uma revolução permanente. (Bratton, 2016). Mas de outro lado, parecemos presos a uma definição de realidade em que a crise é o próprio governo (Comitê Invisível, 2014).

Viajamos em março de 2015 dispostos a passar três semanas juntos numa investigação que abrangeu tanto o cenário cultural da cidade (com visitas a artistas, galerias, jornalistas e museus), como a realidade financeira do país. Esbarramos, em vários momentos, com uma legislação fiscal bastante fluída. Empréstimos em dólar são plenamente acessíveis e é possível incorporar uma empresa fantasma sendo estrangeiro com a quantia inicial de 100 dólares, sem precisar pagar nenhum imposto. Nessa pesquisa nos deparamos também com a presença da empresa brasileira

Odebrecht na maior parte das obras de infraestrutura urbana do país. Nos últimos 10 anos eles se tornaram a maior construtora do Panamá. O mais recente empreendimento, iniciado em maio de 2016, consiste na reconstrução completa da cidade de Colón, na costa do Caribe, onde fica a maior zona de livre comércio do Ocidente.



Nessas três semanas de pesquisa, nos focamos em dois eixos. O primeiro eixo, que gerou o filme-ensaio *A oferta não equivale à procura*, foi observar algumas obras da Odebrecht na Cidade do Panamá. A que mais nos chamou a atenção foi a *Cinta Costera III*, um viaduto marítimo bizarro, que cancela a

linha do horizonte e coloca em risco o status do Patrimônio da Humanidade do *Casco Viejo*, o centro histórico da Cidade do Panamá. As fases I, II e III estão concluídas, mas ainda está planejada uma continuação, com a fase IV.

Quase todas as imagens desse filme-ensaio têm alterações gráficas, através de sobreposições e recursos que liquefazem e pervertem seu aspecto documental. As legendas que o acompanham foram apropriadas de um manual de tecnologia administrativa escrito em 1968 pelo executivo Norberto Odebrecht (fundador da construtora), formando uma espécie de colagem entre missão e realização. É interessante retornar às origens protestantes da empresa exatamente no momento em que a investigação Lava-Jato interrompe um ciclo de parcerias público-privadas mediadas por lobby, tráfico de influências e doações para campanhas políticas que remontam os últimos 60 anos de estratégias desenvolvimentistas.



Alguns planos mostram o novo centro financeiro da cidade, um skyline de prédios muito altos (alguns de mais de 80 andares). À noite, é possível ver a maioria deles com as luzes apagadas. Há uma relação direta entre lavagem de dinheiro e o mercado imobiliário na Cidade do Panamá. Os bem imóveis servem como garantia para a abertura de empresas-fantasma, e em alguns casos, podem até funcionar como moeda corrente,

garantindo a estabilidade financeira de elites perigosas, como banqueiros, traficantes de drogas, ditadores, e sonegadores de todo o tipo<sup>3</sup>.



O segundo eixo, que resultou numa série fotográfica chamada Cynthia nos vê de perto, funciona como uma espécie de contraponto por se tratar um experimento de auto-vigilância, utilizando uma câmera destinada a fotografar animais. Chamadas “trail camera” ou “câmera de armadilha”, elas são disparadas por um sensor de movimento e calor, usadas geralmente por biólogos e engenheiros florestais em trabalhos de campo. Da mesma maneira que estávamos investigando a presença de um capital especulativo, a câmera (batizada de “Cynthia” em homenagem à Cinta Costera) estava nos investigando, nos acompanhando na maioria das caminhadas pela cidade. É um comentário sobre o estado de vigilância global ao qual todos nós estamos submetidos atualmente, e uma maneira de quebrar o monopólio desse produto que virou a privacidade.

Certamente, nos últimos 10 anos, temos visto uma diminuição dos níveis de opacidade de vários sistemas. De fevereiro a maio de 2016, vimos o vazamento quase completo do banco de dados da empresa de advocacia Mossack Fonseca, responsável por fazer a gestão de fundos de mais de 300

<sup>3</sup> [https://wikileaks.org/plusd/cables/07PANAMA255\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07PANAMA255_a.html)

mil empresas-fantasma no Panamá – os Panamá Papers. O responsável pelo vazamento escreveu uma carta anônima – o manifesto do João Ninguém – que foi muito pouco divulgada e eu gostaria de trazer um trecho<sup>4</sup>:

“A desigualdade de renda é uma das questões definidoras do nosso tempo. Ela afeta todos nós, em todo o mundo. O debate sobre a sua aceleração súbita tem sido travado há anos, com políticos, acadêmicos e ativistas impotentes para parar o seu crescimento constante, apesar de inúmeras palestras, análises estatísticas, alguns protestos escassos, e documentários ocasionais. Ainda assim, as questões permanecem: por quê? E por que agora?”



Os papéis do Panamá promovem uma resposta contundente para essas questões: uma massiva e perversa corrupção do capital. E não é mera coincidência que a resposta venha de uma empresa de advocacia. Mais do que uma simples engrenagem na máquina da “gestão de riquezas”, a Mossack Fonseca utiliza de sua influência para escrever e distorcer leis pelo mundo afora em favor de interesses de criminosos por décadas.

Empresas-fantasma são costumeiramente associadas a crime de sonegação, mas os Papéis do Panamá mostram além da sombra da dúvida

<sup>4</sup> <http://panamapapers.sueddeutsche.de/articles/572c897a5632a39742ed34ef/>

que, embora as empresas-fantasma não sejam ilegais por definição, elas são usadas para constituir uma ampla gama de crimes, muito além da sonegação de impostos”.

Penso que num momento de golpe, como o que estamos vivendo no Brasil agora, onde há um ataque aos direitos democráticos, uma das tarefas da arte é requalificar a palavra “especulação”, não somente a partir de uma abordagem poética do capital, mas pensando interferências ativas nas instituições e constituições que queremos mudar.

### **REFERÊNCIAS:**

Bryant, Levi R. “The Democracy of Objects.” Ann Arbor: Open Humanities Press, 2011.

Bratton, Benjamin H. “The Stack: On Software and Sovereignty.” Cambridge: MIT Press, 2016

Comitê Invisível. “Aos Nossos Amigos: Crise e Insurreição.” São Paulo: n-1 edições, 2016.

# FINANCIANDO LA RENTA BÁSICA: FINANZAS Y EL CONTRA- MOVIMIENTO

*Julio Linares*<sup>1</sup>

1 **Julio Linares**. Músico, budista y feminista. Su búsqueda le ha llevado a estudiar la antropología del desarrollo y la pobreza en Bangladesh, Taiwán y Guatemala. Pasa su tiempo imaginando maneras viables de reinventar el sistema material e ideológico en que nos encontramos para que más personas tengan la capacidad real de elegir sobre sus propias vidas.

## INTRODUCCIÓN

El presente trabajo es un intento teórico para explorar y analizar el financiamiento de la renta básica y sus implicaciones. La renta básica universal no es una idea nueva (Van Parijs). Las diferentes pruebas y los intentos de implementarlo han sido bien documentados y sus resultados diversos (Davalá Sarath, 2015). Mucha menos atención se ha prestado a los diferentes mecanismos que pueden financiar una renta básica. El tema del presente trabajo es el financiamiento de la renta básica y el poder revolucionario que las finanzas tienen en la conformación de un sistema que lo sustenta. Este trabajo espera añadir algo a la literatura existente argumentando cómo el capital financiero puede ser utilizado por las sociedades para financiar una renta básica universal y tratar de delinear las diferentes implicaciones teóricas de tal sistema.

Las implicaciones de la mercantilización de la tierra, el trabajo y el dinero, el conocimiento en los últimos años y la biopolítica de la vida misma han vislumbrado una comprensión diferente de la lógica del capitalismo. Las afirmaciones teóricas de este artículo se basan en estas ideas. (Birch & Tyfield, 2012, Foucault, 2004, Polanyi, 1944)

La idea de un contra-movimiento o la forma de las sociedades de protegerse contra los movimientos del mercado autorregulador es de interés aquí, ya que será el fundamento teórico de este trabajo (Polanyi, 2014). Karl Polanyi y otros han definido las distintas maneras en que las socieda-

des responden al mercado y al enraizamiento entre las esferas económica y social. Siguiendo a Polanyi:

Durante un siglo, la dinámica de la sociedad moderna se ha visto gobernada por un doble movimiento: el mercado se expandió de un modo continuo, pero este movimiento coexistió con un contra-movimiento que controlaba esta expansión, orientándola hacia determinadas direcciones. Este contra-movimiento resultó de vital importancia para la protección de la sociedad, pero fue a la vez compatible, en último término, con la autorregulación del mercado y, por tanto, con el mismo sistema de mercado.<sup>2</sup>

Leyes para la protección del cultivo y del trabajo, los sindicatos laborales y los movimientos sociales son ejemplos de lo que una sociedad ha hecho históricamente para protegerse de la dinámica del mercado (Esco-bar, 1996; Polanyi, 1944).

En base a las ideas de Michel Foucault sobre la historia de la verificación, a continuación este artículo discutirá cómo las finanzas pueden redefinirse como un contra-movimiento para siglo XXI (Foucault, 2004). El presente artículo argumenta como la producción de conocimiento estructurada en las finanzas debe ser rediseñada con el fin de beneficiar a una amplia mayoría de los seres humanos en forma de una renta básica universal.

## **PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y FINANZAS**

Esta sección se basa en las ideas de Michel Foucault sobre la historia de la verificación para analizar cómo la producción de conocimiento realizada por los actores que trabajan en los mercados financieros crea regímenes de verdad que a su vez moldean diferentes resultados mate-

<sup>2</sup> La Gran Transformación, Capítulo 11, Karl Polanyi

riales para las sociedades por medio de inversiones. El propósito no es solamente analizar las relaciones de poder enmarcadas en las finanzas, sino también proporcionar una manera de cambiar la producción de conocimiento existente en ella. Esta sección argumenta que esto se puede hacer usando las finanzas para financiar la renta básica.

Para esto es importante la comprensión de las ideas de Michel Foucault sobre la naturaleza del poder y las maneras en que constituye estructuras de conocimiento que a su vez redefinen las relaciones de poder existentes en un determinado sistema social (Foucault, 2004). Si somos capaces de entender la forma en cómo funcionan las finanzas se vuelve posible teorizar y redefinir las maneras en la que la producción de conocimiento usado por las finanzas disciplina y cambia a las sociedades. Los llamados “regímenes de verdad” cambian las relaciones de poder y a su vez controlan a los sujetos integrados en un sistema social en un marco de tiempo o paradigma específico.

Las finanzas puede definirse como el movimiento de dinero a través del tiempo (Goetzmann, 2016). Las finanzas también pueden ser conceptualizadas como una máquina del tiempo del dinero de la humanidad. Las finanzas pueden cambiar las sociedades a través de su influencia en los mercados (MacKenzie, 2014). Su principal objetivo es financiar inversiones que de otro modo no sería posible financiar en el presente. Debido a que las finanzas tienen el poder de dirigir hacia donde se dirigen las inversiones, producen formas de conocimiento que modifican, redistribuyen y estabilizan el poder.

Los complejos contratos legales e instituciones que han evolucionado en las finanzas modernas durante las últimas décadas son un ejemplo de cómo el conocimiento financiero puede definir las relaciones de poder. Mediante la creación de diferentes contratos legales y maneras de negociar la deuda o bienes, las finanzas generan dividendos ya que la especulación sobre los diferentes arreglos financieros siempre se puede poner

en el mecanismo del mercado de la demanda y la oferta. En la misma tradición que las prisiones y las clínicas, cuando el conocimiento financiero y sus técnicas son aceptadas e implementadas, crea lo que Foucault llamó un “régimen de verdad”, que a su vez cambia y disciplina a las sociedades de muchas maneras.

A través de las diferentes instituciones e inversiones que establece, las finanzas directa o indirectamente controlan y constituyen a millones de sujetos.

Bajo el actual sistema capitalista global, la sociedad está limitada a cómo las instituciones financieras deciden invertir capital. Si las energías renovables se convirtieran en una inversión más rentable que las energías no renovables, entonces experimentaríamos un cambio gradual en cómo la humanidad conmuta y vive su vida cotidiana. Podemos pensar en el surgimiento de paneles solares y coches eléctricos como el comienzo de este tipo de cambios. El sistema capitalista es regido por la lógica inhumana de maximizar ganancias y minimizar pérdida, que es lo que determina la manera en la que las inversiones en mercados financieros son hechas. Las ganancias no son redistribuidas al resto de la población si no que se quedan en los individuos con mayor cantidad de capital, perpetuando la inequidad en la sociedad. La producción de conocimiento que existe en las finanzas se puede ver a través de la invención de diferentes contratos legales y vehículos de inversión que están diseñados para lograr resultados específicos, que a la vez son producto de monopolios de las mismas personas que invierten dinero (MacKenzie, 2011).

Esta producción de conocimiento, a su vez, verifica los regímenes de verdad homogeneizando sus aplicaciones y usos de una manera más amplia, en este caso en los mercados financieros. El conocimiento que las finanzas crea se convierte en una realidad material por su aplicación en diferentes mercados por medio de inversiones.

La producción de conocimiento en finanzas puede ocurrir de muchas maneras. Por ejemplo, un derivado financiero (*derivative*), que es un instrumento financiero cuyo valor se deriva de activos tales como materias primas, acciones, bienes raíces e indicadores financieros tales como tasas de interés, índice de precios al consumidor e índices de la bolsa de valor. Los instrumentos financieros se definen ampliamente aquí como contratos legales que implican algún tipo de valor monetario y pueden ser moldeados de acuerdo con los actores que definen las condiciones bajo las cuales funcionan los contratos. Estos contratos entran en vigencia por medio de burócratas y asesores legales que son los encargados de escribir el contenido de dichos contratos.

Hay muchos tipos de derivados o contratos. Por ejemplo, existe un tipo de derivado financiero que se denomina contrato a término o contrato a plazo. Un contrato a plazo es un acuerdo financiero en el cual el comprador acuerda pagar al vendedor un precio predeterminado por una cantidad especificada de un producto que se entregará en algún momento en el futuro. En teoría, los contratos a plazo permiten a los compradores y vendedores a conocer de antemano el precio y la fecha en que se tomará o hará entrega de los bienes en mente. La especificidad del diseño de un derivado financiero es un ejemplo de cómo las finanzas crean sus propias herramientas para poder operar y crear resultados en base a las expectativas de los inversionistas.

Este tipo de diseño financiero presupone que solo las personas con acceso a invertir cantidades grandes de capital son los únicos con el poder de moldear como se hacen inversiones en un determinado mercado financiero. Pero esto no es necesariamente cierto. Cualquier consecuencia que las finanzas tengan en la sociedad depende del diseño que los seres humanos le den a las finanzas ya que esto es lo que crea resultados que son socialmente beneficiosos o perjudiciales. El punto aquí es que las finanzas no son ni buenas ni malas. De hecho, las finanzas se han utilizado como

una herramienta usada por los humanos durante siglos (Niall, 2009). Actualmente, debido al monopolio de capital en el sector financiero, la cantidad de personas con el poder de realizar inversiones en mercados financieros es poca en relación con la cantidad de gente que sufre directa o indirectamente por las decisiones hechas por estos mismos inversionistas. Las inequidades arraigadas en el sistema perpetran a los actores en el sector financiero a reproducir la manera en la que invierten dinero con el fin de hacer más dinero sin que haya beneficios directos al resto de las poblaciones en el mundo. Pero las finanzas pueden redefinirse.

Dado que las relaciones de poder están cambiando constantemente, el presente trabajo argumenta que la producción de conocimiento en las finanzas en realidad proporciona la caja de herramientas necesaria para entender su estructura básica. De hecho, las finanzas pueden redefinirse para cambiar su orientación con el fin de financiar una renta básica para las diversas poblaciones actualmente alienadas en el mundo.

Recientemente, el diseño financiero ha estado cambiando hacia la creación de vehículos financieros que no sólo se centran en las ganancias económicas, sino que están diseñados con el fin de abordar problemas sociales. Los denominados Bonos de Impacto Social (*Social Impact Bonds*) son un ejemplo de esto.

Los bonos de impacto social son mecanismos financieros que utilizan capital privado para la creación de servicios sociales y fomentan el logro de resultados haciendo que el pago sea contingente al éxito. (Gustafsson-Wright, 2015)

Los bonos de impacto social pueden considerarse una forma de guiar a las fuerzas del mercado para que apunten directamente a los problemas sociales. Según el Brookings Institute:

“En este modelo básico cuatro tipos principales de actores suelen estar involucrados en una transacción de bonos de impacto, además

de la población en necesidad. Los inversionistas proporcionan capital a un proveedor de servicios para ofrecer servicios sociales a una población que lo necesita. El financiador de resultados (gobierno, o en el caso de un bono de impacto de desarrollo, un tercero) acuerda reembolsar a los inversores si se logran resultados predeterminados. El intermediario puede desempeñar múltiples funciones, pero a menudo tiene la responsabilidad de recaudar capital y reunir a las partes interesadas para determinar y acordar los detalles transaccionales. Además de estos cuatro actores, un quinto actor exterior puede ser contratado para evaluar los resultados.”<sup>3</sup>

Los bonos de impacto social pueden dirigirse a muchos diferentes tipos de sectores como la educación, la justicia penal, el empleo y la falta de vivienda. Su diseño y alcance dependen del problema específico al que se esté enfocando y de los actores locales que juegan un papel en su implementación.

Los Bonos de Impacto Social ejemplifican cómo la producción de conocimiento en las finanzas puede ser moldeada y guiada para intentar resolver problemas sociales y ambientales.

Desviándose lejos del paradigma insistente en maximizar ganancias es fundamental ya que implicaría un movimiento de reglas económicas guiando a las sociales a uno que usa esas mismas reglas económicas para proveer una red de seguridad para las sociedades en forma de una renta básica. La idea de las finanzas como contra-movimiento radica en la conformación de los sistemas que cambien la relación de la sociedad con el mecanismo del mercado.

En la siguiente sección se propone la creación de un vehículo financiero cuyo propósito y diseño es financiar una renta básica. El argumento

3 Gustafsson-Wright, Emily (2015). The Potential and Limitations of Impact Bonds: LESSONS FROM THE FIRST FIVE YEARS OF EXPERIENCE WORLDWIDE.

es que en lugar de obviar las finanzas como una herramienta de la élite capitalista, es importante tomar soberanía sobre ellas y usarlas activamente para el beneficio de la sociedad y el medio ambiente. A través de su diseño, las finanzas abren posibilidades que tienen la capacidad de dar vida a la renta básica y así cambiar la dinámica existente entre las finanzas y sociedades en el mundo.

## FONDO PARA LA RENTA BÁSICA

La producción de conocimiento financiero permite la creación de diferentes vehículos de inversión que tienen la posibilidad de reunir consideraciones tanto sociales como económicas.

Para su viabilidad, el presente modelo tiene que tener en cuenta un conjunto de aspectos diferentes, como el número y la ubicación de las personas a las que dará la renta básica, la cantidad de dinero que proporcionará cada mes y el tiempo necesario para hacer la inversión sostenible.

Para redefinir la forma en que los mercados financieros cambian las sociedades a través de sus inversiones en los mercados, es imperativo crear vehículos financieros que protejan a los seres humanos contra el mercado y sus choques. Esto se puede hacer en forma de una renta básica.

Un vehículo de inversión capaz de generar una renta básica es aquel cuya rentabilidad proviene de los mercados financieros. Es uno que utiliza técnicas financieras y el conocimiento incorporado en las finanzas con el fin de proporcionar a las personas con una renta básica como una forma de redistribuir la riqueza.

Los fondos soberanos son una aproximación cercana al vehículo en mente. Los fondos soberanos son fondos de inversión creados por gobiernos de varios países para invertir reservas de divisas, ahorros, establiización de fondos, etc.<sup>4</sup>

4 Al-Hassan, Abdullah, et al.. (2013). Sovereign Wealth Funds: Aspects of Governance Structures and Investment Management

Cada categoría amplia tiene diferentes propósitos, estrategias de inversión y estructuras legales y organizativas (Al-Hassan, 2013). Todos ellos son propiedad y están gobernados por bancos centrales, ministerios de finanzas o agencias gubernamentales con entidades separadas que las gestionan, dependiendo de cada país. Una ventaja de crear un fondo de inversión para financiar la renta básica es que puede ser de índole global y no estar delimitado a fronteras nacionales.

Los medios para comenzar a financiar fondos soberanos provienen de diferentes fuentes. El fondo permanente de Alaska, el fondo de Noruega y el de Kuwait se originaron principalmente de los ingresos provenientes de la producción de petróleo, mientras que Singapur comenzó su fondo invirtiendo sus reservas internacionales (Michel Hudson, 2011).

La manera en que los países invierten, diversifican las carteras y redirige los beneficios regreso a el país es importante ya que guía el desarrollo futuro del país. La organización de fondos de inversión para la renta básica puede funcionar como colectivos en los que la gente beneficiada por la renta básica tiene el derecho a votar y elegir sobre los tipos de inversiones a seguir así como las diferentes fuentes de capital para invertir.

Tal y como señala Michel Hudson, existen dos enfoques principales sobre cómo los gobiernos pueden gestionar sus fondos soberanos: el enfoque pasivo y el enfoque activo. (Michel Hudson, 2011).

El enfoque pasivo funciona dentro de las estructuras económicas existentes y el marco financiero para inversión es intrínsecamente corto en duración. Noruega es un ejemplo de este tipo de enfoque pasivo, ya que utiliza sus ganancias petroleras para invertir y comprar acciones o tenencia de bonos en el extranjero sin vincular estas compras a su propio desarrollo futuro, excepto recibiendo un retorno de divisas. China y Singapur son ejemplos del enfoque activo según Hudson, que

consiste en considerar que el deber del gobierno es desarrollar la economía nacional en beneficio de sus ciudadanos. Los gobiernos hacen esto planificando a largo plazo y buscando las necesidades de la gente en el corto plazo y para las próximas generaciones. (Michel Hudson, 2011)

Un fondo de renta básica sería un enfoque activo para guiar la forma en que un grupo determinado de personas se desarrolla, ya sea a escala de comunidad, nacional o internacional. En los países en desarrollo, dado que el dinero es un bien escaso, una renta básica financiada por un fondo soberano descentralizado podría considerarse la fase inicial de un plan a largo plazo para permitir que la gente tenga la potestad de decidir cómo desarrollarse a su manera, sin tantas presiones por falta de dinero. Un fondo para la renta básica permitiría a las personas beneficiadas elegir cómo quieren desarrollarse, ya que son libres de hacer con su dinero lo que quieren, lo que es contrario a los discursos de desarrollo dominantes en los países imperialistas. (Escobar, 1996)

Si la gente no tiene sus necesidades básicas suplidas, se vuelve imposible planificar con anticipación otras cosas vitales. El dinero de la renta básica permitiría a las personas en lugares económicamente alienados tener una base sobre la cual apoyarse.

Debido a que las ganancias del fondo de la renta básica son redirigidos de nuevo a la gente, esto crea incentivos para disminuir la deuda y para generar ahorro. Como lo sugiere la evidencia del piloto hecho en la India, la gente tiende a ahorrar más y disminuir su deuda cuando tienen una renta básica (Davala Sarath, 2015).

Mediante la acumulación de capital en un fondo de renta básica, es posible invertir en diferentes sectores con el fin de aumentar el volumen del fondo y por ende la cantidad de gente a la que se le puede proporcionar una renta básica.

Tomemos el fondo soberano de Singapur como un ejemplo para tener perspectiva:

El fondo Tamasek Holdings fue establecido por el gobierno de Singapur en 1974 y tiene un total de unos 200 mil millones de dólares de activos (bienes) a partir de marzo de 2015 (Tamasek). Si el fondo invirtiera el 50% de sus activos por un período de 10 años, con un rendimiento medio del 9% y el resto del fondo dividido entre la población de Singapur en un ingreso básico mensual, es posible proporcionar una renta básica de 154 USD al mes a los 5,4 millones de ciudadanos de Singapur por un período de diez años. Con el retorno promedio histórico de 9% del fondo, la mitad restante del fondo crece de 100 mil millones de dólares a 236 mil millones de dólares al final de los 10 años, haciéndolo sostenible.<sup>5</sup>

Por supuesto, esto es una exageración por muchas razones. Un ingreso básico de 154 USD al mes en un país como Singapur podría significar casi nada para sus ciudadanos. Sin embargo, proporcionar tal cantidad de dinero a más de 5 millones de personas es algo sin precedentes. En el contexto del hemisferio sur (Global South), un dólar más hace la diferencia. El punto de este simple cálculo es delinear la plausibilidad de tal sistema.

Utilizar las finanzas para activamente crear una renta básica tiene la capacidad de cambiar el status quo en el que las finanzas prosperan actualmente. Redirigir los beneficios obtenidos de las inversiones para dar a la gente un ingreso básico redistribuiría la riqueza de maneras no antes vistas. La siguiente sección se centra en las implicaciones teóricas de dicho fondo.

## **IMPLICACIONES TEÓRICAS: FINANZAS Y EL CONTRA-MOVIMIENTO**

El propósito de esta sección es proponer un tipo de fondo soberano de renta básica que sea descentralizado y que se centre en proporcionar un in-

<sup>5</sup> [http://www.straitstimes.com/business/companies-markets/temasek-caps-off-stellar-year-with-new-high-in-net-portfolio-value-robust?xtor=EREC-16-2%5bST\\_Newsletter\\_PM%5d-20150707-](http://www.straitstimes.com/business/companies-markets/temasek-caps-off-stellar-year-with-new-high-in-net-portfolio-value-robust?xtor=EREC-16-2%5bST_Newsletter_PM%5d-20150707-) Assuming a 9% compounded rate.

greso básico a los más vulnerables en diferentes partes del mundo. Ya sea de manera colectiva, filantrópica, privada, gubernamental o una combinación de estos, el propósito de este fondo es proponer una alternativa a los enfoques existentes de narrativas del desarrollo. La visión ideológica e implementación dependerá de las personas interesadas en implementar tal fondo.

El poder emancipador que las finanzas tienen en crear el fondo es crucial. Utilizando las tecnologías disponibles, es posible redistribuir la riqueza del capital a la fuerza laboral, ya que el dinero que se invierte en los fondos servirá para proporcionar directamente a los ciudadanos una renta básica. En pocas palabras, el fondo básico de ingresos podría ayudar a las sociedades a redefinir su posición hacia el mercado.

Las finanzas como las conocemos actualmente han evolucionado en parte debido al mecanismo del mercado. Los antiguos usos históricos que las sociedades dieron a las finanzas se pueden ver a través del auge de los mercados de arte y arquitectura en el renacimiento italiano o en la creación de la primera bolsa de valores en la República Holandesa (Niall, 2009). Históricamente, las finanzas han sido una herramienta de la élite capitalista. El presente nos brinda la oportunidad de tomar las finanzas como una herramienta para el beneficio de la mayoría utilizándolas para la creación de la renta básica.

Michael Hudson ha hecho famosa la idea de que las finanzas son un parásito de la economía productiva (o el anfitrión/huésped). La economía productiva denota a los sectores manufactureros y agrícolas y servicios básicos como la sanidad y la educación (Michel Hudson, 2015). Hudson tiene razón en luz de la enorme desigualdad de riqueza y el endeudamiento que existe en las sociedades en todo el mundo en el hecho de que las finanzas han sido la herramienta utilizada por la élite mundial para crear las transformaciones drásticas que la sociedad ha sufrido en las últimas décadas (Michel Hudson, 2015 y Polanyi, 2014). A través de inversiones, finanzas moldea y cambia el mundo.

El enfoque entonces es sobre la naturaleza de las finanzas, que es esencialmente dirigir las inversiones a través del tiempo en áreas específicas de la sociedad. Mercados como la energía o la vivienda están formados y regulados de una manera u otra, a través de las finanzas. Con la creación de fondos de renta básica, las inversiones realizadas pueden representar los intereses de las personas que se benefician directamente de recibir la renta básica y no solo los intereses de una pequeña élite.

La actual extracción de riqueza creada por las finanzas llega a tal extremo porque no existe un sistema de redistribución que asegure que la desigualdad no se eleve hasta un punto en el que el sistema se vuelva insostenible. Como señala Nial Ferguson, el defecto que tiene el sistema financiero es que refleja y magnifica lo que son los seres humanos. El dinero amplifica la tendencia del ser humano a reaccionar exageradamente cuando las cosas van bien y la depresión cuando las cosas van mal (Niall, 2009). Obviamente, esto solo es cierto cuando las decisiones son tomadas por individuos cuya única consideración es maximizar ganancias. La organización colectiva en decidir sobre el futuro de las inversiones en un fondo de renta básica es clave para guiar las diversas maneras de imaginar futuros incluyentes para la sostenibilidad ambiental, social y económica.

Siguiendo esta lógica, las finanzas no deberían de ser pensadas como un parásito, sino como una bacteria. Dependiendo del tipo y cantidad, las bacterias pueden tener efectos positivos o negativos para un sistema biológico específico o un huésped. De la misma manera, la extracción de riqueza que crean las finanzas en la economía productiva puede cambiarse dependiendo del tipo de diseño que los seres humanos decidan producir en las finanzas.

Si pensamos en las finanzas como un sistema con estructuras, entonces es el diseño y los mecanismos que guían sus operaciones que luego dan forma a los mercados (Schiller, 2012). El tipo de diseño y la inno-

vación financiera importa, ya que es lo que proporciona un marco para decidir a dónde van las inversiones.

Los economistas no deben olvidar que hay un sistema de retroalimentación entre cómo los seres humanos eligen dar forma a sus sistemas y cómo a su vez esos sistemas influyen en los seres humanos. La maldad o la bondad no están intrínsecamente inscritas en una herramienta en sí. Las finanzas tienen que ser rediseñadas y cambiadas de acuerdo a lo que es definido como beneficioso para las diversas sociedades interesadas durante diferentes generaciones.

Usar las finanzas para financiar una renta básica cambiaría fundamentalmente la manera en que se hacen las inversiones y cómo las inversiones a su vez afectan la realidad. Podemos pensar en una renta básica financiada por las finanzas como la manera de la humanidad de protegerse contra el mercado. Las ideas de Karl Polanyi sobre los movimientos dobles son importantes ya que proporcionan la conceptualización y justificación teórica para la creación de fondos para la renta básica.

El movimiento de nuestros tiempos es la acumulación de riqueza de masas y la desigualdad perpetrada por las finanzas. Sus resultados se pueden sentir en todo el mundo en nombre del cambio climático debido a la extracción exhaustiva y el consumo de recursos y en la mercantilización de la vida misma. Polanyi tenía razón al anticipar los peligros de nuestro sistema.

Para contrarrestarlo es necesario crear un vehículo que impida o pare el crecimiento fuera de control de las finanzas y que redireccione sus mecanismos para redistribuir la riqueza con el fin de cambiar la forma en que se realizan las inversiones para beneficiar a la mayoría.

Utilizar el motor principal que construye y moldea los mercados de modo que pueda proporcionar a los humanos un dividendo social es una forma de cambiar la relación existente entre las finanzas y la economía productiva. Las fuerzas parásitas pueden convertirse en simbióticas. El

fondo de dividendos de pensiones de Alaska ayuda a ejemplificar esto hasta cierto punto. En contraste, este documento propone que el fondo de renta básica debe financiarse mediante inversiones dirigidas a energías renovables y a inversiones socio y ambientalmente sostenibles. La experimentación es necesaria.

La especulación en las finanzas ya no estaría alimentada por la producción de crédito fácil ya que los beneficios pueden ir directamente a las mismas personas que se encuentran endeudadas o sin dinero. Si una renta básica se implementa a través de finanzas, la propensión de las personas a pedir dinero prestado es probable que disminuya con el tiempo ya que tienen más dinero para empezar (Davala Sarath, 2015). Una renta básica financiada por las finanzas actuaría como un mecanismo redistributivo de la riqueza y como una canalización de las inversiones con el fin de disminuir la especulación. Esto es consistente con las propuestas de otros autores. (Inoue, 2012)

Un fondo básico de ingresos puede cobrar vida y ser financiado de muchas maneras. La propuesta hecha en este documento es solamente una de las muchas maneras de hacerlo.

## CONCLUSIÓN

La enorme desigualdad de los ingresos mundiales, la reciente crisis financiera de 2008 y una economía basada en el crédito, forman parte de las razones por las cuales las finanzas son consideradas como un parásito. Los aspectos negativos de los mercados financieros deben ser afrontados y reformados. Uno de los objetivos de este trabajo es dar una propuesta sobre cómo hacerlo. *Un renta básica por sí solo no tiene la oportunidad de crear un cambio real si no aborda la raíz de los problemas centrales de nuestro tiempo.*

Para crear simetría en el sistema es necesario cambiar de relaciones parasitarias a simbióticas entre la esfera económica y social. Para ello debe haber un cambio de cómo las relaciones económicas guían la vida social.

Una renta básica costada por las finanzas tiene la capacidad de hacerlo porque puede redirigir la riqueza a través de los mercados financieros.

Como una respuesta a los movimientos de la desigualdad de la riqueza y la deprivación ambiental, una renta básica fomentada por las finanzas tiene el potencial de ser el contra-movimiento del siglo XXI, ya que crearía un mecanismo para la redistribución de riqueza.

La mayor implicación es que al proporcionar una renta básica, los seres humanos tendrán la capacidad de redefinirse a sí mismos y las formas en que se relacionan entre sí. Para ir más allá de los típicos discursos y prácticas de desarrollo, los seres humanos deben ser libres para definir sus relaciones sociales y formas de desarrollarse. En el paradigma actual, una mayor libertad para hacerlo sólo puede obtenerse independizando el trabajo humano del mercado laboral. Las finanzas deben basarse y reorientarse para permitir la financiación de una renta básica para liberar a los seres humanos de las ataduras del mercado.

## REFERENCIAS

- Al-Hassan, Abdullah, et al.. (2013). *Sovereign Wealth Funds: Aspects of Governance Structures and Investment Management*
- Birch, Kean, & Tyfield, David. (2012). *Theorizing the Bioeconomy: Bio-value, Biocapital, Bioeconomics or... What? Science, Technology & Human Values*. doi: 10.1177/0162243912442398
- Davala Sarath, Renana Jhabvala, Kapoor Soumya, Standing Guy. (2015). *Basic Income: A Transformative Policy for India* Bloomsbury Publishing Plc.
- Escobar, Arturo. (1996). *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*: Princeton University Press.
- Forget, Evelyn L. (2011). *The Town with No Poverty: Using Health Administration Data to Revisit Outcomes of a Canadian Guaranteed Annual Income Field Experiment*

- Foucault, Michel (2004). *The Birth of Biopolitics*: Palgrave Macmillan
- Friedman, Milton. (1969). *The Optimum Quantity of Money and Other Essays*: Aldine Transaction.
- Goetzmann, William. (2016). *Money Changes Everything: How Finance Made Civilization Possible*: Princeton University Press.
- Gustafsson-Wright, Emily (2015). *The Potential and Limitations of Impact Bonds: LESSONS FROM THE FIRST FIVE YEARS OF EXPERIENCE WORLDWIDE*.
- Haarmann, Claudia, et al. (2012). *Basic Income Grant Pilot Project Assessment Report: The BIG in Namibia*: Desk for Social Development (DfSD),  
Labour Resource and Research Institute (LaRRI).
- Hudson, Michel. (2011). *What Does Norway Get Out Of Its Oil Fund, if Not More Strategic Infrastructure Investment?*
- Hudson, Michel (2015). *Killing the Host: Counterpunch*
- Hum, Derek, Wayne Simpson. *A Guaranteed Annual Income? From Mincome to the Millenium. OPTIONS POLITIQUES*.
- Inoue, Tomohiro (2012). *Economic Sustainability of Basic Income Under a Citizen-centered Monetary Regime*. <http://www.basicincome.org/bien/pdf/munich2012/Inoue.pdf>
- K. Widerquist, M. Howard. (2012). *Alaska's Permanent Fund Dividend: Examining its Suitability as a Model*: Palgrave Macmillan.
- MacKenzie, Donald. (2011). *Knowledge Production in Financial Markets: Credit Default Swaps, the ABX and the Subprime Crisis*.
- MacKenzie, Donald. (2014). *A Sociology of Algorithms: High-Frequency Trading and the Shaping of Markets*.
- Niall, Feguson. (2009). *The Ascent Of Money*: Penguin Books.
- Pasma, Chandra, Jim Mulvale (2011). *Income Security for All Canadians: Understanding Guaranteed Income. BIEN CANADA*.

Polanyi, Karl. (1944). *The Great Transformation*: Farrar & Rinehart.

Polanyi, Karl. (2014). *For A New West*: Polity Press.

Schiller, Robert J. (2012). *Finance and the Good Society*: Princeton University Press.

Tamasek, Holdings. from <http://www.temasek.com.sg/>

Van Parijs, Philippe. *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*: Verso.



# CRÍTICA AO CUNHO REVOLUCIONÁRIO CRIADO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Sidéia Luiza de Paula Silva<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **Sidéia Luiza de Paula Silva** desenvolve atividades e formações de finanças solidárias, escoamento e produção para grupos de Empreendimentos Econômicos Solidários da área de Resíduos Sólidos, Agricultura e Habitação. Compõe a Rede de Contabilidade Solidária e milita na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região e Coletivo de mulheres negras Lélia Gonzalés.

Existe a concepção de alguns economistas e pessoas de outras áreas das ciências que enxergam na Economia Solidária (EcoSol) um tipo de revolução iniciada ao pé da pirâmide, ou seja, pelos excluídos da sociedade. Uma revolução que segundo esses pensadores se inicia por quem não tem condições de concorrer a uma vaga de emprego e possui minimamente o essencial - ou mesmo a total escassez de todos os recursos para uma vida digna. A Economia Solidária é um molde muito mais amplo e interessante do que se pensa, observa-se a organização dos setores excluídos da sociedade para que possam obter o mínimo de dignidade e todo o mais que os é negado. Porém, surge uma dúvida: essa organização se limita a gerar dignidade e renda ou se estende à previsão de quebrar um sistema já consolidado na sociedade? Outra questão de muita importância é pensar a EcoSol como uma manutenção dos setores excluídos socialmente pelo próprio capitalismo, uma forma de minimizar um dos problemas que esse sistema carrega sendo gerido por ele mesmo.

Segundo Rosa Luxemburgo, a organização do proletariado por sindicatos “podem, na melhor das hipóteses, manter a exploração capitalista no interior dos limites “normais” determinados em cada momento pela conjuntura, mas estão longe do processo de suprimir a exploração em si-mesma, mesmo que progressivamente.” (LUXEMBURGO, 1900)

O capitalismo gerenciando a miséria que o mesmo cria. O fato de haver intervenção do Estado nos moldes e limites da EcoSol, além do fato de o governo ser o grande patrocinador dessa economia gera outra dú-

vida: o governo como regulador da sociedade e moderador do sistema econômico atual, não teria por fim realmente e apenas a manutenção e não a evolução da EcoSol? Ou seja, o governo interferir em um sistema econômico prematuro, que ainda é pouco vislumbrado pela sociedade, levanta algumas reflexões de como esse sistema funcionará na sociedade, que por sua vez já está condicionada a realizar transações com moldes capitalistas. Logo, a EcoSol poderá ser confundida e até mesclada ao “capitalismo mascarado”.

A verdadeira revolução se daria ao se produzir o necessário à vida humana, mas como chegar a esse ponto com o sistema que temos? Fora isso, seria apenas a manutenção menos cruel de um sistema, que já existe e está instalado, com todo sistema econômico visando lucro, hierarquia nos modos de produção, produção em larga escala, produção de bens supérfluos às necessidades humanas e demais modos de produção, que buscam apenas o “sucesso” do modo de produção capitalista já existente.

O Estado não é nada além de dominação e exploração regularizadas e sistematizadas. Devemos tentar demonstrar isto examinando as consequências de um governo voltado para as massas e formado por uma minoria, a princípio tão inteligente e devota quanto gostaríamos, em um Estado ideal, fundado em contrato livre. (BAKUNIN, 1867)

Hoje na economia solidária o modo de se conseguir dignidade às pessoas que estão excluídas da sociedade é fomentando a inclusão social via entidades do Terceiro Setor e da EcoSol (associações, cooperativas, etc). A partir desse contato com saberes burocratas dos que já estão fixados naquele círculo social, estas entidades prestam diversos tipos de serviços à sociedade, tais como: educação, cursos profissionalizantes, informações de relevância a um certo grupo de risco social, assessoria jurídica, con-

tável, atendimento médico e demais serviços. Mesmo com o esforço da EcoSol em se tornar um sistema econômico revolucionário, na verdade, torna-se a manutenção dos excluídos sociais.

## **AS FORÇAS REACIONÁRIAS QUE IMPEDEM QUE COAGEM O CRESCIMENTO DA ECOSOL**

O Estado como meio para controlar a sociedade (Althusser, 1992) é um ponto relevante para a reflexão sobre a economia solidária instituída como política pública no governo Lula, em 2003, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Em uma transição de governos - de direita com Fernando Henrique Cardoso para um governo de esquerda com Lula -, percebe-se que a raiz dos interesses burgueses permaneceram e prejudicaram o desenvolvimento de propostas mais “radicais” nas políticas sociais. A reprodução de políticas de direita focadas em beneficiar grandes empresários, ainda está presente e sendo reproduzida, sendo ainda mais enraizada no contexto político do Brasil. Por mais que a instituição de política pública de economia solidária tenha sido em um governo “popular” e que antes de entrar no governo tenha lutado pelo e para o povo, ao chegar ao poder houve uma contradição de valores. Muito embora vez ou outra haja políticas que beneficiem a população mais carente (quero dizer aqui todo tipo de carência: comida, água, emprego, etc), pode-se perceber o beneficiamento e inclusive a consulta ao setor privado na criação de políticas para indústria e outros setores (na maioria das vezes burgueses). Quantas reuniões com o Guido Mantega o Eike Batista e demais empresários foram feitas durante o governo Lula? E isso não se limita ao Guido Mantega. Quantas reuniões destas foram feitas nos mandatos “populares”? Isso demonstra minimamente o interesse do nosso Estado em manter o tipo de governabilidade herdada da gestão anterior.

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e por-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana. (BAKUNIN, 1867)

A intervenção do governo na Economia Solidária seria realmente essencial? Como citado acima, vejo essa característica como um tipo de condicionamento, controle e dependência da EcoSol com o governo, visto que o Estado não é capaz de proporcionar muitos benefícios. Há forças reacionárias para manter a EcoSol no nível em que está, sem alarde, sem crescimento, sem desenvolvimento, sem sustentabilidade. Para conter o caos que pode ser estourado a todo e qualquer momento por uma população que tem condições de causar impacto nas suas manifestações, as forças reacionárias “criam benefícios” a esses setores marginalizados. Porém, esses benefícios não são o suficiente para manter tantos setores marginalizados, gerando o mínimo de dignidade que é preciso para a sobrevivência e, assim, faz-se a manutenção da comodidade do trabalhador explorado, apenas.

A mercantilização dos produtos da EcoSol, a localização, a renda, a burocratização para acesso a contratos e convênios, os requisitos “mirabolantes” que o Estado impõe para que os Empreendimentos Solidários funcionem legalmente. Tudo isso é dificultado na EcoSol, onde a maioria das pessoas não têm instrução, estão abaixo do nível de desemprego e mal sabem se haverá renda.

Há uma força para que esse setor não cresça. Não existe vislumbre da parte deste estudo de que o Terceiro Setor e a Economia Solidária como um todo sejam propostas para que o capitalismo se decline. Muito pelo contrário, o Terceiro Setor e a Economia Solidária são meios do capitalismo gerir um de seus problemas: a miséria extrema. Ao fazer a manutenção cultural, socioeducativa, profissionalização, educação, instrução e demais fatores que contribuem para que a educação dessas pessoas se equilibre com a educação exigida formalmente, automaticamente e sem perceber, criam-se perspectivas e expectativas individuais em ter uma renda maior e, com isso, comprar mais, estudar mais para ter mais renda e comprar mais. Ou seja, a manutenção do capitalismo. Por mais que esse indivíduo formado se volte para a sociedade de onde é provido o ciclo vicioso com a melhor das intenções, outras pessoas são formadas dentro desse “ciclo vicioso” e conseguem uma renda melhor e consomem mais.

Este texto tem como proposta refletir sobre a ideia de que a revolução anticapitalista podem utilizar os próprios elementos de funcionamento do capitalismo ou que a economia solidária é o “ponto final” - ou está isenta - das relações capitalistas. Com o funcionamento e as diretrizes ainda com reflexo de relações capitalistas, muito dificilmente a Economia Solidária e o Terceiro Setor serão a resposta ou proposta para a decadência ou queda do capitalismo.

Não há o intuito de dizer que a Economia Solidária ou o Terceiro Setor é um fator social ruim, ou que não têm suas contribuições para as políticas públicas de desenvolvimento social. Muito pelo contrário, o único intuito é desmistificar e refletir sobre a ideia de que a revolução surgirá a partir da Economia Solidária e do Terceiro Setor. A revolução está longe de acontecer em todos os sentidos. Ela é construída em mais espaços para além do da Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Graal, 1992.

BAKUNIN, Michael. Power corrupts the best. **Idem, Marxism, Freedom, and the State**, 1867.

LUXEMBURG, Rosa; ARAÚJO, Manuel Augusto. **Reforma ou revolução?**. 1970.



# COMMONCOIN

*Emanuel Braga*<sup>1</sup>

Tradução: Bruno Vianna

<sup>1</sup> **Emanuele Braga.** Artista, pesquisador e ativista. Cofundador da companhia de dança e teatro Balletto Civile [2003], do projeto de arte contemporânea Rhaze [2011]. Também foi cofundador e desenvolvedor do MACAO, centro de arte e cultura [2012], e do Landscape Choreography [2012].

Macau é um centro de arte e pesquisa, estabelecido em um edifício ocupado em Milão (IT). Macau nasceu de uma mobilização em 2012 dentro do setor cultural, das indústrias criativas e dos trabalhadores de arte. Macau iniciou a sua colaboração com Freecoin<sup>2</sup> e D-cent<sup>3</sup>, a fim de criar uma plataforma com o objetivo de partilhar meios de produção e co-produção na arte, no campo criativo e cultural, baseado na rede de espaços de arte ocupados que surgiu durante a mobilização política dos últimos cinco anos.

Macau está propondo, no momento, a criação de um cripto-moeda (Commoncoin) com características muito específicas. O ponto de partida e pergunta radical neste processo foi: podemos usar uma tecnologia algorítmica, descentralizada e *peer to peer* baseada em um processo de tomada de decisão política? Podemos basear uma máquina algorítmica em um valor político comum, com base na comunidade?

O futuro que imaginamos é feito de infra-estruturas tecnológicas descentralizadas, distribuídas e baseadas em algoritmos. Elas são governadas por discussões democráticas e processos de decisão, postas em prática pelas comunidades que partilham dos mesmos valores e ideias. Em outras palavras: em um futuro plausível em que algoritmos controlam os nossos comportamentos econômicos, relacionais e espaciais, o verda-

<sup>2</sup> <http://dyne.org/>

<sup>3</sup> <http://dcentproject.eu/>

deiro desafio é encontrar uma maneira de questioná-los sem criar déficit democrático como um efeito colateral.

Esta é uma questão central: em um futuro em que as máquinas, a automação digital e física da produção irá substituir a maior parte do trabalho que uma vez foi realizado por seres humanos, como será possível manter algum poder de compra? No passado, a riqueza foi redistribuída por meio de salários. Significativamente, o salário também foi fundamental para as demandas das lutas e sindicatos dos trabalhadores. Mas o que acontecerá se a relação salarial for cada vez menos central? Que tipo de modelos de luta e organização podemos imaginar?

Por volta de 2008 - sabendo que mercados financeiros, o sistema de produção e do controle exercido sobre cada vida é definido por mais e mais pelas sinergias de máquinas algorítmicas - um grupo de hackers e ativistas, inspirada na cultura Open Source, talvez em sua maioria anarquistas e anti -sistema (alguns deles solidários com um certo anarco-capitalismo enraizada no pensamento econômico austríaco que cresceu na área de San Francisco) desenvolveu um protocolo com o nome de Bitcoin. Sua linha de pensamento parecia ser bastante linear: já que o capital acumula valor através do controle das informações sobre o nosso comportamento, devemos construir uma infra-estrutura tecnológica em que não há acumulação central (propriedade), não há rastreabilidade dos lucros (anonimato), onde tudo é garantido por computadores que trabalham em sinergia.

A crise dos últimos dez anos tem sido uma crise de confiança: dívidas, empréstimos, derivativos, estes são todos os meios pelos quais capitais produzem controle político no neoliberalismo. É uma crise de relações, de confiança-capacidade. O que temos que buscar é um novo ambiente econômico, uma nova ecologia em que a unidade de valor é baseada em uma infraestrutura mais justa. Esse é o ponto de partida de

um outro bom exemplo vale a pena mencionar: FairCoop<sup>4</sup> e sistema de crédito mútuo Fair. Um projeto ambicioso que tenta proporcionar um ambiente econômico alternativo para cooperativas e produções de base independentes em escala mundial.

Atualmente este campo é extremamente animado, muitas são as *start-ups* - também voltados para negócios - e os programas de investigação que estão investindo em tecnologias Blockchain. Nessa tendência, também podemos encontrar iniciativas com base em equipes muito qualificadas e independentes como Freecoin e D-cent. Em vez de criar outra moeda alternativa, a fim de salientar o mercado, o seu objetivo é criar ferramentas para promover processos participativos, decisões de sistemas e criptomoedas com base nas necessidades das comunidades específicas. Cada comunidade específica pode adotar essas ferramentas, a fim de moldá-las de acordo com seus objetivos e necessidades específicas.

O esquema atual em Macau (como acontece nesse momento):

Macau fez um lançamento de moedas aos participantes das organizações e a todos os colaboradores.

Com os commoncoins cada um pode pagar:

- todo o trabalho na organização,
- o aluguel dos meios de produção,
- o acesso aos programas de arte dos eventos.

A administração central paga em commoncoin as funções para a gestão da organização.

Todos os projetos autônomos na organização pagam seus trabalhadores, alugam os meios de produção, e fazem reservas de slots em commoncoin.

No fim do mês, todos os membros da assembleia que tiveram transações ativas em suas carteiras compartilham uma renda básica igual em euros, gerada pela renda das atividades da organização.

4 <https://fair.coop/>

Cada participante tem de participar numa assembleia semanal off-line. O mínimo exigido para cada membro é de duas reuniões por mês, caso contrário, você perde a adesão ao modelo de governança. Na assembleia decidimos o desenho do esquema (o salário mínimo, os custos dos meios de produção, o custo dos trabalhos individuais, o organograma), através do método de consenso. Quanto mais se participa da assembleia off line, mais ela ou ele recebe commoncoin pela administração.

Com a proposta atual, quanto mais você trabalhar no interior da organização e no projecto autônomo único da organização, mais você tem acesso aos meios de produção, ao programa de arte e ao fundo de ajuda mútua.

Se você não participa da assembleia semanal, você está fora da gestão econômica da organização. Ao conceptualizar os esquemas em uma assembleia off-line, os membros escolhem a forma de automatizar a circulação de valor, a sua redistribuição e a cooperação social.

Commoncoin está usando:

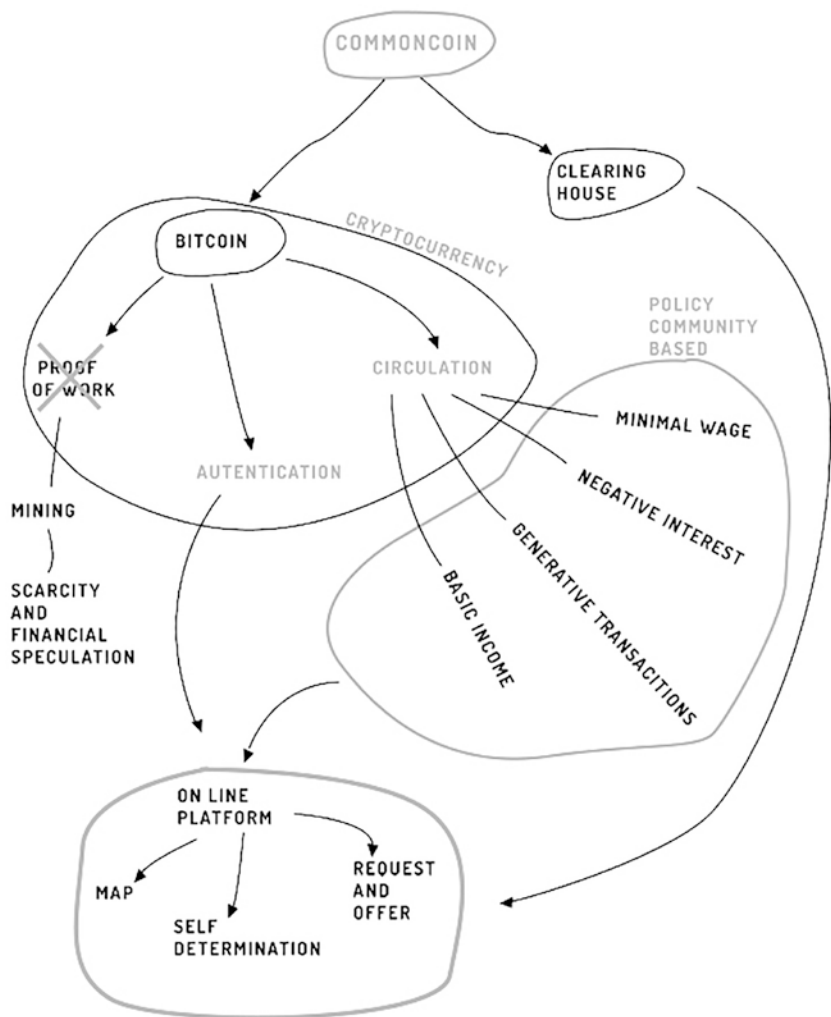
- Faircoin blockchain (faircoin 2 em desenvolvimento)<sup>5</sup>;
- Estamos desenvolvendo a interface dos sistemas em termos do design de carteira e na plataforma de acordo com freecoin (que são parte do projeto desde o início)<sup>6</sup>;
- A organização está desenvolvendo o estatuto jurídico e fiscal usando a cooperativa Freedom<sup>8</sup>;

5 <https://chain.fair-coin.org/download/FairCoin2-white-paper-V1.1.pdf>

6 [http://freecoin.ch/-final\\_v4.pdf](http://freecoin.ch/-final_v4.pdf)

7 <http://dcentproject.eu/wp-content/uploads/2015/05/D4.4>

8 <https://freedomcoop.eu>



# BANCO DOS IRREAIS

*José Miguel Casanova<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **José Miguel Casanova.** Artista y profesor de la Universidad Nacional Autónoma de México desde 1988. En 1993, fue uno de los fundadores del espacio independiente Temístocles 44. Desde entonces, desarrolla proyectos de arte social, en los que cruza investigaciones y prácticas de arte, educación y economía.

A ordem econômica mundial se parece cada vez mais com uma história de ficção científica em que máquinas se sobrepõem à humanidade e dominam o mundo para submeter os sujeitos e a natureza à lógica absurda de sua autorreprodução. Enquanto as crises financeiras demonstram a falta de controle e o grande custo social que implica geri-las, a economia se estabelece como realidade unívoca e lei inelutável, que valoriza tudo como representação homogênea do tempo de vida, a partir de suas quantidades e não das incontáveis qualidades de sua experiência. O dinheiro não é o meio de troca entre as pessoas, ao contrário, mediatiza as pessoas com o objetivo final de produção de riqueza simbólica financeira e sua acumulação centralizada.

A megaindustrialização e o crescimento descontrolado da produção com o fim de obter mais ganhos monetários concebem o consumidor como uma multidão massificada, que é apenas a extensão passiva da cadeia de produção. Não se produz para o consumidor, se consome para aumentar a produção e o lucro. O PIB (Produto Interno Bruto), que mede o suposto progresso dos países, valoriza tudo o que gera riqueza monetária. Assim, por exemplo, são positivas tanto a contaminação como sua limpeza, ou tanto as epidemias como a produção de medicamentos, desde que as empresas tenham lucros. A economia só entende a língua do dinheiro. Logo não considera (é IRREAL) riqueza o trabalho solidário entre vizinhos e comunidades, aquele que mulheres realizam em seus lares sem ganhar salário ou a perda irreparável de recursos naturais.

A máquina de fazer dinheiro não contempla o bem comum. Em sua lógica pode, até mesmo, jogar alimentos fora para subir os preços e especular com a fome. A ordem econômica mundial demonstra sua indiferença em atender às necessidades de consumo da população quando 1,3 milhão de pessoas (20% dos habitantes do planeta) padecem de fome ao passo que, a cada ano, são desperdiçados 1,3 milhão de toneladas de alimento. Ou seja, com uma administração correta, cada pessoa famélica poderia obter diariamente 2,74 quilos de alimento. O dinheiro e o mercado se estabelecem como mediadores entre produção e consumo, separando ambos processos e alienando tanto o trabalhador como o consumidor.

Dois terços da riqueza do mundo são gerados simbolicamente pela especulação financeira e pelos meios de comunicação de massa. A economia é um espetáculo no qual a economia real, a produção de bens e serviços, só participa de um terço dos lucros. Nós, as pessoas, somos aqueles que dão crédito aos banqueiros. A economia capitalista é uma religião que cultua o dinheiro.

O dinheiro representa tempo de trabalho. “Tempo é ouro” diz o bordão. Mas como se faz dinheiro, realmente? 97% do dinheiro no mundo é produzido por bancos privados que o geram a partir dos empréstimos que realizam. No monopólio financeiro, alguns poucos bancos privados inventam dinheiro com base no crédito que supostamente dão às pessoas, mas ele na realidade é criado pela fé que as pessoas têm nos bancos. Cada vez que alguém pede um empréstimo, o banco, do nada, gera um dinheiro que são números num computador, um dinheiro que se cria por meio da dívida, que se fará real à medida que o devedor pague com seu tempo ou seus bens. O fato de que alguns poucos bancos privados tenham o controle da criação e circulação do dinheiro fez com que seus interesses “ordenem” a economia em função de seus lucros, aumentando a riqueza de alguns poucos e a pobreza do mundo e promovendo a especulação frente à produção real de bens e serviços. Segundo o documento apresen-

tado recentemente no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, 1% da população mundial possui mais que os 99% restantes. 62 pessoas acumulam a mesma quantidade de riqueza que os 3.500 milhões habitantes mais pobres do planeta.

Democratizar o dinheiro, e concebê-lo como uma ferramenta de troca valorada como um meio de ação social intersubjetivo para a produção-consumo de bens e serviços, abre perspectivas emancipadoras dos cidadãos diante da crescente acumulação de riqueza.

“Parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Slavoj Žižek, filósofo esloveno). Este projeto convida pessoas, consumidores e cidadãos a responder à pergunta: como viver no capitalismo sem dinheiro? Podemos conceber uma vida além do império da economia financeira? Que outras organizações de formas de produção, de consumo e de troca podemos considerar atualmente como possíveis e desejáveis? Trata-se de dar visibilidade e ativar a comunicação de redes sociais com propostas de troca e reunião de saberes e experiências específicas que abram alternativas para viver à margem do capital.

## **SOBRE O BANCO DOS IRREAIS**

Um Banco de Tempo é uma ferramenta de desenvolvimento de trocas sociais que permite uma nova forma de relacionamento entre os membros de uma comunidade. Ele é uma das práticas da economia solidária, que é uma forma de organização da produção-consumo, ambiente de cooperação comercial e boa vida das pessoas, ao contrário da concorrência e acumulação de capital que caracterizam o sistema capitalista. É uma economia de trocas que não procuram a acumulação de quantidades, mas são baseadas no uso e circulação de bens e serviços para o bem comum.

Para dar crédito a nossas próprias ações, organizamos o Banco dos Irreais, com a implementação de uma moeda (UM IR-REAL), em que cada unidade representa um período de tempo, uma vivência significati-

va compartilhada que ocorre em um instante, em alguns minutos ou em algumas horas de trabalho-experiência, que nossos “correntistas” doam e recebem ao mesmo tempo.

Para abrir sua conta neste banco, você aceita os termos de uso em que se compromete a dar momentos significativos de seu tempo e recebe em troca o mesmo número de moedas, de Irreais, que você trocará pelo que é oferecido pelos demais investidores do banco. O Irreal representa cada instante de tempo e tem o valor de uma hora de atividade.

## **ENTENDA COMO PARTICIPAR NO SITE:**

**[WWW.BANCODOSIRREAIS.ORG.BR](http://WWW.BANCODOSIRREAIS.ORG.BR)**

*Se precisamos de dinheiro, vamos fazendo.*

(FRANCISCO VILLA, REVOLUCIONÁRIO MEXICANO)

Para obter este dinheiro, doa-se tempo de qualidade para compartilhar, dar e receber experiências de vida. A moeda Irreal serve como ferramenta de mediação entre os sujeitos que se põem de acordo, compreendendo que dão para ampliar o bem comum e, portanto, o seu próprio.

O crédito se gera a partir do ato de cada participante compartilhar sua dívida e receber a dos outros, trata-se de acreditar no próprio trabalho e no dos demais. Não se busca o lucro, nem acumular em prejuízo do próximo: busca-se distribuir, somar e multiplicar.

O princípio ativo desta economia é a doação. Quando alguém entra neste banco, abre uma conta com base na confiança de que aquilo que oferece tem um valor, e troca esse valor com equidade e com a vontade de dar da outra pessoa. Para conseguir isso, tanto o doador quanto o receptor travam uma negociação na qual acordam o lugar e os modos de realização. Não há regras universais que valorem a experiência subjetiva. Por isso, utilizamos a medida de uma hora quando se trata da troca de um serviço, que pode ser medido dessa maneira, mas como essa economia se baseia na qua-

lidade mais que na quantidade, no compartilhar a experiência em um tempo extraordinário que não vale pela extensão de minutos e horas, o doador e o usuário negociam diretamente em cada caso. Um Irreal vale para a troca de uma hora, como referência de negociação, mas também pode valer uma experiência significativa, que só sabe quem a experimentou.

Para favorecer a circulação e o uso desta energia comum, e evitar a acumulação, as ações neste banco têm uma validade de 500 dias, de modo que se você não utiliza seus irreais nesse tempo, ou se seus serviços não são solicitados nesse prazo, o trato se anula automaticamente – ainda que nada te impeça de renovar sua oferta.

Nossa plataforma é mensurada por seus próprios usuários. Não responde a interesse maior que o de converter-se em uma ferramenta que abra alternativas de troca e ampliação da experiência e do saber. Cada vez que você recebe um serviço, o doador e o receptor se avaliam, de modo que os usuários obtêm um prestígio que serve para negociar os intercâmbios e conhecer o valor qualitativo das experiências.

No site você encontrará o registro de horas oferecidas, com um link direto para o doador e para o perfil dos usuários, possibilitado negociar diretamente o lugar e o momento de uso dos créditos.

## VIVER SEM DINHEIRO

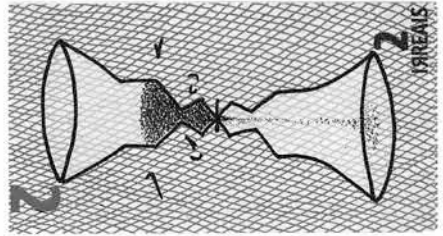
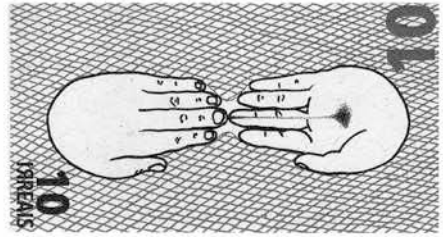
Na seção ‘Viver sem dinheiro’, você pode participar de uma enciclopédia de saberes, que inclui dicas e links para viver sem dinheiro, em categorias tais como: Habitação, Mobilidade, Saúde, Alimentação, Educação e Cultura. Como a informação economiza tempo, quando ela é útil, os usuários a avaliam positivamente, e a cada 12 “curtidas” o doador recebe um Irreal.

A seção Mutirão promove *crowdfunding* de tempo, a doação de serviços específicos que se integram em prol da produção de algum projeto. Nesse espaço, convida-se à reunião de energias coletivas de maneira

organizada. Os doadores também obtêm Irreais do banco de horas em troca de dinheiro.

Também há um espaço para troca de objetos por tempo dos usuários. A oferta desses produtos não gera nossa moeda, que sempre representa tempo doado, mas amplia as possibilidades de seu uso, fomentando a distribuição de produtos independentes e a reciclagem de objetos em desuso.

Com o fim de ampliar a realização desta economia solidária, convidamos você a registrar sua loja, espaço cultural, evento ou ponto de venda, como espaços que aceitam nossa moeda, em uma porcentagem predefinida pelo responsável pelo lugar em cada caso. Nesta plataforma, também teremos a lista dos lugares físicos que aceitam irreais.



Moedas do autor dos projetos Banco dos Irreais, Banco Intersubjetivo de Deseos ([www.bid.com.mx](http://www.bid.com.mx)) e Cooperativa Autónoma de Comercio Artístico de Obras (<http://www.cooperativacacao.org/>).

# NOTAS SOBRE UM MEMORIAL. DIÁRIO DO BANCO DOS IRREAIS<sup>1</sup>

*Jandir Jr.*<sup>2</sup>

1 Postado em agosto de 2016 em: [processofolio.tumblr.com](http://processofolio.tumblr.com)

2 **Jandir Jr.** Artista, atua entre a prática artística e sua documentação. Junto com Antonio G. Amador, performa a 'Amador e Jr. Segurança Patrimonial LTDA', que consiste em ações específicas realizadas pelos artistas trajando uniformes de segurança em espaços dedicados à exposição de obras de arte.

- Tal memorial.diário foi escrito entre o dia seis de abril de dois mil e dezesseis e o dia doze de junho de dois mil e dezesseis;

- Apesar de ter sido feito com tinta de uma caneta sobre algumas folhas de papel almaço, sua forma final não é de matéria palpável; é.pdf, e foi direcionado a alguns *e-mails* de visitantes, funcionários (e ex-funcionárias) do Museu de Arte do Rio, amigos e amigas com quem tive contato durante esses três meses;

- Sobre esses três meses (e sobre mim): residi na instalação que José Miguel Casanova criou para ser a agência do Banco dos Irreais no Museu de Arte do Rio e fui seu gerente, o que o apresentava e o esclarecia ao público. A instalação existiu do dia quinze de março de dois mil e dezesseis ao dia doze de junho de dois mil e dezesseis (meu nome é Jandir);

- Já havia feito um memorial.diário antes, o que justifica que utilize artigo indefinido para anteceder este nome no título que apresenta estas notas;

- O memorial.diário antigo foi realizado para documentar o período de quatro meses em que tentei viver de forma experimental os usos possíveis do meu perfil no *site* facebook.com;

- Atualmente, não mais uso o site facebook.com;

- O memorial.diário recente, do Banco dos Irreais, foi, a princípio, criado para ser um caderno de anotações dos depoimentos de visitantes a respeito deste projeto de José Miguel Casanova, coisa que não conseguiu ser plenamente;

- O memorial.diário do Banco dos Irreais tratou sobre quem trabalha durante horas nas galerias deste museu, seja no atendimento ao público - assim como fiquei - ou na segurança do patrimônio do Museu de Arte do Rio;

- O memorial.diário recente, do Banco dos Irreais, tratou de minhas inconstâncias entre o binômio ócio e trabalho durante meu período de estadia na agência; sobre como, por vezes, não sabia se era a própria instalação de José Miguel Casanova que borrava as fronteiras entre esses conceitos que poderiam me submeter ou se eu mesmo era quem fazia isto;

- O memorial.diário recente, do Banco dos Irreais, foi espaço para críticas, anônimas e assinadas, às instâncias tais como o capitalismo, o tempo, o público médio, os funcionários – próximos ou hierarquicamente superiores – o próprio Museu de Arte do Rio e o próprio Banco dos Irreais;

- Nota importante: o memorial.diário recente, do Banco dos Irreais, não foi escrito somente por mim, mas também por funcionários(as) e visitantes que tomaram contato com ele a partir desta agência;

- O memorial.diário recente, do Banco dos Irreais, ainda reuniu impressões sobre a estrutura física da agência – uma instalação simulando uma praia, com uma metade de amпуlheta içada acima dela, que funcionava como um dispositivo relacional: a partir do ingresso no Banco dos Irreais, o ou a nova correntista-banqueira era convidada a jogar a areia, que residia até então no chão da praia, em um buraco na parte de cima da semi-ampulheta pendurada, fazendo-a escoar novamente à instalação – e de suas mudanças ao longo dos meses;

- Hoje é dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis;

- Olho para o lado e percebo que a pergunta “Como viver no capitalismo sem dinheiro?” – que era vista logo na entrada da instalação de José Miguel Casanova no Museu de Arte do Rio – foi escrita por mim em um espaço próximo da parede do meu quarto;

- Desde cedo, pensava em outra pergunta que me assola há alguns anos: Como não mudar o mundo?;

- (Não vejo imbricação entre todas as coisas que escrevi por aqui);

- Carrego a pergunta de José Miguel Casanova comigo. Quero saber como viver sem dinheiro no capitalismo. E sei que, se carrego esta pergunta,

é porque o método utilizado até então para respondê-la é perguntá-la ao maior número de pessoas possíveis. Ninguém possuirá a resposta, mas, a partir do momento de enunciação da questão, quem a ouve já a carregará consigo, assim como eu;

- Sim, as notas falaram sobre um arquivo de texto que não está aqui presente. Assim como o banco do qual sou gerente existe por ir contra ao coercitivo e o aparentemente invencível capitalismo, o memorial.diário recente, o do Banco dos Irreais, existe por ir em embate às estruturas de trabalho, suas jornadas extenuantes e tudo o que de capitalista subjaz de modo silente nossas relações mas, sobremaneira, existe por ir contra a ânsia da informação, cara ao estágio da economia em que vivemos globalmente, e à ampla visibilidade, cara aos produtos artísticos relacionados à instâncias como grandes museus, que este memorial.diário poderia ser, mesmo enquanto documentação sobre o Banco dos Irreais no Museu de Arte do Rio, caso tivesse se proposto a isso. Mas este não é o caso;

- Ainda não sei porque escrevi a pergunta “Como não mudar o mundo?” notas acima desta última nota. Por não saber a resposta, procedo como José Miguel Casanova, espalhando o “Como viver no capitalismo sem dinheiro?” para outras pessoas. Sou menos propositivo: “Como não mudar o mundo?” não gerou algo como “Como viver no capitalismo sem dinheiro?”, gerou o Banco dos Irreais. Mas aprendi na agência do banco que a indagação sobre viver sem dinheiro no capitalismo só pode ser respondida coletivamente. Deixo em aberto: talvez não possa responder mais nada. Convoco uma fala uníssona, unívoca ou uma gagueira mundial. De qualquer forma, acho que perguntamos coisas que só um sem-número de pessoas juntas poderia responder porque não escutamos ainda essa voz sonora e firme e, creio eu, bela, que é a voz de todos nós, uma voz nossa. Ainda não. Ainda não... ainda escuto poucos. E eles falam por mim, trocam minhas letras por números... não localizo minha ideia. E condeno nossa voz por pensar que a voz deles é essa voz... nossa, o espanto seria bem-vindo.

# ECONOMIAS DE COMUNS PRIVILÉGIOS

*Laura Burocco*<sup>1</sup>

1 **Laura Burocco** Desenvolve um projeto entre África do Sul, Itália e Brasil chamado "Trilogia da Gentrificação." Pesquisa desenvolvimento urbano, criatividade e vigilância, intervenções políticas em arte pública e estudos pós-coloniais.

Este artigo baseia-se na observação participante conduzidas ao longo do trabalho de campo do meu doutorado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro ECO-UFRJ. O estudo pretende comparar o Distrito Criativo do Rio de Janeiro (BR) e o Maboneng Precinct de Johannesburg (África do Sul) enquanto polos de criatividade dentro de duas cidades emergentes no Sul global.<sup>2</sup> Minha abordagem olha para a “criatividade” como um dispositivo de controle e um modelo questionável, possível produtor de um agravamento da desigualdade.

A observação concentra-se nos efeitos da ativação ou reforço de novas economias dentro de duas sociedades já marcadas por uma profunda desigualdade econômico social e racial, bem como a inserção da nova classe criativa dentro de um contexto de relações produtivas locais e globais. Tento também discutir o significado da modernidade em um espaço pós-colonial globalizado.

Paralelamente à minha pesquisa acadêmica, realizo um projeto de produção artística chamado Trilogia da Gentrificação, que desenvolvo entre Rio de Janeiro, Johannesburg e Milão.<sup>3</sup> Ênfase este dado pela importância de se acrescentar, na análise dos meus dados, uma referência etnográfica e bibliográfica de um contexto ocidental e europeu, como o italiano, de onde sou originária.

2 Entendo como sul global o conjunto das nações do continente Africano, Ásia, América Central e da América Latina

3 <https://gentrilogy.wordpress.com/>



Colagem de imagens do Porto Maravilha e do Maboneng Precinct - fotos Laura Burocco / RFF, Colaboramerica websites

Neste texto, trato apenas de umas reflexões recolhida durante o meu trabalho de observação participante no Rio de Janeiro ao longo de 2015-2017.

## **CAPITAL COGNITIVO | ECONOMIA DO CONHECIMENTO | ECONOMIA CRIATIVA [ ETCETERA ]**

*O mundo parece estar apelando a novas economias.*

### **MAS O QUE SÃO ESTAS NOVAS ECONOMIAS ?**

No final dos anos 60, a economia dos países ocidentais estava na fase final da passagem de uma economia industrial, principalmente manufatureira, para uma economia pós-industrial, baseada na oferta de bens e serviços e em busca de inovação constante. Neste contexto, Peter Drucker (1969) cria o termo 'trabalhador do conhecimento' (*knowledge worker*)

e começa a quantificar o conhecimento, dando vida também ao conceito de “economia do conhecimento”. O conteúdo desta economia era, naquela época, baseado na busca contínua por novas tecnologias, novos softwares, incorporando a inovação tecnológica como prática de desenvolvimento e estimulando uma competição global sempre mais forte.

Nos anos 80, Manuel Castells declara que “o conhecimento como geração, processamento e transmissão de informações em rede globalmente suplantou a terra, o trabalho e o capital como fonte fundamental de produtividade e poder.”<sup>4</sup>O conhecimento resultou em um novo paradigma econômico, o da economia “informacional”, cujas características centrais são a crescente demanda e produção de informação. Em tempos mais recentes, esta “economia do conhecimento” alarga os próprios horizontes no campo das artes e da criatividade, assim como na indústria do entretenimento. Segundo o relatório da The Work Foundation UK, a indústria do entretenimento apresenta o dobro do crescimento, em comparação com a economia em geral.

Torna-se sempre mais comum usar (erroneamente), como se fossem sinônimo, os termos conhecimento, cultura, criatividade - tirando deles qualquer conotação antropológica de identidade - tratando-os como qualquer outro setor financeiro, que alimentam o mesmo caldeirão da “economia criativa.” O que une estas economias (do conhecimento, informacionais, criativas, compartilhadas etc) é o fato de serem urbanas, se organizarem em rede (local e globais) e serem produtoras de serviços, mais que de produtos.

Enquanto economias produtivas de serviços, os retornos que se esperam não se limitam mais simplesmente aos valores econômicos, mas visam também a comercialização institucional e o valor publicitário de internacionalização e modernização, que seus agentes sabem produzir. A exposição e a capacidade de ocupar espaços estratégicos torna-se um

<sup>4</sup> Castells, 2004

dos elementos centrais das novas economias. No capitalismo cognitivo, as finanças, o conhecimento e a própria capacidade relacional (de criar e manter este networking) tornam-se o motor da acumulação, assim como o local da exploração.<sup>5</sup> Troca-se a libertação das fadigas corporais do labor pela escravidão mental da produção de nada.

Enfim, a cadeia é grande e a análise da diferenças entre conhecimento, cultura e criatividade são intrincadas. Mas o que interessa neste artigo é que as “indústrias criativas” estão atualmente cada vez mais comprometidas em ocupar cidades em desenvolvimento em todo o Sul global, entre elas as duas que estudo: Johannesburg (SA) e Rio de Janeiro (BR).

## E QUEM MOVE ESSA NOVA ECONOMIA?

Em oposição à produção em massa fordista, a especialização flexível e a mobilidade global resultam na saída do local de produção da fábrica para o *working space* compartilhado (*coworking*).<sup>6</sup> O *cluster*, polo ou distrito organiza-se em torno de espaços físicos e relacionais compartilhados, úteis ao novo modelo de produção baseado (aparentemente) na colaboração, no *sharing*. Muitas vezes, as empresas atuam de forma complementar, trocando as diferentes expertises de cada área de atuação, reforçando aquela sensação de “comunidade”, que está na base desta proposta.

Estudando gentrificação no Sul global, torna-se evidente uma quase automática coincidência entre estes novos agentes produtivos e os chamados gentrificadores, ou seja os impulsionadores do fenômeno da gentrificação<sup>7</sup>. Sklair (2001) os divide em “profissionais globais, principalmente nas áreas de técnicas gerenciais (*technical managerial occupations*)

5 Veja-se Fumagalli 2016, pp. 55-80.

6 Veja-se Augustin, 2015, pp 65-77

7 No meu estudo, observo o fenômeno da gentrificação como “a produção social do espaço urbano no plano das lutas de interesses e objetivos de classe; ou seja como produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação econômica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível” (Smith, 1979).

e ocupações relacionada à *intelligentsia* liberal (*liberal intelligentsia*),<sup>8</sup> que formam uma fração da classe capitalista transnacional, uma elite de fornecedores de serviços e de consumidores, que se reproduzem em escala global<sup>9</sup>. Nos casos específicos do meu estudo – o Distrito Criativo do Rio de Janeiro<sup>10</sup> e o Maboneng Precinct<sup>11</sup> em Johannesburg - são atividades relacionadas ao design, arquitetura, publicidade e marketing, novas tecnologias, cultura, sustentabilidade, música e produção audiovisual. As empresas são conduzidas por jovens profissionais com perfis plurais, como *freelancers*, empreendedores, artistas e professores, com idade variável entre 25 e 40 que: no caso do Rio se definem como “um networking orgânico com forte potencial de transformar a cidade e agitar os negócios da área portuária”; no caso de Maboneng como “uma tribo crescente de residentes, empreendedores e visitantes que está se conectando ao coração e à essência da cidade de Johannesburg.” O que os une é o feito de ambos se verem como inovadores sociais, transformadores das sociedades aonde vivem.

## O CASO RIO

Desde os anos noventa, o Reino Unido torna-se o modelo a ser seguido na adoção de uma estratégia econômica baseada no fortalecimento da criatividade e das novas tecnologias, centrado na importância da cultura para o crescimento econômico, a geração de empregos, exportações e turismo.

8 O primeiro grupo tem diplomas em ciências ou administração. O segundo grupo, a *intelligentsia* liberal, tem diplomas em artes, humanidades, mídia ou ciências sociais e tendem a trabalhar em profissões criativas, de mídia ou de educação.

9 Segundo Rofe (2003), esta nova classe social visa à criação de uma “pessoa global” parte de uma imaginária comunidade cosmopolita global. Na minha observação diria que a criação de uma quase identidade transnacional por parte dos gentrificadores do Sul global parece apontar a uma identidade coletiva entre “eles” e “os outros” criativos globais, mantendo uma clara divisão entre “eles” e “os outros” locais

10 <http://www.districtocriativo.com.br/> o site encontra-se a cerca de um ano fora do ar confirmando a perda de investimentos destinados à evolução da proposta que foi lançada em 2015 no pleno da implementação do projeto de revitalização do Porto Maravilha

11 <http://www.mabonengprecinct.com/>

Esta tendência foi a resposta que o governo deu à crise econômica interna, que foi gerada em parte pelo próprio governo (Thatcher e depois Blair) e em parte pela transferência de grande parte do manufatureiro do Reino Unido para Ásia. Antes explorada “apenas” como veículo pela inclusão social, a cultura torna-se agora um importante recurso econômico. O Brasil e a “ex-Cidade Olímpica” parecem acompanhar uma trajetória parecida. Com a explosão da economia do País e com a eleição do Rio a Cidade Olímpica, passou-se de uma visão da cultura como veículo de inclusão social para uma de ferramenta de retorno econômico, visibilidade e internacionalização útil aos interesses do poder público e dos investidores privados, que se tornam os maiores apoiadores de empreendimentos criativos.<sup>12</sup>

No Rio de Janeiro, meu estudo se refere a uma área física e imaginária de observação: o Porto Maravilha. Além de facilitar o aprofundamento, a escolha parece quase inevitável já que naturalmente<sup>13</sup> a prefeitura do Rio de Janeiro junto com algumas Parcerias Público Privadas (PPP) decidiram centralizar a “indústria criativa carioca” no Porto Maravilha. Criou-se assim o Distrito Criativo, um território (físico e social) que torna visível como a maioria dos investimentos tanto públicos como privados atendem quase que exclusivamente ao fortalecimento de uma economia de serviços de alta tecnologia, capaz de atrair empresas multinacionais, desconsiderando a importância das atividades econômicas locais pré-existentes ao Porto Maravilha, muitas vezes informais. Explicita-se assim a polarização entre ricos profissionais e pobres trabalhadores, refletida na configuração espacial da cidade através de um aumento da divisão entre territórios de pobreza e informalidade (típicos da realidade de uma metrópole do Sul global) e territórios (como os do Distrito Criativo) de crescimento econômico exclusivamente direcionado a uma certa camada social.

12 Veja-se Yudice, 2013

13 Esta escolha “natural” remonta à leitura do artigo publicado por Tom Slater titulado “There Is Nothing Natural About Gentrification”



Reuniões Preparatórias entre o Fórum Estadual de Reforma Urbana e os residentes do Quilombo da Gamboa pela discussão do PHIS, Agosto 2015. Foto:LB



Reunião em Goma. Fonte: <http://banca.org.br>

É exatamente dentro destes pólos territoriais de produtividade que novas ideias do comum ressurgem através da aglutinação de pessoas em busca de outras forma de “estar e produzir” juntos, em prol de objetivos a serem construídos coletivamente. Mas coletivamente por quem? A partir de quais objetivos e com quais pressupostos comuns?

Utilizarei aqui três exemplos na cidade do Rio de Janeiro para tentar responder a estas perguntas.

Para além do limite do perímetro do Distrito, gostaria propor a observação destas aglutinações em determinados territórios simplesmente como uma representação de redes de pessoas que se estendem além dos muros simbólicos definidos por estes clusters (Distrito ou Maboneng)<sup>14</sup>, expandindo-se em círculos protegidos pela cidade (Joanesburgo ou Rio), assim como pelo mundo.

Os três exemplos escolhidos são: o Colaboramerica ([www.colaboramerica.org](http://www.colaboramerica.org)); a Junta Local ([www.juntalocal.com](http://www.juntalocal.com)) e por fim o Congresso

dos Irreais - Como viver no capitalismo sem dinheiro? ([www.museudeartedorio.org.br/pt-br/evento/congresso-dos-irreais](http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/evento/congresso-dos-irreais)).

O primeiro é “um evento de inovadores sociais e digitais, cuja missão é promover mudanças sistêmicas e construir uma nova economia na América Latina”. O objetivo é aquele de reunir “empreendedores, líderes de negócios, policy-makers e cidadãos de todo o continente para repensar e propor à América Latina um modelo de desenvolvimento mais consciente.” Observando os comentários ao evento na página facebook do mesmo, reparei na repetição dos mesmos questionamentos em relação à diversidade, discriminação racial, discriminação de gênero, deficiências físicas, desigualdade econômica. O evento, de forma bastante hipócrita, tinha acesso gratuito todos os dias. Mas as palestras mais influentes eram pagas: R\$ 130,00.

Ou seja: fingimos de ser abertos a todos e todas, mas as palestras de experiências – práticas e troca de conhecimento consideradas mais valiosas - são pagas. Dizem os organizadores que a comida não era cara (R\$ 20 a refeição), mas os participantes que quisessem passar o dia no local queixaram-se do preço. Este é um exemplo da incapacidade de realmente reforçar políticas de diferenças. Incentivar de fato a criação de espaços de diversidade. Obviamente, para quem está acostumado a comer na zona sul do rio R\$ 20 pode parecer pouca coisa. Mas pode ser diferente para quem não tem o mesmo poder aquisitivo ou, simplesmente, os mesmos hábitos. Estas pessoas são quase que automaticamente excluídas porque na verdade nunca existiu uma genuína vontade de incluí-las. Como Saskia Sassen observa: “cidades globais estão se transformando em grandes comunidades fechadas onde o 1% reproduz ele mesmo. As novas geografias da centralidade superam as mais antigas divisões - Norte-Sul, Leste-Oeste, democracias contra regimes ditatoriais. Assim, setores empresariais e profissionais de nível superior de São Paulo começam a ter mais em comum com os seus pares em Paris, Hong Kong etceteras do que com

o resto de suas próprias sociedades.”<sup>15</sup> Sobre a questão da participação e diversidade promovida no evento, parece significativa uma troca de comentários entre um dos organizadores e um dos participantes:

Organizador: “Estamos a mais de 1 ano promovendo reuniões abertas com uma quantidade sem fim de pessoas...”

Participante: “Se essa info não chegou à periferia, não chegou aos surdos, não chegou p quem é fora do Rio, pra quem ela foi disseminada? Para a rede que já existia? Ou para novas pessoas?”

É bastante estranho pensar que jovens, novos profissionais hiperespecializados e preparados, seguidores das mais inovadoras formas de comunicação e tecnologia continuam mantendo os mesmos problemas de inclusão social dos projetos de décadas passada. É mais provável que simplesmente estes *networkings* ou redes ainda se demonstrem não abertas e pouco intencionados a abrir-se.

O segundo - a Junta Local - apresenta-se no próprio website como “uma comunidade pela comida local e justa, ajuntando quem come e quem faz”<sup>16</sup>. Uma comunidade feita através de “uma curadoria que privilegia produtos artesanais, fabricados em pequena escala e sem uso de porcarias”. Acrescenta-se: “Faça parte de um movimento maior pela reforma do sistema alimentar. Conscientize-se localmente e ajude a mudar globalmente. Cada Junta é mais do que uma feira, é um lugar de encontro da comunidade em torno na comida. É preciso celebrar e se juntar comendo, bebendo, e se unindo para criar um novo sistema alimentar”. O site declara: “Remexer a terra, botar a mão na massa cansa e consome o tempo do pequeno produtor. Por isso queremos ajudar com o resto. Juntos desen-

15 Kuper, 2013

16 todas as citações do site <http://www.juntalocal.com/>

volveremos uma plataforma de venda, divulgação e comunicação”. Mas não existe menção alguma a assuntos centrais dentro das políticas agrícolas brasileiras como reforma agrária, segurança alimentar, agricultura familiar. Ou seja, estamos longe do apoio à pequena produções locais de agricultura familiar de pequenos camponeses.

Como o site declara, “o modelo inspira-se na economia criativa e compartilhada” e local é entendido não necessariamente por “proximidade geográfica”. O potencial do local se completa com a proximidade/intimidade. “A maioria dos produtos disponíveis da Junta serão sempre locais, feitos independentemente por gente conhecida”. Ainda “conhecer quem produz o que você põe no prato é uma forma de aproximação”. “Só há aproximação com transparência e confiança”.



Market on Main, Johannesburg e Junta Local, Rio de Janeiro -

fotos Laura Burocco 2016

Aperfeiçoa-se assim um dos princípio básico das *sharing economies*. Na Europa e nos Estados Unidos, a base da *sharing economy* está na confiança digital. Arun Saranday (2016 ) afirma: “No espaço de vinte

anos, passamos de um forma de comprar produtos em relação um a um através do Ebay para aceitar estranhos em sua casa ou aceitar de entrar no carro com estranhos. Em parte é uma questão cultural, em parte é o resultado de novas identidades individuais que são criadas com as redes sociais e que podem ser verificadas através dos comentários de outros usuários na plataforma, páginas de Facebook ou LinkedIn”. Se na Europa e nos Estados Unidos aceita-se uma “verificação” por meio de redes sociais, em sociedades extremamente divididas por classes como no Brasil e na África do Sul acrescenta-se ao controle etéreo por redes sociais, um controle social físico definido pelo pertencimento a círculos fechados pré-definidos por acesso diferenciados baseado na própria classe e cor desde o sistema escolar. Neste sentido a repetida referência à “proximidade”/“intimidade” implica pertencimento a um certo grupo, uma certa “comunidade” que como já se remarcou torna-se central na proposta destas economias.

O terceiro é um evento de arte organizado pelo artista mexicano José Miguel Casanova no Museu de Arte do Rio (MAR) que no convite declara “nos reunir[emos] em busca de respostas para as seguintes perguntas: como viver no capitalismo sem dinheiro? Quais outras organizações de formas de produção, consumo e troca podemos considerar atualmente como possíveis e desejáveis?”.<sup>17</sup> Aqui também a proposta volta a ser aquela de discutir “outras formas de produção, consumo e troca, de habitação a mobilidade, de educação a alimentação”: tudo isto tendo como cenário o novo Porto Maravilha, onde o MAR se situa, e através de uma proposta que pede a colaboração de convidados “de relevância reconhecida em suas áreas do conhecimento”, que serão pagos com uma moeda que não tem valor. O projeto levanta questões em termos do território físico onde se realiza e em termos do próprio conteúdo.

17 <http://museudeartedorio.org.br/pt-br/evento/como-viver-no-capitalismo-sem-dinheiro>

O Congresso em si já representa uma “outra forma de produção”. Exatamente aquelas novas formas de produção artístico culturais que a Prefeitura do Rio, junto com os seus parceiros particulares e através dispositivos como aquele oferecidos pelos novos museus, entendem promover sempre mais. São estas novas economias (ou formas de produção) que mereceriam ser questionadas, pois estão varrendo da área portuária as economias originária ligadas às atividades portuárias e informais. Assim como também merecem ser questionados os efeitos desta higienização produtiva nos hábitos e consumos locais. Em um mundo onde estamos sempre mais explorados, intelectualmente, fisicamente, emotivamente, assistimos a uma (outra) ação artística criativa ofensiva da realidade do local e exploratória (ou auto-exploratória) das capacidades das pessoas. O que surpreende são as razões que levam as pessoas a se entregar a estas dinâmicas. Confirma-se como estas novas economias não afetam apenas as formas produtivas. Torna-se claro que estamos falando de formas de vida, aspirações, decisões e poder.<sup>18</sup>

## **OBSERVAÇÕES**

Difícilmente uma pessoa que vive em uma cidade do Sul global não teve a experiência de ir à abertura de uma exposição, uma estreia de uma peça de teatro ou de cinema, um festival de música, a entrega de um prêmio ou lançamento de um novo empreendimento criativo digital, ou o que seja, sem ter visto (a não ser que não queira ver) a dualidade das economias presentes: pessoas vendendo arte, criatividade e inovações sociais (alimentando à própria visibilidade “na rede”) e outras continuando sendo exploradas (às vezes até mesmo vendidas) para alimentar esta visibilidade, que está na base do “fazer rede” do “clustering” dos networking locais e globais das economias do conhecimento e criatividade.

18 Veja-se Laura Burocco, Congresso dos Irreais, Museu de Arte do Rio - MAR: Tá Tudo Errado

As pessoas gostam falar do valor simbólico do compartilhamento, do *sharing*, da re-descoberta de novos valores de horizontalidade e produção de novos laços sociais, mas esta visão não dá conta que na verdade continuamos falando de troca de serviços *versus* pagamento, dentro *networkings* de “similares.”<sup>19</sup> Não trata-se de uma economia de compartilhamento *stricto sensu*, mas de uma nova forma de capitalismo. Da mesma forma, desconsidera-se que estas novas economias na Europa surgiram como uma resposta à crise econômica global, enquanto no Sul global parecem ser um cruzamento entre uma emulação ocidental movida pela corrida à modernidade e o recurso às novas forma de auto-empresendedorismo, sempre mais individualista e classista, vindo de uma camada social específica que aproveita do próprio capital (leia-se: privilégio) para começar novas empresas. Tudo isto apresentando-se como “inovadores sociais e digitais”, promotores de uma nova economia na América Latina mais consciente.

Apesar de se apresentar como novos gerenciadores sociais, promotores de novas economias e valores, estas novas economias no Sul global podem acabar explorando as diversidades que declaram querer reforçar. Há poucos meses o Motherboard publicou um artigo com título “*Millennials on Spirit Quests Are Ruining Everything About Ayahuasca*” (2016), alertando sobre o aumento do consumo de ayahuasca não para fins religiosos, mas de recreação. Assusta ver como muitos destes “inovadores sociais” estão próximos destas re-apropriações culturais através da promoção de marcas ou produções culturais que se inspiram nela. Parece que assistimos quase a uma nova onda *new age*, como a dos anos 70.

Fala-se que “cultura não tem dono.”<sup>20</sup> Singularmente, esta afirmação

19 Neste sentido assim como sugerido por Arun Sundararajan (2016) prefere se falar de capitalismo baseado nas massas (crown-based capitalism) em vez que de economia baseada na troca (sharing economy).

20 Esta foi a afirmação do dono de uma marca carioca de design de jóias, produzidas através da colaboração com tribos indígenas da Amazônia durante uma mesa redonda chamada “Design em diálogo: da imaginação coletiva ao processo criativo”, realizado no espaço do Centro Carioca de Design em Dezembro 2016.

parece ter valor apenas quando referida à cultura dos outros. Estes novos criativos parecem se tornar evangélicos da onda colaborativa e do compartilhamento. Se é inegável que esta abertura ao compartilhamento existe, ela existe apenas através de um gerenciamento por nome, por família, por colégio onde estudaram. Ou seja por uma série de “conforto de classe” que continuam permanecendo os mesmos. O principal meio de produção nas indústrias criativas é o ensino superior. Mas as restrições ao acesso ao ensino superior, incluindo a privatização e a profissionalização, garantem que estes meios continuem fora das mãos da maioria das pessoas. Exatamente aqueles que continuam reclamando de não ter sido chamados para o evento Colaboramerica. Simplesmente não são chamados porque continuam transparentes aos olhos da rede criativa elitista, que mantém vivas estas “novas economias”.

Hoje, as indústrias criativas não apenas negam à maioria das pessoas os meios de produção mas também saqueiam o que de mais importante existe: a própria subjetividade e identidade cultural. Afirma Kevin May (2016): “Se mais coisas são de graça ou baratas, menos pessoas podem ganhar dinheiro fazendo e vendendo-as. Em vez disso, quando as coisas ficam reduzidas a um aplicativo baseado no *cloud*, relativamente poucas pessoas podem fazê-las e vendê-las ao redor do planeta e arrecadar todo o dinheiro. Considere mapas. Várias empresas as produziam e imprimiam e muitas lojas as vendiam. Hoje, há uma empresa de mapas proprietários que importa globalmente: Google, com sede em Mountain View, Califórnia. Google acumula todo o dinheiro lucrado das mapas e a maioria desses empregos de mapeamento sumiram.”<sup>21</sup> Estas novas tecnologias estão matando empregos e encolhendo salários. Qual pode ser o efeito dentro

21 “If more stuff is free or cheap, fewer people can earn money making and selling things. Instead, when something gets reduced to a cloud-based app, relatively few people can make it and sell it around the planet—and rake in all the money. Consider maps. Lots of companies used to print them, and lots of stores sold them. Today, there’s one consumer map company that matters globally: Google, based in Mountain View, California. Google gets all the map money, and most of those map jobs are gone.” Maney, 2016.

de sociedades aonde o acesso à educação é tão complexo como no Brasil e na África do Sul?

## CONCLUSÕES

Tantos são os exemplos de experiências promotoras de processos de produção e inovação social no atual contexto do Rio de Janeiro, ao ponto da cidade estar tomando o lugar de São Paulo em termos de referência internacional. No nível local, dentro deste novo contexto não apenas produtivo mas de formas de vida, experiências como aquelas promovidas pelas assim chamadas *sharing economies* parecem ser promotoras de uma versão contemporânea dos ajustes estruturais que marcaram as economias da América Latina no final dos anos 80. No nível global, estas conexões de indivíduos evidenciam a existência de uma concorrência contínua na busca de oportunidades e recursos para manter vivas as próprias iniciativas, agravando sempre mais a desigualdade (especialmente no global South) nos acessos às recursos econômicos e culturais.

As indústrias criativas estão se tornando uma armadilha contra o desenvolvimento urbano no Sul global, engolindo espaços e vozes na busca de tendências distorcidas de progresso, que levam à normatização de conceitos estéticos e de subjetividades. Fenômenos de gentrificação e de apropriação culturais - como aquele que estamos assistindo nas novas cidades criativas do sul global - podem ser vistos como uma nova forma de colonialismo, impulsionado não apenas por exploradores externos, provenientes do Norte global, mas também por exploradores nativos incapazes de ver o “outro” dentro da própria realidade, obcecados por aquele mundo “lá fora” que querem firmemente reproduzir “aqui dentro.” O resultado é que atrás de uma aparente nova onda colaborativa, indivíduos criativos altamente especializados capturam *insights* de uma imaginação coletiva, a fim de estabelecer enclaves de pertencimento de elites de po-

deres econômicos e sociais e reforçar divisões de classes em países já marcados por um histórico de grave desigualdade.

Londres não é Rio, que não é Johannesburg, que não é Milão. Na aplicação destas “fórmulas econômicas” é preciso impulsionar uma visão atenta e crítica dos diferentes contextos para evitar que estas se tornem plataformas de agravamento da exclusão social e desigualdade econômica. O reforço de novas formas econômicas efetivas poderia tornar-se uma importante ferramenta de resistência à homogeneização e pacificação da experiência urbana, imposta pelo modelo capitalista no mundo globalizado.



Rio de Janeiro, Porto Maravilha | Johannesburg, Maboneng Precinct,

foto Laura Burocco 2015-2016

Falando sobre revoluções modernas na Europa e as revoluções modernas/coloniais nas colônias, Walter Mignolo ( 2016 ) declara que “enquanto, na Europa, a burguesia subiu ao poder, nas colônias, a elite colonial era basicamente uma elite de proprietários de terras e minas dependente dos efeitos crescentes da Revolução Industrial. Trata-se de uma elite ao serviço da burguesia europeia, que fornecia recursos naturais para a Revolução Industrial”. É preciso que que estes inovadores econômicos

- muitas vezes descendentes destas elite colonial - se liberem desta dependência e reforcem novas formas produtivas como ferramentas descolonizadoras, não como reforço a uma nova opressão econômica.

## BIBLIOGRAFIA

- Agustín, O., 2015. The Common and Its Potential Creativity Post-Crisis Perspectives, em *Creative Capitalism, Multitudinous Creativity, Radicalities and Alterities*, organizado por Giuseppe Cocco e Barbara Szaniecki, Lexington Books, pp 65-77;
- Burocco, L., 2016. Congresso dos Irreais, Museu de Arte do Rio - MAR: Tá Tudo Errado disponível em <https://www.facebook.com/notes/laura-burocco/congresso-dos-irreais-museu-de-arte-do-rio-mar-t%C3%A1-tudo-errado/10153786882036973>;
- Burocco, L., 2015. Il controllo Creativo nel Sud Globale: Porto Maravilha, Rio de Janeiro (BR) – Maboneng Precinct, Johannesburg (SA) in *Sicurezza in città. Pratiche di controllo dello spazio urbano*. A cura di Sebastian Saborio, Milano Ledizioni LediPublishing, pp.45-67;
- Castells, M., 2004. *La città delle reti*, Marsilio Editore;
- Drucker, P., 1969. *The Age of Discontinuity: Guidelines to Our Changing Society*, Heinemann London;
- Fumagalli, A., 2016. Precarietà. Capitalismo bio-cognitivo, trappola della precarietà, reddito di base incondizionato: la crisi della governance istituzionale em S. Cingari, A. Simoncini (organizado por), *Lessico Postdemocratico*, Perugia Stranieri University Press, Perugia, pp. 55-80;
- Kuper, S., 2013. Priced out of Paris, disponível online em <https://www.ft.com/content/a096d1d0-d2ec-11e2-aac2-00144feab7de>
- Lopes M., 2016. Millennials on Spirit Quests Are Ruining Everything About Ayahuasca, disponível online em <http://motherboard>.

[vice.com/read/millennials-on-spirit-quests-are-ruining-every-thing-about-ayahuasca](http://vice.com/read/millennials-on-spirit-quests-are-ruining-every-thing-about-ayahuasca)

Maney, K., 2016. Why the World Hates Silicon Valley disponível online em <http://www.newsweek.com/2016/06/17/silicon-valley-takeover-468182.html>

Mignolo, W., 2016. Só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina. Entrevista disponível online em <http://www.dw.com/pt-br/s%C3%B3-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-da-subjetividade-trar%C3%A1-mudan%C3%A7a-%C3%A0-am%C3%A9rica-latina-diz-walter-mignolo/a-5285265>;

Rofe M, 2003. I want to be global: theorising the gentrifying class as an emergent elite global community, *Urban Studies* 40, pp 2511-2526

Slater, T., 2014 There Is Nothing Natural About Gentrification disponível online em New Left Project [http://www.newleftproject.org/index.php/site/article\\_comments/there\\_is\\_nothing\\_natural\\_about\\_gentrification](http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/there_is_nothing_natural_about_gentrification);

Smith, N., 1979. Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people, *Journal of the American Planning Association*, 45, pp.538-548;

Sklair L, 2001 *The Transnational Capitalist Class*, Blackwell, Oxford;

Sundararajan, A., 2016. *The Sharing Economy. The End of Employment and the Rise of Crowd-Based Capitalism*, MIT Press;

Yudice, G., 2013. *A Conveniência da Cultura. Usos da Cultura na Era Global*. Belo Horizonte Editora Aggijunto.



**ESBOZOS PARA  
SOSTENER UNA  
VIDA COMÚN:  
UNA MIRADA A  
LA ECONOMÍA  
DESDE LA  
AUTONOMÍA**

*Grupo de Reflexión para la  
Autonomía (GRA) de Catalunya<sup>1</sup>*

## **NOSOTRAS**

Hartas del sin-sentido en el que vivimos, estamos entre las que decidimos organizarnos para hacerle frente. Para ello caminamos hacia una vida plena lejos de la que nos proponen el capitalismo, el Estado, el patriarcado y en general, la barbarie que nos rodea. Nos damos cuenta de que sin la reflexión necesaria vamos dando palos de ciego. Es por eso que buscamos en el estudio y debate colectivos sobre el mundo actual y la historia un rumbo imperfecto, pero que nos sirva como punto de partida para irlo enderezando.

Hoy nos encontramos reflexionando teóricamente con un ordenador, pero mañana nuestras herramientas serán una azada, una pancarta o una encuadernadora. Y es la perspectiva de este mañana la que hace que hoy queremos reflexionar. Porque el trabajo de ayer nutre las reflexiones de hoy. Queremos dejar claro que no estamos dispuestas a posponer nuestros sueños por no habérselo tomado suficientemente en serio.

## **¿PORQUE HACEMOS ESTE TEXTO?**

Porque creemos en esto. Porque, aunque nunca lo consigamos, vale la pena poner todos nuestros esfuerzos en construir otro mundo mientras hacemos frente a todas las adversidades que nos podamos encontrar en el camino. Estamos determinadas a poner sobre la mesa propuestas fruto de la práctica y la reflexión colectivas que nos sirvan para irlo gestando desde aquí y ahora. Este texto es pues un esbozo para romper con la co-

tidianidad imperante, que nos deshumaniza y nos mantiene a unos a expensas de la esclavitud de otros. Pretende ser una contribución para tejer, destripar y esclarecer ideas de como encarar la economía de una manera alternativa, más integradora con la vida que estamos determinadas a vivir.

Creemos que escribir las propuestas que vamos trabajando nos sirve tanto a nosotras, para construir con conciencia y auto-crítica, como a un nosotras en movimiento, para desarrollar una estrategia con visión de conjunto y fortalecer vínculos. Constantemente nos cuestionamos y queremos compartir nuestras dudas, romper tabúes, debatir de manera abierta sobre la economía que queremos y las limitaciones éticas y sociales existentes. Compartir nuestras reflexiones y proyecciones nos hace mejorar cualitativamente y consolidar nuestras experiencias. A la vez, nos permite ir desarrollando una estrategia para crecer en autonomía y hacer retroceder a las relaciones de dominación y de competición predominantes. Aún así, estamos lejos de desprendernos de las dinámicas que reproduce la lógica del sistema de dominación actual, puesto que la mayoría participamos de unos hábitos que nos hacen asentarnos en la comodidad mental y el bienestar material. Es por eso que queremos hacer frente al desconocimiento de las potencialidades que nos ofrece la cooperación con nuestros iguales, así como a la falta de propuestas de referencia que avancen hacia la transformación de la realidad vigente.

### **¿A QUIÉN VA DIRIGIDO?**

Esta propuesta va dirigida a todas las personas que no os conformáis con el estado de las cosas actual y decidís organizaros para construir un mundo nuevo y resistir los embates de la dominación actual. A todas vosotras os animamos a compartir también vuestras prácticas, vuestras perspectivas y vuestros sueños, para que nos ayudemos mutuamente a mejorar.

## A MODO DE INTRODUCCIÓN

Antes de nada, queremos reconocer la dificultad que comporta poner palabras a nuestras reflexiones y vivencias, así como el uso de una terminología determinada, que, en muchos casos y según nuestro bagaje, puede contener matices determinantes a la hora de compartir o no determinados puntos de vista. Este texto tiene la intención de profundizar en los aspectos materiales que contribuyen al sostenimiento de nuestras vidas. Con esta definición nos referimos a toda una serie de cuestiones que podríamos situar dentro del término “economía” y, a pesar de ser una definición amplia, preferimos que cada cual incluya dentro de esta esfera aquello que más se ajuste a su propia vivencia.

Entendemos la manera de afrontar la economía como un reflejo de la vida y no a la inversa, es decir, queremos decidir por encima de todo como y bajo qué valores queremos vivir, para después afrontar como sostenemos dentro de esta manera de vivir.

Actualmente, todos los aspectos que conforman nuestras vidas están parcelados y separados (el trabajo, la política, el ocio, la educación...) y en la mayoría de los casos, vinculados a unas prácticas perpetuadoras de la dominación que responden a una misma lógica: no ser amos de nuestra vida, ser un engranaje más de la jerarquía, ser subordinados de una relación de producción, competir para tener ventajas en la lucha por la supervivencia, querer estar en la parte más alta de pirámide de poder, etc...

En cuanto a la economía, a la que se da una centralidad extrema, se basa en la explotación, la especulación, la acumulación y la obtención del máximo beneficio, así como en el consumo desenfrenado de bienes y servicios y en el derroche de recursos; desviándose de lo que podría ser su significado más integral: Poner el énfasis en la vida en común. Para hacer frente a esto, nos hace falta un cambio profundo en la forma de concebir la economía, basándonos más en valores comunitarios, para no ser asimi-

lados por las dinámicas oligárquicas del sistema actual. Cabe decir que la fortaleza de estas dinámicas es tan grande que se hace complicado desprenderse de ellas. Nos aferramos a una materialidad que se nos presenta como necesaria, lo que nos hace identificarnos con lo que tenemos o podríamos tener. No nos planteamos desprendernos de ella por el riesgo social y personal que nos supone. Nos quieren solas para someter nuestra voluntad con la idea del bienestar. Nos han hecho dependientes del servicio de dominación que nos ofrecen estado y mercado, aislados individualmente sin la necesidad de entendernos ni de ponernos de acuerdo para resolver las cuestiones cotidianas.

En una escala mayor, estas dinámicas se traducen en la economía de mercado, donde juega un papel clave la supuesta libertad de comercio, donde sólo sobreviven los que pisan a los otros, para hacerse más grandes y más fuertes; todo es mercancía traducida en medios, tierras, e incluso personas que se compran y se venden indiscriminadamente. La rueda sólo gira si se perpetúa la dominación: De los humanos hacia la naturaleza, de los unos hacia los otros... Tanto a nivel global (territorios y países pobres sometidos por los ricos) cómo dentro de las diferentes zonas, encontramos el mismo patrón de explotadores y explotados. La globalización de esta jerarquía que nos ha traído la modernidad, tiene asociada las peores formas de dominación en cada lugar del planeta, y es probable que no tenga precedentes en lo historia humana. Cada vez quedan menos territorios, pueblos, sectores de población y recursos a explotar, y por lo tanto, la competición es cada vez más feroz para poder mantener el ritmo de crecimiento necesario para que el sistema prospere.

Si tal y como afirmó el geógrafo Eliseé Reclus “somos la naturaleza tomando conciencia de sí misma”, la separación de nuestras acciones del mundo natural, es uno de los puntos cruciales para la perpetuación de la actual economía y organización demográfica jerárquica. Ignorar la ecología, es ignorar que somos parte integrante de la naturaleza. Es por eso que el

proceso de extracción y manufactura de recursos para el sostenimiento de la vida, es inseparable de los efectos que estos procesos de producción generan sobre la naturaleza.

Así, nuestras acciones tienen que ir en todo momento encaminadas a diversificar, ampliar y enriquecer la vida y la naturaleza y todo desequilibrio parcial (espontáneo o generado por la acción humana) tendría que contemplar un plan realizable para su restitución.

## **DESMONTANDO LOS MITOS HISTÓRICOS QUE HAN CONSTRUIDO NUESTRA NOCIÓN SOBRE LA ECONOMÍA**

Uno de los principales mitos creados durante la modernidad, lo constituye la idea de que la moneda se inventó como una mejora de los intercambios, el trueque o el anticipo, habitualmente atribuido a Adam Smith. Diversos autores consideran sin embargo, que esta idea es falsa. El mito de que en algún momento remoto de la historia unas vecinas se intercambiaban una docena de gallinas por una cabra seguramente no sucedió nunca. Este hecho también es reconocido a nivel académico por muchos economistas, pero mantienen la tradición de mantener este mito en los libros de texto, porque lo consideran “pedagógico”. Desde la etnografía y la antropología se afirma, que nunca se ha conocido ninguna cultura aborigen que haya practicado el intercambio.

En realidad, la moneda surgió hace unos 5.000 años con la aparición de los primeros proto-estados e imperios agrícolas. El poder militar tuvo la necesidad de gestionar a gran escala el cobro de tributos de los pueblos conquistados (los ciudadanos libres no pagaban impuestos entonces, ya que pagar impuestos quería decir ser subyugado). Esta gestión se formalizó con unos patrones de equivalencia entre todo lo imaginable, los cuáles se podían usar para pagar impuestos: Grano, metales, ganado, muebles, etc. La moneda era virtual, un valor respecto a un patrón de referencia que podía ser un capazo de mijo o una onza de plata por ejemplo.

Para apoyar a los funcionarios de los palacios que gestionaban los impuestos y las otras tareas administrativas de los imperios, se fueron formando ciudades. Y en las ciudades se mercantilizaron los servicios para estos funcionarios: tascas, mercados, etc. En este comercio se utilizaba la misma moneda “virtual” del imperio. No se acuñaba moneda física, y probablemente los comerciantes a menudo anotaban las deudas de sus clientes que más adelante se pagaban, por ejemplo, en la época de cosecha del grano, etc. No se sabe muy bien como funcionaba, pero se hace difícil imaginar que la gente fuera pagando el consumo del día a día con capazos de mijo o pequeñas cantidades de plata.

La moneda física surgió más tarde, hacia el año 500AC, y fue otra vez una innovación militar. El acuñar moneda hizo posible pagar a los soldados “en metálico” y obligar a la población a pagar los impuestos en esta moneda. Cómo los únicos que tenían moneda para gastar eran los militares, de este modo se consiguió que toda la población se involucrara en alguna parte de la logística militar. Para obtener la moneda necesaria para pagar impuestos había que ofrecer algún producto o servicio que el ejército necesitara: armas, transporte, alimentación, servicios sexuales, etc. Esto liberó a los gobiernos de la gestión de todas estas tareas.

El uso de la moneda física para los intercambios entre la población es mucho más moderno. A menudo durante la edad media los monarcas requisaban todas las monedas para re-acuñarlas y la economía continuaba funcionando igual. La mayoría de la moneda continuaba siendo virtual, los comerciantes se apuntaban las deudas de los clientes para saldarlas en el futuro.

El concepto de trueque o anticipo es incluso posterior. Aparece en casos traumáticos donde una población que está acostumbrada a funcionar con moneda, de golpe no la tiene. Por ejemplo en las prisiones o después del colapso de la economía en Argentina.

Es decir, la historia es inversa a la que se explica a los libros de economía: primero aparecieron las monedas virtuales, después las físicas, y finalmente el trueque o anticipo.

Entender esta falsificación de la historia nos ayuda a comprender que el comercio no es una pulsión básica, universal, innata de las personas tal y como nos quieren hacer creer. En realidad, hasta que las diversas poblaciones del mundo no fueron subyugadas por las armas, eran completamente ajenas a la idea de comercio. La economía se gestionaba bien de manera comunal, con recursos comunes, o bien con recursos privados de cada unidad familiar, o bien mediante una combinación de las dos. Estos vínculos iban formando e institucionalizando un espíritu de ayuda mutua, donde el hecho de ayudar al otro va cogiendo la categoría de compromiso moral.

En contraposición a estas culturas populares, la idea del comercio formal, reglado, con intereses, destruye todo sentido de comunidad. Al tabular los valores de cada cosa y pagar la cantidad exacta que “vale” un producto o servicio, se favorecen las relaciones anónimas. Al darle un valor al tiempo, los intereses, ayudar a una persona deja de ser un acto de generosidad para convertirse en necesidad, en un instrumento de poder que se aprovecha de la debilidad circunstancial de la persona, para a menudo, endeudarla para siempre y que se así se convierta en esclava.

A lo largo de la historia estas dos concepciones opuestas de la economía han convivido en diferentes equilibrios de fuerza: a más relaciones comunitarias y de ayuda mutua, menos presencia del dinero y del valor de cambio, y viceversa.

## **RECUPEREMOS LA COTIDIANIDAD QUE QUEREMOS**

Aunque reine un tipo de economía destructora de los valores comunitarios, nuestras vidas y relaciones cotidianas están rodeadas de innumerables muestras de afectos y acciones de ayuda mutua desinteresada,

un principio sobre el que se ha edificado la vida, mucho antes de que la dominación hegemónica aconteciera. Abuelos, hijos y nietos que se apoyan bajo el mismo techo, amigos que se ayudan cuando tienen problemas emocionales, compañeras de trabajo que se apoyan para hacer frente a la explotación que reciben, el amor y el cuidado incondicional hacia los hijos, los que cuidan de los que no se valen por sí mismos.

Esta cotidianidad es la que queremos potenciar. Es por eso que hemos decidido ir dotándonos de espacios de convivencia, donde compartir miserias y proyecciones, donde hacer comunidad arraigados en el territorio: desde aquello cercano, hasta aquello más lejano y global. Poniendo todos los aspectos vitales en común, queremos romper con la parcialización que se nos impone desde fuera, romper con las tendencias exclusivistas de las tribus urbanas de las que hemos formado parte, para así volver a recuperar el sentido de la vecindad, compartir y poner en común con aquellas que, como nosotros, viven a nuestro lado.

A la vez que decidimos poner la vida en el centro, nos encontramos las dificultades que comporta cuidarnos y cuidar de nuestras compañeras de vida, grandes y pequeñas, de las carencias éticas y de actitud que nos impiden dar incondicionalmente sin esperar sacar rentabilidad individual en cada momento. Así mismo, apostamos por replantear la economía en el marco de la vida comunitaria y recuperar los medios para sostenerla autónomamente.

Algunas, a esto, le podemos llamar crear centros de resistencia, otras, vivir la revolución ahora... nosotras a menudo usamos el término "transición". Apostamos por una transición donde vayamos ensayando y extendiendo las diversas propuestas que hacemos, sin que esta idea sea una excusa para dejar para mañana lo que podemos hacer hoy. Por el contrario, entendemos que la transición es justamente el camino en el que los hitos son también medios, campo de experimentación para acertar y equivocarnos, y construir el destino de nuestras vidas.

## TRANSICIÓN HACIA UNA ECONOMÍA COMUNAL

A las cuestiones de si hay vida más allá de la modernidad capitalista, si la organización de la sociedad se puede desarrollar más allá de la imposición violenta del Estado y si nuestro sostenimiento se puede garantizar al margen del mercado-salario, nosotros respondemos que sí. La historia es un gran río de acumulación de experiencias, saberes y avances éticos, técnicos y espirituales, que constituyen la muestra inequívoca de que la comunidad humana basada en los cuidados y en los afectos, ha estado presente a lo largo de la mayor parte de la historia, a pesar de las instituciones jerárquicas de dominación, que han ido contra ella.

Todas las personas tenemos la necesidad de garantizarnos unas condiciones mínimas para vivir y disfrutar nuestra existencia, ya sea si lo hacemos por nuestra cuenta o si nos asociamos para hacerlo posible. Si no vivimos de rentas, privilegios heredados ni nos aprovechamos de la plusvalía de otros, la dedicación para garantizar nuestras condiciones materiales tiene que ser directamente proporcional a aquellas de las que hemos decidido disfrutar, o de otro modo, aquellas de las que no nos queremos desprender. La cuestión determinante es, de qué manera lo hacemos y qué pasos damos para que estas condiciones materiales, este “bienestar”, se pueda lograr cooperando y no compitiendo, construyendo comunidad y no aislándonos, comunalizando nuestra existencia y no vendiéndola a las instituciones de poder.

Ahora mismo, muchas nos encontramos en multitud de contextos donde somos partícipes de relaciones económicas que perpetúan dinámicas dominadoras, cosa que en muchos casos nos provoca frustración tendiendo a pensar que no estamos siendo coherentes... Creemos frente a esto, que nos puede ayudar el hecho de clasificar de alguna manera cada tipo de relación económica que establecemos, para discernir el nivel de contradicción según la interacción con la realidad que nos toca vivir, sin olvidar que tenemos la voluntad de tender hacia aquello más común e impulsar iniciativas que nos lleven hacia su consecución.

Con las siguientes esferas, hemos querido definir o catalogar algunas de las dinámicas o iniciativas con las que nos encontramos en nuestra cotidianidad y que nos pueden ayudar a identificar ciertos objetivos parciales en nuestro proceso de elección y de cambio. La voluntad de transitar apuntaría a tender hacia las primeras iniciativas de cada esfera, siendo conscientes de que hoy en día, a menudo tenemos que coexistir con casi todas ellas:

**A/ Esfera cualitativa: ¿qué tipo de relación económica establecemos?**

Economía del regalo o del compartir: prevalece el apoyo mutuo, no existe equivalencia entre lo que damos/recibimos y la contabilidad pasa a un segundo plano. Cada cual según sus posibilidades y a cada cual según sus necesidades.

Intercambio social: se establece una equivalencia para contabilizar los intercambios, mientras existe un control directo y reconocimiento mutuo a la hora de establecer un acuerdo. La propia acción de intercambio es generadora de vínculos sociales.

Transacción mercantil: hay una relación desigual entre el contratante y el contratado, ofertante y demandante, y las condiciones de compra/venta están preestablecidas. Ambas partes son en general desconocidas.

**B/ Esfera geográfica: ¿a qué distancia o proximidad territorial?**

Local. Vecindad, comercios familiares y mercados locales.

Regional. Mercados y empresas regionales o iniciativas afines con objetivos compartidos.

Global. Mercado competitivo.

**C/ Esfera de la intencionalidad: ¿con qué intención se desarrollan las relaciones económicas?**

Priorizar el hecho de compartir y redistribuir excedente hacia la co-

munidad una vez cubierto el auto-sustento.

Sostener únicamente las propias necesidades, independientemente de cuales sean estas.

Hacer negocio y acumular ganancia.

**D/ Esfera de gestión:** ¿qué tipo de vínculo existe en relación a la participación en el trabajo?

Horizontal-igualitaria, donde todos los miembros tienen los mismos derechos y deberes, voz y voto, y cada cual participa según su voluntad y capacidades.

Familiar-jerárquico, donde existe un vínculo, además de un rango de jerarquía por cuestiones familiares, bagaje o longevidad, un poder en desequilibrio a pesar de existir un respeto mutuo y una cierta capacidad de decisión. Podrían ser los vínculos de maestro/aprendiz jerárquicos.

Piramidal, sólo existe una relación contractual de empleado, con capacidad de decisión limitada a las funciones del cargo.

## **¿CÓMO TENDEMOS HACIA ALGO MÁS COMUNITARIO?**

**A/ Vivir con menos y poner en común**

Tenemos muy interiorizado el hecho de buscarnos la vida individualmente en el “mercado laboral”. Mientras algunos están mejor posicionados, la mayoría precarizamos nuestras vidas, dedicando un enorme esfuerzo que sólo alcanza para reproducir las dinámicas de consumo hegemónicas. Esta autoexplotación permanente o intermitente (según los periodos de paro) se experimenta mientras intentamos llevar a cabo acciones puntuales y a veces periódicas que realizamos para afrontar los excesos de la violencia estatal o para extender la propaganda y la agitación en nuestros entornos. Las campañas antirepresivas, comidas o cenas populares, las distris y el merchandising etc... y sobre todo, las fiestas “populares” configuran este panorama recaudatorio que rápidamente vuelve

a alimentar al sistema a través de las multas, el alcohol u otros consumibles que nos ofrecen empresas y multinacionales. Recordamos que el dinero recaudado viene de nuestra explotación en el mercado laboral, lo recogen nuestras compañeras y vuelve al mercado. ¿Que podemos hacer para interrumpir este círculo vicioso?

Podemos empezar por poner en común nuestras vidas, partiendo de nuestras posibilidades y de las que nos ofrezca el entorno. Esto no quiere decir que hayamos de vivir todas juntas bajo un mismo techo; pero sí que tenemos que buscar los medios que nos permitan generar las condiciones para ir compartiendo progresivamente más y, así, hacer un uso cada vez más eficiente de los recursos: cuánto más tiempo está inmovilizado o inutilizado un recurso, menos favorable es para nuestra autonomía. Compartir recursos, es compartir la economía, y compartir nos lleva a preocuparnos y cuidarnos las unas a las otras, ampliando el espíritu comunitario y la cultura del compartir.

Para que todo este cambio que proponemos salga adelante, creemos que es fundamental hacer una apuesta profunda por la simplicidad voluntaria, tanto a nivel individual como a nivel colectivo y reducir dentro de lo posible las necesidades materiales para poder aumentar las inmateriales, como el cuidado o la estima mutua. Vemos imposible proponer cambios profundos sin cuestionar el modelo de vida y de consumo.

### **B/ Zona de autogestión local (ZAL): catalizador del transitar**

Pensamos que nos hacen falta proyectos locales arraigados en el territorio, que integren la autogestión material, la recuperación de comunidad y la re-localización; dispersos por el territorio pero conformando una comunidad amplia. Estos nos permitirán experimentar y vivir la autonomía (no sólo pensarla), que es la forma básica de entenderla, asumirla y comunicarla, tanto por la parte económica cómo por cualquier otro aspecto de la vida. Pensamos que hoy en día ya existen zonas que de alguna manera

están empezando a funcionar con esta visión, en este caso lo que proponemos es fortalecerlas y ampliarlas.

No paramos de ver compañeras que, solas ante la injusticia actual y sin un tejido que dé sentido integral a sus luchas, optan por reducir drásticamente su compromiso, acomodándose en el estilo de vida que fomenta el actual sistema o directamente rindiéndose.

Es por eso que queremos que estos espacios nos sirvan para juntarnos y hacernos fuertes, pero sin convertirse en ghetto. En este sentido, vemos fundamental estar arraigadas en nuestros barrios y pueblos, tejiendo relaciones entre gente diversa.

La ZAL estaría formada por un conjunto de comunidades y personas de una misma zona, que deciden poner en común una parte importante de sus vidas, para construir una forma de vida en el marco de la autonomía (en todos los aspectos, incluyendo el material). Algunas de las propuestas materiales concretas para estas zonas serían:

Compartir la economía, o mejor dicho, generar una economía que fomente el compartir: Algunas experiencias que estamos viviendo y que nos están funcionando (con todas las imperfecciones que siempre nos acompañan), son las economías comunes. Estas se dan normalmente en colectivos en que se comparte tanto convivencia como proyecto político. El funcionamiento es muy sencillo: todo lo que ingresamos lo ponemos en un bote y de aquí cubrimos los gastos comunes, incluyendo la compra y el mantenimiento de medios de producción y de nuestras luchas, además de lo que cada cual necesite para vivir. De este modo integramos y formalizamos un funcionamiento basado en el compartir. Cada cual coge los recursos según sus necesidades y aporta según sus posibilidades. Conocemos muchas variantes de esta propuesta; con sueldos iguales en vez de que cada cual escoja cuanto necesita, con aportaciones dependientes del trabajo realizado... En la medida que tengamos confianza y aprecio creemos que vale la pena priorizar aquellas prácticas donde la confianza

sea el pilar, donde cada cual vea lo que puede aportar/necesitar y no prefiarlo con sueldos o aportaciones iguales.

Colectivizar para más adelante comunalizar bienes: Creemos que es muy importante ir generando espacios comunes o comunitarios y fortalecerlos. En el ámbito material apostamos por ir colectivizando tanto medios de producción como fincas, que inicialmente pertenezcan al conjunto del colectivo que lo gestiona, pero que a la larga, si surge una comunidad más amplia en la zona (una zona de autogestión local), que esta se convierta en propietaria. Así, si por ejemplo tenemos un molino de piedra, primero sería del colectivo que lo gestiona, podría ser de un conjunto de comunidades que se autoabastecen (ZAL) si existiera y finalmente, del conjunto de vecinos y vecinas organizadas horizontalmente en la zona, en el supuesto de que haya un espacio con estas características (comunal).

Que sea de propiedad comunal o de la ZAL quiere decir que: Es desde aquí desde donde se decide quién tiene asignada su gestión, que puede estar en manos de personas o colectivos que en el caso de marchar de la zona o que no lo gestionen con perspectiva de mirar por el común, se les puede retirar el uso para dárselo a otros que si que estén dispuestos a hacerlo. Esto nos sirve también, para prevenir futuras posibles privatizaciones de aquello colectivizado y asegurar el uso para el común. También se podrían crear cooperativas de crédito en nuestras comunas y ZAL, que puedan ser más o menos formales, puesto que la economía colectiva de un proyecto, al fin y al cabo actúa como una cooperativa de crédito, donde ponemos los recursos de todas las personas del colectivo y entre todas decidimos que hacemos con ellos. Este funcionamiento se podría extender a grupos de personas más amplios, juntando la totalidad o parte de los recursos monetarios de varias personas y proyectos de una zona de autogestión local y cediéndolos a otros proyectos de la zona.

### C/ El problema del dinero: maneras de obtener recursos

El dinero que impregna nuestra cotidianidad y mediatiza nuestros actos diariamente, es también un medio para lograr nuestros objetivos. Accedemos a él vendiendo nuestra fuerza de trabajo, mediante subsidios, expropiaciones o diferentes privilegios. Nuestro propósito es extraer el máximo de recursos del sistema para dotarnos de medios para ir consolidando las estructuras que sostengan nuestras vidas, prestando atención a qué dedicación le damos a esta actividad, la naturaleza de la misma y claro, el uso que les damos a estos recursos.

Siempre nos han dicho que “robar está mal”, pero cuando tomamos conciencia del mundo en el que vivimos, nos damos cuenta de que esta aseveración es en realidad una doctrina moral que pretende mantener los privilegios y los bienes que acumulan los ricos. Así mismo, sufrimos un robo sistemático de nuestra energía, la salud, el tiempo, el alma y el propio hecho de estar vivos, de los que dirigen la producción (estados y empresas) hacia los que somos esclavos suyos, lo que les permite perpetuar un reparto desigual e injusto de la riqueza. Del mismo modo, las leyes están hechas para favorecer los intereses de unos pocos, generando grandes dificultades para poner en marcha proyectos que pueden favorecer la autonomía de las personas. Nuestra ética nos dice que no podemos vivir del robo, ni robar entre iguales, pero que la expropiación a entidades oligárquicas se puede poner al servicio de la autonomía (valorando el beneficio según los riesgos), como son tierras abandonadas o en desuso, maquinaria inmovilizada u otros excedentes acumulados que no estén respondiendo a las necesidades de la población.

Con la misma finalidad, no nos avergonzamos de colectivitar los subsidios del Estado, paros, pensiones u otras pagas, o pagar los mínimos impuestos posibles (desobediencia económica), puesto que de otra manera, alimentan un presupuesto sobre el que no tenemos mucho a decir y que se articula a través de unos ministerios piramidales que en general, favo-

recen el adoctrinamiento y la dominación. En síntesis, proponemos extraer el máximo de recursos del Estado y otras entidades oligárquicas para revertirlos al común, donde de manera directa y sin tutelajes, podamos decidir que hacer con ellos.

Por otro lado, los ahorros individuales, las herencias u otros privilegios, pueden alimentar procesos de construcción colectiva. A menudo nos encontramos que el impedimento más grande es la falta de confianza y el miedo en relación a las compañeras y los proyectos en los que estamos involucradas. Por eso creemos que hay que superarlo generando proyectos sólidos y relaciones de aprecio y apoyo mutuo. También pensamos que a medida que vayamos generando zonas con estructuras de vida comunitarias, es posible que gente del nuestro entorno también se anime a contribuir aportando recursos para impulsarlos.

También, existen en todo el mundo numerosas organizaciones filantrópicas (principalmente en países de alto poder adquisitivo) que destinan fondos a “causas sociales y medioambientales” y que no representan ningún peligro para la autonomía de nuestras iniciativas, siempre y cuando se responda a una necesidad concreta y con objetivos previamente establecidos por nosotros mismos, la cantidad a recibir esté definida y por tanto, no sea indefinida en el tiempo, quien financie no fiscalice ni altere los acuerdos tomados por el colectivo y que no exista obligación de realizar propaganda de la entidad.

Así pues, apostamos por poner sobre la mesa el tabú del dinero y hacer un uso responsable, ético y colectivo de él, sin derrocharlo ni usarlo respondiendo a un interés particular, reconociendo que es un medio central hoy. Paradójicamente, a menudo necesitamos de dinero para dotarnos de los medios que nos permitirán ser menos dependientes al ir reduciendo nuestra relación individual con él, para ponerlo al servicio de nuestras colectividades.

## ACABAR CON LA ECONOMÍA DE MERCADO

La economía de mercado impregna casi todos los rincones de nuestra existencia. Las dinámicas del capitalismo llevan a mercantilizar cada vez más esferas, con ejemplos como el del agua, la energía, la tierra, incluso el aire, mediante los “bonos” de CO2.

La famosa “mano invisible” que supuestamente regula los mercados, es claramente una estafa. Las élites aprovechan su posición de poder para acumular información, poder y recursos, y con esto conducen el mercado en su beneficio. Una prueba es la creciente acumulación de poder económico cada vez en menos manos, donde muy pocas empresas se reparten el mercado mundial, como en el caso del sector de la agroindustria.

Por el contrario, la economía que queremos es aquella que se sustenta en las decisiones de las propias comunidades auto-gobernadas. Nuestra propuesta es que estas, por voluntad propia, directa y autónoma, evalúen sus necesidades, sus voluntades, determinando por qué, como, qué y para quién producir. En estas comunidades tiene que poder participar todo el mundo. Esta economía democrática, puede contemplar evidentemente mercados municipales o regionales, donde lo que se reproduce no es la mercancía como propiedad, ni el interés particular como finalidad, sino la creación de un valor de uso (valor en relación al esfuerzo destinado y a lo que puede aportar socialmente cada uno, no al precio que le da un mercado) y vínculos humanos sustentados en relaciones de afecto mutuo. En estos mercados podrían ser distribuidos sobre todo bienes previamente catalogados como no-básicos, para no comercializar con productos de primera necesidad.

La propuesta más concreta en una zona, consistiría en visualizar las necesidades que tenemos como población, ir generando un tejido productivo cooperativo que pueda abastecernos y, paralelamente, asambleas en los pueblos y barrios, para que sean estas las que asignen la gestión de los grandes recursos de los que disponemos: bosques, ríos, maquina-

ria, infraestructuras... Creemos que hay que pensar en mecanismos de coordinación para evitar la competición y la guerra de precios, puesto que conocemos muchos proyectos cooperativos que, inmersos en la economía de mercado, han acabado auto-explotándose y convirtiéndose en una pieza más del engranaje.

Por otro lado, vemos claramente como, en general, el trabajo asalariado nos aleja de preguntarnos que queremos hacer y con que objetivo, encontrándonos inmersos en trabajos que lo que hacen es aportar más poder y recursos a las élites, precarizando y desempoderando cada vez más a las capas bajas de la sociedad, agravando así los problemas presentes en la sociedad en la que vivimos. Por el contrario, podríamos organizarnos para trabajar colectivamente dentro de nuestras comunidades, fortaleciendo lazos de compañerismo y que, el hecho de conseguir un salario para vivir, no esté absolutamente separado de la actividad de nuestras comunidades. Queremos apostar por un trabajo que encamine todo nuestro potencial creativo hacia la comunidad, realizando tareas que aporten al bien común, nos vinculen entre nosotros y dejar de contribuir con nuestro trabajo a que el capital continúe expandiéndose y perpetuando su barbarie.

Al margen de este horizonte de abolir el trabajo asalariado, somos perfectamente conscientes que nos hace falta un proceso de transición. Por un lado, algunos trabajos pueden ser clave para poder sacar información relevante, también pueden servir para hacer difusión de un nuevo mundo desde puestos de trabajo públicos o científicos, y finalmente, para extraer recursos y financiar medios de producción para nuestros proyectos. Pero en el supuesto de que veamos que por alguna razón el trabajo que realizamos no es estratégico, pensamos que valdría la pena intentar minimizarlo al máximo, optando por vivir con simplicidad voluntaria, gastando los mínimos recursos en el exterior. No nos hacen falta proclamas sobre la abolición del trabajo asalariado, la propiedad privada, el

dinero y el interés. Nos hacen falta actos y acciones colectivas que nos permitan constituir formas estables de sostenernos, cooperando y estimándonos y no sometiéndonos los unos a los otros.

## **COOPERATIVISMO POPULAR**

Estamos convencidas de que las cooperativas pueden ser una pieza muy importante de esta propuesta de transición, puesto que favorecen un funcionamiento horizontal y a menudo producen bienes y servicios con una perspectiva empoderadora. Aún así vemos algunos peligros. Se pueden enumerar gran cantidad de casos de cooperativas que nacen con una voluntad de transformación de raíz de la sociedad, pero que debido a las reglas de competencia de la economía de mercado en la que estamos inmersos, se ven avocadas a ser a una empresa convencional más, reduciendo o minimizando cualquier finalidad social que pudieran tener, a la viabilidad que el mercado les permite. Los mecanismos de cooptación del sistema son sutiles y muy eficaces: por un lado el hecho de tener que competir en calidad y precios, puede hacer que tengan que vender más barato, precarizando el propio trabajo; la falta de ventas o financiación les puede llevar a hacer trabajos que no se pensaban realizar; la falta de recursos puede llevar a aceptar subvenciones que hagan trabajar legitimando instituciones dominadoras... Otro peligro es que, a pesar de que la gestión de la entidad sea horizontal, no lo es la participación de los consumidores. Esto a largo plazo, puede conducir a tener en cuenta las necesidades propias y no las de la comunidad en su conjunto.

Para revertir esta situación, pensamos que es necesario juntar las esferas de la vida económica y política (producción, creación, planificación, deliberación, decisión), vinculando las cooperativas con asambleas populares de barrios o pueblos, siendo estas las que tomen las decisiones estratégicas de que, como y para quién producir y que sea la cooperativa la que dirige los asuntos más técnicos del día a día. En el caso de que no

existan asambleas de este tipo, la entidad o conjunto de entidades más aglutinadoras que que compartan una estrategia comunizadora en la zona, pueden asumir este papel. Además se deberá tener en cuenta que estas cooperativas responderán al nivel correspondiente de toma de decisiones (vecindario, pueblo, ciudad, región, etc...), según el grado de complejidad, las particularidades del territorio, la demanda y los límites o la viabilidad del bien a crear.

Vemos como una herramienta interesante la coordinación “gremial” entre cooperativas del mismo ámbito de creación, desde donde comparar estrategias, herramientas, aprendizajes y habilidades entre ellas. Esta coordinación podría llegar a ser todavía más fuerte unificando en una sola entidad todas aquellas cooperativas de un mismo gremio para que las ventas se puedan realizar de manera conjunta y abolir así cualquier posibilidad de competencia. Pensamos que esto es posible también manteniendo la producción repartida por el territorio, con todas las ventajas de gestión común que esto supondría (compra de materiales conjunta, única comisión de ventas, mecanismos internos para invertir y optimizar la producción...). Siempre, eso sí, siguiendo la premisa anterior, para que estos gremios no se conviertan en lobbies desarraigados de las comunidades, como pasa en la actualidad.

## CONCLUSIÓN

Vemos que todos los temas que hemos abordado se podrían ampliar mucho más, pero esta tarea queda de momento para futuros textos. También queremos dejar claro que este texto no es un punto y final, sino un punto de partida en construcción constante. En este sentido, nos proponemos para debatirlo y compartirlo con quienes quiera y tenga ganas.

También queremos comentar que este texto ha sido fruto de un trabajo colectivo, en el que hemos participado varios miembros del Grupo de Reflexión para la Autonomía. Además, estas reflexiones se alimentan

de los encuentros en los que gente diversa estamos pensando conjuntamente la autonomía y como dotarnos de infraestructuras libertarias. Partimos de nuestra propia experiencia, así como de la de la gente que camina a nuestro lado, para combatir en favor de otra vida.

Por cualquier sugerencia, aportación o crítica podéis escribir a: [gra@pimienta.org](mailto:gra@pimienta.org)

## BIBLIOGRAFÍA Y REFERENCIAS

“Sí, los proyectos de economía autogestionada también tienen problemas”. [http://www.nodo50.org/ekintza/IMG/article\\_PDF/SI-LOS-PROYECTOS-DE-ECONOMIA\\_a636.pdf](http://www.nodo50.org/ekintza/IMG/article_PDF/SI-LOS-PROYECTOS-DE-ECONOMIA_a636.pdf)

“Propuesta de transición hacia una sociedad del bien común”: <http://cooperativa.cat/es/propuesta-de-transicion-hacia-una-sociedad-del-bien-comun>

“Empresas demóticas: camino hacia una nueva economía democrática”: <http://democraciainclusiva.org/txt/eempre.pdf>

“Autonomía Comunal en Euskal Herria”(revista Nahimen II - 2015): [http://nahimen.org/onewebmedia/NAHIMEN\\_II\\_Udazkena\\_2015.pdf](http://nahimen.org/onewebmedia/NAHIMEN_II_Udazkena_2015.pdf)

“Autogestión de la miseria o miserias de la autogestión” (Terra Cremada): [http://terracremada.pimienta.org/autogestio\\_cas.html](http://terracremada.pimienta.org/autogestio_cas.html)

“En deuda, una historia alternativa de la economía” (David Graeber) <http://uploaded.net/file/7eby566a>

“Democracia económica: ideas para avanzar”. <http://apoyomutuo.net/democracia-economica-ideas-avanzar/>

Encuentro de infraestructuras libertarias: <http://infraestructures.alcarrers.org>

“El comú català” de David Algarra <http://www.elcomu.cat>

Web que recoge información sobre el comunal <http://reconstruirelcomunal.net/>

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL<sup>1</sup>

*Ricardo Rohm<sup>2</sup>*

*Carine Morrot de Oliveira<sup>3</sup>*

1 Texto adaptado da monografia submetida à coordenação de curso de Administração da UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de bacharel.

2 **Ricardo Rohm** é professor adjunto na UFRJ, criador e coordenador do Programa de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano, Formação de Lideranças e Governança Social, desde 2007. Atua nas áreas de gestão de pessoas, gestão do conhecimento e Business Intelligence, políticas públicas em direitos humanos, estudos de subjetividade na pós-modernidade e psicologia organizacional.

3 **Carine Morrot de Oliveira** é formada em Administração pela UFRJ, trabalha apoiando organizações, comunidades, grupos e indivíduos usando ferramentas e práticas como o Dragon Dreaming e a Sociocracia. Pesquisa e atua na estruturação de modelos organizacionais alternativos que promovam o desenvolvimento como liberdade e co-criação de um novo sistema econômico que sustente a vida.

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

FERNANDO TEIXEIRA DE ANDRADE

É nítido o avanço conquistado durante o século XX em diversas áreas do conhecimento. Em média, as pessoas vivem mais tempo e inúmeras doenças, que em outros tempos dizimaram populações, hoje são tratáveis. A Revolução Tecnológica trouxe avanços nos setores de microeletrônica, computação e telecomunicações, influenciando diretamente a extensão, o custo e a velocidade de circulação das informações, bem como forçou a busca por novos processos produtivos e novos modelos de gestão. Isso permitiu um alto grau de inovação e uma composição mais eficiente do trabalho, do capital, dos conhecimentos gerados e dos recursos naturais<sup>4</sup>. Consequentemente, houveram aumentos de produtividade e lucratividade e a organização do trabalho sofreu diversas modificações para a adaptação ao novo paradigma global informacional<sup>5</sup>. Em suma, o capitalismo trouxe avanços tecnológicos positivos, pela conquista de uma

4 DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

5 FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo. Boitempo Editorial. 2007.

produtividade crescente, pelos avanços na saúde, na informação, no melhoramento de processos produtivos.

Ao mesmo tempo, mesmo com todo avanço, é nítida também a persistência – inclusive o agravamento – de questões sociais como a pobreza, a fome, a violação de direitos básicos de diversos grupos minoritários, entre eles, as mulheres, e da grave crise ambiental atual que ameaça a sustentabilidade da vida no planeta<sup>6</sup>. A consolidação do neoliberalismo ocorrida juntamente com os avanços tecnológicos positivos e também a consolidação das empresas privadas como modelos a serem seguidos por excelência e a crença de que são os grandes responsáveis pelo progresso e riqueza das nações levou ao enfraquecimento das instituições sociais, em especial, o Estado. O aspecto econômico, alçado à categoria de valor supremo, transformou a sociedade de tal forma que dissolveu os valores sociais e coletivos<sup>7</sup>. Como aspectos negativos desse período pode-se destacar: o pouco controle e regulamentação em áreas que afetam diretamente a vida humana como a genética, as indústrias bélicas, de química fina ou a agroindústria. Somado a outros efeitos colaterais como a concentração de renda e a sistemática contração das liberdades dos indivíduos fica revelado que o modelo de desenvolvimento capitalista não traz tantos benefícios para a maior parte da população do planeta<sup>8</sup>. Sua superação, portanto, é o ponto fundamental no processo de desenvolvimento da humanidade.

Estudioso sobre a temática, Boaventura Sousa Santos indica que a alternativa se encontra na construção de um novo padrão de relações locais, nacionais e transnacionais, baseadas nos princípios da redistribuição

6 DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

7 DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

8 FERREIRA, José Maria Carvalho. *Da impossibilidade de superar a crise do capitalismo*. Revista Utopia, 2008.

(igualdade) e do reconhecimento (diferença)<sup>9</sup>. Amartya Sen, Nobel de economia, acredita e comprova que, ao priorizar questões sociais, saúde e educação, cria-se a base para o aspecto econômico de uma forma saudável. Para isso, é necessário que sejam eliminadas as privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas exercerem ponderadamente sua condição de livre agente. Pois é disto, de poder fazer aquilo que se tem motivo para fazer, que deriva o desenvolvimento e a transformação de realidades<sup>10</sup>.

Já existem diferentes iniciativas populares organizadas localmente e articuladas em redes de solidariedade transnacional em todo o mundo como forma de resistência à exclusão social, buscando espaço para a participação democrática, para a construção da comunidade, para alternativas a formas dominantes de desenvolvimento e conhecimento<sup>11</sup>. A seguir veremos relatos de iniciativas que estão usando “novas” formas de gestão afim de transformar realidades e questionar os padrões de uma economia que já não mais faz sentido.

## “NOVAS” FORMAS DE GESTÃO

As “novas” formas de gestão narradas a seguir, a saber, Economia Solidária e Empreendedorismo Social, procuram resgatar os valores sociais e coletivos que foram se perdendo diante às investidas (neo)liberais, dentre os quais: igualitarismo (não hierarquia), solidariedade, autogestão, tomada de decisão por consenso, coletividade e compartilhamento. É importante grifar que esses tipos não são engessados, e seus conceitos não são consensuais, existindo bastante confusão em relação à conceitua-

9 SOUSA, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006. Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2006.

10 SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

11 SOUSA, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006. Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ção e diferenciação de Economia Solidária e Empreendedorismo Social<sup>12</sup>. Contudo, o foco deste trabalho é demonstrar que independente de conceituações teóricas, é possível a criação e a operação de um modelo bem menos agressivo do que o vigente. Uma das principais diferenças percebidas nesta pesquisa entre Economia Solidária e Empreendedorismo Social é o lucro. De modo geral, para este último, o lucro, quando não abusivo, é positivo, sustentando e mantendo o negócio aquecido; enquanto que para a Economia Solidária, é visto como desnecessário, uma vez que é o excedente após pagamento de todos os dividendos (incluindo pró-labores e retorno aos acionistas).

Outra característica que distingue bem estes dois tipos é sua estrutura: no Empreendedorismo Social, as organizações se assemelham a empresas privadas, muitas vezes funcionando de forma hierárquica. Já na Economia Solidária, é possível perceber uma maior variedade: associações, cooperativas, coletivos e grupos que podem funcionar em rede e lideranças que se alternam de acordo com a situação.

Por fim, nota-se que cada organização que busca construir esse “novo” modo de gestão possui uma experiência única, que contém uma mistura de características e nuances que se diferenciam entre si, podendo apresentar também algumas contradições como aspectos da economia de mercado, tão enraizados na cultura pós-moderna. No entanto, apesar de tais contradições, um ponto crucial levado em consideração neste trabalho são os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção do mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado, que sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico vigente.

12 VALENTIM, Igor. Confiança, Economia Solidária no Brasil e a construção de novos mundos. Revista de Economia Solidária, v. 1, n. 1, p. 87-110, 2009. GODOI DE SOUSA, Edileusa.; GANDOLFI, Peterson.; GANDOLFI, Maria Raquel. Empreendedorismo Social no Brasil. Um fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. [2011]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3965860>

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

Estudiosos sobre o tema afirmaram não haver um consenso a respeito da definição de Economia Solidária (ES), que começou a ser estudada no final do século XX, como forma de contornar as consequências áridas do sistema econômico e político excludente. No entanto, é possível notar que o referido “surgimento” da ES é na verdade muito anterior, tendo como marco nos anos 1990 apenas a invenção de seu conceito, começando assim a ser discutido na academia. No texto “A tomada de decisão que leva em conta a sustentabilidade”<sup>13</sup>, é possível conhecer o modo de funcionamento do povo Okanagan, uma tribo indígena norte-americana que traz muito o sentido da ES. O conceito “en’owkin”, nada mais é do que um princípio norteador da autogestão desta comunidade:

“O nosso modo tradicional de tomar decisões (...) envolve um processo específico chamado *en’owkin*. Essa palavra provém da linguagem sofisticada do povo okanagan e originou-se de uma filosofia desenvolvida para incentivar a cooperação voluntária. As três sílabas que formam essa palavra na língua okanagan invocam a imagem de um líquido sendo absorvido gota a gota pela cabeça (mente) – possibilitando que se chegue ao entendimento por meio de um suave processo de integração. Tradicionalmente, o povo okanagan recorria a esse processo quando a comunidade tinha que fazer uma escolha. (...) um dos membros mais velhos solicita às pessoas (...) que cada uma delas contribua (...) O que se segue não é tanto um debate como um processo de esclarecimento, que incorpora informações do maior número possível de pessoas, por mais irrelevantes, triviais ou controversas que possam parecer essas informações – uma vez que, no *en’owkin*, nada é descartado ou visto com preconceito. O processo é conduzido deliberadamente, num primeiro momento, não para a busca da solução. Antes, ele busca informações

13 ARMSTRONG, Jeannette. En’owkin: A tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade. In: Stone, M., Barlow, Z. (orgs.) Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável. Cultrix, 2006.

concretas, investigando como a decisão pode afetar as pessoas e as coisas tanto a longo quanto a curto prazo. A etapa seguinte do processo desafia o grupo a sugerir possíveis soluções, sem esquecer de nenhum dos interesses manifestados pelos outros”<sup>14</sup>.

Na tradição desta tribo, os mais velhos desenvolvem os mais novos para terem a percepção de um dos quatro prismas: “anciões”, “mães”, “pais” e “jovens”. Os “anciões” são os representantes da terra, que têm a responsabilidade de questionar de que maneira a decisão vai afetar a terra – e assim, os alimentos, a água, e as próximas gerações. “Mães” são aqueles que se responsabilizam com o bem-estar familiar e com as relações dentro da comunidade e dão conselhos importantes sobre política e sistemas que funcionam com base nas relações humanas. Os “pais”, por sua vez, são os membros que ficam responsáveis pela segurança, sustento e moradia, indicando estratégias práticas, logística e ação. “Jovens” são aqueles que possuem um profundo potencial de energia criativa e desejam mudanças que trarão um futuro melhor. Eles são responsáveis por aplicar seu talento criativo e artístico em busca de inovações, novas formas de ver as coisas. Não existe um protocolo rígido, mas é certo que cada membro exerça o papel que lhe seja mais natural, mais apropriado. “O objetivo do processo não é as pessoas persuadirem a comunidade de que elas estão certas, (...) mas fazer com que cada indivíduo entenda da maneira mais clara possível as razões por que as opiniões dos outros são contrárias às suas. Cada pessoa é responsável por perceber as visões, preocupações e razões das outras, já que é do interesse dela própria que a decisão atenda a necessidade de toda a comunidade. Como esse processo não exige a concordância de todos – pois isso raramente ocorre -, o resultado é cada um ser totalmente informado durante o processo sobre o que vai acontecer e como

14 ARMSTRONG, Jeannette. En’owkin: A tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade. In: Stone, M., Barlow, Z. (orgs.) Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável. Cultrix, 2006.

cada pessoa vai contribuir. A ação finalmente escolhida será a melhor possível para a comunidade, levando-se em consideração tanto as suas necessidades sociais concretas a curto prazo quanto as suas necessidades psicológicas e espirituais a longo prazo”<sup>15</sup>.

A abordagem da democracia atual como “o poder da maioria” não é salutar pois “institui a opressão da maioria, situação na qual sempre haverá conflito. (...) [Na tradição okanagan], a voz da minoria é a voz mais importante a ser considerada, porque é ela que mais provavelmente vai nos dizer que erros estamos cometendo, do que não estamos cuidando, o que não estamos fazendo ou onde não estamos atuando com responsabilidade. (...) Ao colocar em prática a vontade da maioria, muitas vezes criamos uma grande disparidade e injustiça para a minoria, o que por sua vez, vai provocar divisões, polaridades e dissensões constantes. Esse tipo de processo é na verdade um modo de garantir a hostilidade e a divisão contínuas, cujos resultados serão atos de agressão que podem desestabilizar toda a comunidade e criar insegurança, desconfiança e preconceito. A verdadeira democracia não significa poder em termos numéricos, mas colaboração enquanto um sistema organizado”<sup>16</sup>.

Não foram encontradas pesquisas que apontassem uma estimativa do surgimento deste povo, mas sabe-se que as tribos americanas, de um modo geral, populavam a América muito antes da chegada dos colonizadores europeus; portanto pode-se afirmar que práticas de autogestão e a vida em comunidade baseada em valores solidários, participativos e de igualdade datam de muito antes do que o final do século XX.

É importante notar que usar métricas de um determinado espaço-tempo para categorizar, enquadrar e rotular práticas referentes a outro

15 ARMSTRONG, Jeannette. En'owkin: A tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade. In: Stone, M., Barlow, Z. [orgs.] Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável. Cultrix, 2006.

16 ARMSTRONG, Jeannette. En'owkin: A tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade. In: Stone, M., Barlow, Z. [orgs.] Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável. Cultrix, 2006.

espaço-tempo tem implicações que não são triviais. Da mesma forma que os gregos da Grécia Antiga não se reconheceriam como homossexuais, os índios Okanagan não se considerariam praticantes de ES, exatamente como ocorre até hoje: integrantes de organizações teoricamente ‘reconhecíveis’ como pertencentes à ES muitas vezes desconhecem do que se trata.

Neste ponto é essencial registrar a importância da experimentação e da vivência para compreender que as categorias, conceitos e classificações teóricas não conseguem abarcar todas as possibilidades de práticas existentes no mundo real. Elas existem por fins didáticos, para o entendimento de modelos, processos, práticas e afins. No mais, as categorias nos levam a generalizar, padronizar, enquadrar – o que vai de encontro aos valores e ideias buscadas neste trabalho. É preciso ter em mente, portanto, que cada experiência, cada organização que envolve os valores e práticas aqui relacionados é única, possuindo aspectos, nuances e até mesmo contradições singulares. Assim, podemos compreender a ES “como um conceito-movimento que diz respeito a iniciativas coletivas que buscam, em contínua tensão, valores como a solidariedade, o igualitarismo e a autogestão, distintos daqueles capitalistas, ainda que as expressões e sentidos destes próprios valores sejam diversos em suas múltiplas manifestações”<sup>17</sup>.

Com o intuito de ilustrar o funcionamento prático da Economia Solidária, a seguir está descrita a iniciativa do Banco Palmas.

## **BANCO PALMAS**

O Banco Palmas surgiu como consequência da mobilização comunitária dos moradores do Conjunto das Palmeiras, periferia de Fortaleza. Removidos de suas casas em uma favela à beira mar na cidade nos

17 VALENTIM, Igor. Economia Solidária em Portugal: inspirações cartográficas. Alameda, Mó de Vida, 2012.

anos 1970 para especulação imobiliária, o grupo de pessoas foi realocado numa região pantanosa e de difícil acesso, ausente de qualquer infraestrutura. Diante daquela situação, em período de ditadura militar e, portanto, sem poder reivindicar, a população local começou a se mobilizar. “Habitando o inabitável” foi o tema de uma das primeiras reuniões do que veio a se tornar a associação de moradores do bairro. Com as próprias mãos, os habitantes do Conjunto das Palmeiras fizeram a urbanização do local: construíram o sistema de esgotamento, a pavimentação de ruas, o sistema de transporte e mais o que fosse necessidade para a comunidade - creches e até mesmo uma casa de partos, mais tarde fechada pelo governo, “que não fornecia nenhuma assistência e ainda criava barreiras para as soluções criadas pela ação comunitária”<sup>18</sup>.

No fim dos anos 1990, com a urbanização concluída, parte da população do Conjunto começou a se desfazer de suas casas para ir morar em outras favelas, por não conseguir arcar com as despesas (IPTU, água, luz, entre outras). Para compreender a situação, até então entendida como falta de dinheiro, foi feito o Mapa da Produção e do Consumo, um levantamento do consumo das famílias: marca e quantidade dos produtos e local de compra. O resultado demonstrou que as 30 mil famílias do Conjunto das Palmeiras consumiam por mês um montante de R\$1,2 milhões com alimentação, vestuário e produtos de higiene e beleza, tudo comprado fora do bairro. Assim, para manter a riqueza produzida no próprio bairro, o Banco foi criado para conceder microcrédito tanto para o consumo, tanto para financiar pequenos empreendimentos, gerando postos de trabalho e renda<sup>19</sup>.

A moeda social, o Palmas, lastreada e indexada ao real, é aceita em centenas de empreendimentos no Conjunto das Palmeiras, de pontos de comércio, como mercearias, ao posto de gasolina e até mesmo no

18 LINO, Elias. Palestra sobre o Banco Palmas em setembro de 2013.

19 INSTITUTO PALMAS (2010). Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br>

transporte público. O modelo do Banco constitui-se numa operação integrada de quatro produtos: (1) crédito em Palmas, que é direcionado ao consumo, sem taxa de juros, sendo apenas cobrada uma taxa administrativa; (2) crédito para a produção, feito em reais a taxas de juros bem baixas, para que os empreendimentos possam comercializar fora do bairro para conseguir seus insumos; (3) correspondente bancário, hoje, da Caixa Econômica Federal e (4) um forte controle social sobre as atividades do Banco. O Instituto Palmas também possui algumas iniciativas e projetos como: cursinho pré-vestibular, curso de formação de consultores comunitários, ambos para garantir a formação dos moradores e a perpetuidade do Banco; o projeto ELAS, voltado para a orientação e formação de mulheres em risco social, beneficiárias do Bolsa Família e tomadoras de crédito do Banco Palmas, objetivando sua inclusão socioproductiva, financeira e bancária, além de organizar feiras para a divulgação e comercialização da produção do bairro, entre outras iniciativas.

Para ilustrar o impacto da iniciativa, de 2007 a 2009, o Banco Palmas realizou mais de 3 mil operações de crédito, com um volume total emprestado de R\$ 4.126.712,79, trazendo benefícios para 2.500 famílias, mantendo e gerando novos postos de trabalho e fazendo a gestão de quase 80 milhões de reais<sup>20</sup>. A tabela ao lado revela os indicadores das iniciativas relacionadas ao Instituto Palmas.

Na obra “Banco Palmas: 15 anos resistindo e inovando” é possível perceber que a iniciativa não só trouxe benefícios no aspecto financeiro, mas também no sentido psicossocial, da inserção na vida em comunidade, do exercício da cidadania e na condição de agente dos indivíduos – não só daqueles que são moradores do Conjunto Palmeiras. Esta iniciativa foi pioneira e deixou um legado: hoje já são mais de 100 bancos comunitários no Brasil, em 19 estados, e organizados em rede. O Instituto Palmas

20 INSTITUTO PALMAS [2010]. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br>

Figura 1 – O Banco Palmas em números

AÇÕES	FONTE	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira de Crédito em Reais	Banco Popular do Brasil	50.000	120.000	250.000	530.000	700.000
Carteira de Crédito em Palmas	Banco Palmas	3.000	10.000	20.000	25.000	36.000
Inadimplência da carteira de crédito (palmas e reais) acima de 30 dias	Banco Palmas	1,0%	1,8%	2,0%	1,3%	2,5%
Número de pessoas atendidas com crédito produtivo (em reais)	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	70	97	170	310	490
Número de pessoas atendidas com crédito para o consumo (em palmas)	Banco Palmas	70	97	170	310	340
Número de operações realizadas pelo correspondente bancário	Banco Popular do Brasil e Instituto Palmas	40.000	80.000	95.000	110.000	130.000
Número de empreendimentos que aceitam a moeda palmas	Banco Palmas	90	99	130	180	240
Postos de trabalho gerados (formal e informal)	Banco Palmas	40	69	110	180	160
Jovens que receberam capacitação profissional	Instituto Palmas	90	340	420	860	560
Mulheres em situação de risco atendidas (Projeto Incubadora Feminina)	Banco Palmas	40	40	20	0	25
Prêmios recebidos	Instituto Palmas	0	0	2	3	2
Festas realizadas na comunidade (em média 25 produtores)	Banco Palmas	26	22	28	17	14
Venda na Loja Solidária - anual (em reais)	Banco Palmas	Não se aplica	25.000	53.000	76.000	55.000
Consultores Comunitários treinados (jovens treinados para trabalharem no Banco Palmas)	Instituto Palmas	Não se aplica	25	10	0	13
Reuniões do FECOL realizadas	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	15	22
Alunos formados pela Escola Cooperativa Palmas (curso pré-vestibular)	Instituto Palmas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	40	80

Fonte: Instituto Palmas (2010)

dá apoio até para outros países interessados em implantar moedas sociais e bancos comunitários adequadas às suas realidades.

A partir de 2015, a necessidade de modernização do sistema financeiro dos bancos comunitários levou ao início da experimentação do E-Dinheiro, moeda social eletrônica, operacionalizada por meio de aplicativo de celular e que tem toda a sua gestão e administração passando pelo controle dos bancos comunitários.

## **EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

Assim como a Economia Solidária, o Empreendedorismo Social também tem seu conceito sendo discutido na academia recentemente e pode ser entendido como uma

“inovação de estilo empresarial na solução de problemas e causas sociais, impactando ações que geram, na prática, mais do que na teoria, a emancipação social, a inclusão social e o empoderamento dos cidadãos por meio do estoque do capital social e ações voltadas para o desenvolvimento integrado e sustentável”<sup>21</sup>.

O Empreendedorismo Social possui raízes teóricas ligadas à corrente do empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo uma finalidade multidimensional: não só econômica e social, mas também cultural, ecológica e política, visando à qualidade de vida, o desenvolvimento humano, indicando caminhos para as necessidades de transformação social e desenvolvimento sustentável<sup>22</sup>. “As dimensões oportunidade, inovação, valores, desenvolvimento e outras advindas das definições de empreendedorismo no campo empresarial se revestem de significados com sentidos mais justos e humanos”<sup>23</sup>.

21 OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. Revista FAE, Curitiba, v.7, n.2, p. 9-18, jul./dez 2004.

22 GODOI DE SOUSA, Edileusa.; GANDOLFI, Peterson.; GANDOLFI, Maria Raquel. Empreendedorismo Social no Brasil. Um fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. [2011]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3965860>

23 GODOI DE SOUSA, Edileusa.; GANDOLFI, Peterson.; GANDOLFI, Maria Raquel. Em-

O quadro abaixo demonstra as principais características do empreendedorismo social e as diferenças quanto a conceitos com os quais pode ser confundido:

**Figura 2 - Características do Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social Empresarial e Empreendedorismo Privado**

<b>Empreendedorismo Privado</b>	<b>Responsabilidade Social Empresarial</b>	<b>Empreendedorismo Social</b>
É individual	É individual com possíveis parcerias	É coletivo e integrado
Produz bens e serviços para o mercado	Produz bens e serviços para si e para a comunidade	Produz bens e serviços para a comunidade, local e global
Tem foco no mercado	Tem foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão	Tem foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo <i>stakeholders</i>	Sua medida de desempenho são o impacto e a transformação social
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	Visa agregar valor estratégico ao negócio e atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social

Fonte: Oliveira (2004)

Dessa forma, pode-se depreender que o empreendedorismo social objetiva “criar e sustentar o valor social, não apenas o privado”<sup>24</sup>. O despertar passa pela condição de livre agente dos indivíduos. A percepção de que “o

preendedorismo Social no Brasil. Um fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. (2011). Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3965860>

24 Dees apud GODOI DE SOUSA, Edileusa.; GANDOLFI, Peterson.; GANDOLFI, Maria Raquel. Empreendedorismo Social no Brasil. Um fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. (2011). Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3965860>

Estado, apesar de necessário, imprescindível e fundamental, é tido como insuficiente para aportar energias novas a fim de expandir e ampliar a mobilização dos mais diversos recursos e o mercado, com sua lógica instrumental excludente, também não pode liderar o processo de desenvolvimento sustentável<sup>25</sup>, deve motivar a ação da sociedade civil como um todo, com a finalidade de conjugar de esforços e construir novas possibilidades.

Para demonstrar o Empreendedorismo Social na prática, o próximo capítulo expõe uma importante iniciativa: o Sistema B.

## SISTEMA B

O Sistema B nasceu do desejo de três amigos de contribuir ativamente para a construção de uma nova realidade: equiparar a importância do social e do ambiental elevando-os à categoria de importância que o lucro de curto prazo para o acionista tem na atualidade, trazendo benefícios para todos e fazendo uso das ferramentas da empresa privada para diminuir desigualdades, reconstruir comunidades, regenerar ecossistemas e oferecer empregos que deem dignidade e propósito<sup>26</sup>.

As chamadas Empresas B reconhecem o papel essencial do Estado e da sociedade civil, mas entendem que a atuação de ambos não é suficiente para enfrentar os desafios socioambientais globais atuais. A mudança do paradigma de “ser a maior empresa do mundo” para “ser a melhor empresa *para* o mundo” é a principal idéia do movimento que pode ser vista no modelo de gestão diferenciado de suas empresas. Ao invés do lucro, a razão de existir das Empresas B é alguma meta socioambiental. Por exemplo, a missão da Guayaki é restaurar 200 mil hectares da Mata Atlântica sul-americana, criando mais de 1.000 postos

25 MOREIRA, Vilma.; VIDAL, Francisco A. B.; FARIAS, Iracema. Empreendedorismo Social e Economia Solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim. Cascavel: Unioeste, s.d. Disponível em: [http://unioeste.br/projetos/casulo/files/emp\\_soc\\_ec\\_sol.pdf](http://unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf)

26 CORREA, Maria Emilia. Palestra sobre o Sistema B em março de 2014.

de trabalho salário digno até 2020<sup>27</sup>. A empresa vende o chá-mate produzido na floresta regenerada em mais de dez mil pontos nos Estados Unidos – ou seja: o retorno financeiro da empresa não é maior do que o crescimento que a natureza pode suportar<sup>28</sup>.

Assim, as Empresas B podem ser entendidas como “uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento” (Oliveira, 2004, p. 15), renunciando, no contexto atual, “a renovação da intervenção social, das oportunidades do mercado de trabalho, da criação de formas alternativas de produção econômica e de participação social e democrática” (Godói-de-Sousa et al., 2011, p. 23).

O Sistema B, rede formada por Empresas B, é balizado por um processo de certificação bienal que tem como base indicadores de práticas de gestão - e não de resultados -, o que torna possível medir o sucesso das empresas pelo bem-estar que elas constroem. Tal questionário, o “B Impact Assessment” pode ser encontrado online e é possível que empresas interessadas façam testes. Em 2014, a Comunidade B contava com 1104 empresas certificadas no mundo inteiro, sendo 125 na América do Sul e mais de 160 outras em processo de certificação. No início de 2017 já são 2048 empresas no mundo todo, onde 276 são sul-americanas<sup>29</sup>. Sua missão é construir ecossistemas favoráveis para um mercado que resolva problemas sociais e ambientais, fortalecendo as Empresas B. Sua visão é colaborar para uma economia na qual o sucesso seja medido pelo bem-estar das pessoas, da sociedade e da natureza.

É importante ressaltar que o Ecossistema B objetiva a longo prazo atuar como articulador, facilitando o desenvolvimento de políticas pú-

27 GUAYAKI (2014). Disponível em: <http://guayaki.com/>

28 CORREA, Maria Emilia. Palestra sobre o Sistema B em março de 2014.

29 SISTEMA B (2017). Disponível em <http://sistemab.org/>

blicas e legislações favoráveis em cada país em que está presente, aumentando o fluxo de capital de impacto para a Comunidade de Empresas B, contribuindo com o fortalecimento da indústria na região, seja facilitando as oportunidades comerciais dentro da Comunidade B, seja impulsionando a inclusão de Empresas B na cadeia de valor de grandes compradores tanto de setor público como privado. Em relação à academia, o Sistema B busca promover a formação de talentos e o desenvolvimento de conhecimento empírico sobre o tema, fazendo com que todos os atores relevantes para o mundo econômico conheçam e valorizem o papel das Empresas B, além de empoderar pessoas-referência como porta-vozes do movimento global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou demonstrar o momento de transformação que atualmente se vive, frisando as mudanças sociais, políticas e econômicas que urgem, e buscando possíveis soluções no processo de fortalecimento do Empreendedorismo Social e da Economia Solidária. Tais modelos reforçam que a condição de livre agente dos indivíduos é ponto fundamental para o Desenvolvimento como Liberdade.

A partir dos exemplos expostos foi possível perceber que tanto o Empreendedorismo Social como a Economia Solidária como o são catalisadores para a transformação, e que a geração de valor econômico, ambiental e social é possível, proporcionando inovação e desenvolvimento local, que pode ser entendido como “o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população”<sup>30</sup>.

30 Franco apud MOREIRA, Vilma.; VIDAL, Francisco A. B.; FARIAS, Iracema. Empreendedorismo Social e Economia Solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim. Cascavel: Unioeste, s.d. Disponível em: [http://unioeste.br/projetos/casulo/files/emp\\_soc\\_ec\\_sol.pdf](http://unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf)

Dessa forma, fica demonstrado que é possível praticar o Desenvolvimento como Liberdade proposto por Amartya Sen através de modelos de gestão como a Economia Solidária e o Empreendedorismo Social. O estudo também visa estimular desdobramentos como outras pesquisas a respeito desses modelos que se fazem necessárias não só para disseminação e ampliação de suas práticas, mas para a análise das consequências e demais impactos reais diretos e indiretos no desenvolvimento local e regional sob a perspectiva não só da Administração, como da Economia, Assistência Social, Políticas Públicas, do Desenvolvimento Estratégico e demais áreas que podem se relacionar com a temática.

# OCUPA-AÇÃO OU CASA PARA DESOCUPADOS

*Jeferson Andrade*<sup>1</sup>

<sup>1</sup>**Jeferson Andrade** vive e trabalha entre Rio de Janeiro e Berlim. Artista, escritor e teórico-ativista, desenvolve trabalhos investigativos sobre inteligência coletiva, ciberespaço e novas narrativas. Participou de exposições e projetos coletivos como o 10º Abre Alas Gentil Carioca (2014) e da publicação Vocabulário Político Para Processos Estéticos (Capacete, 2014).

O projeto Ocupação nasce da reivindicação de estudantes da Escola de Belas Artes diante da crise orçamentária que se instaurou no primeiro semestre de 2015 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. As empresas terceirizadas responsáveis pelo setor de limpeza, não repassaram os pagamentos aos funcionários, em sua maioria mulheres negras, criando uma evidência alarmante da hierarquização e divisão de trabalho com um grande aparato colonial. Como forma de criar um posicionamento político dos estudantes e fazer maior pressão contra as estruturas de precarização vertical, a ocupação se colocou como processo de retomada de uma área cercada, anteriormente utilizada como horta urbana dos estudantes. O terreno seria usado para construir o novo prédio da Escola de Belas Artes. Com o não cumprimento da licitação junto a empresa Lytoranea Ltda, o terreno tornou-se um espaço baldio.

O projeto ocorreu com a colaboração do artista Vinicius Davi, como um ensaio experimental sobre formas de organização, fazendo uso do que denomino de subjetividade pós-recursos. Vislumbrando as novas relações sociais e econômicas que podem ocorrer em um mundo esgotado e desertificado, o corpo e suas medidas calóricas se tornam uma medida de troca, que estabelece uma forma de trabalho guiada pela liberdade de produção e ação para determinado contextos comunitários. A base metodológica - e mesmo a vontade matriz - era pensar em como poderia se produzir uma economia através do uso somente da energia que se gasta para executar uma ação, repensando a valoração do trabalho sistêmico

para uma migração para o trabalho subjetivo performativo. Ou mesmo o fim do trabalho e a invenção contínua de uma inteligência coletiva, a invenção de um povo ou povos livres.

A abertura do terreno foi feita a partir de uma invasão, foi dado um aviso ao vigia da obra que o espaço seria ocupado pelos estudantes. A convocatória nas redes sociais possibilitou um engajamento massivo de corpos, sem hierarquias ou seleções prévias de ações, os jovens poderiam estar e fazer o lugar da forma que quisessem e pudessem. Foram feitas duas visitas prévias ao terreno, organizada pelo artista e estudante Vinicius Davi, junto de alguns outros estudantes para criar registros fotográficos e vídeos que pudessem alimentar visualmente a página do projeto na rede. Dentro dessas reuniões foram estabelecidos basicamente o mapeamento de desejos para o terreno. As principais pautas levantadas foram no negligenciamento da Lytoranea LTDA no tocante aos contratos não cumpridos de licitações públicas, o não andamento das obras, a quebra das cercas e a organização comunitária como forma de ativismo. Pensamos na divisão do espaço baldio em lotes de atividades e como poderíamos construir temporariamente uma comunidade através de uma especulação imaginária.





A segunda reunião contou com mais estudantes, que já estavam se conectando ao projeto através de divulgação na rede social e contato direto através de chats online e e-mails. Para esta reunião indicamos os problemas contratuais entre a empresa Lytoranea LTDA e a Escola de Belas Artes, partindo do princípio que nossos problemas giravam em torno de contratos não cumpridos e um projeto predial sem uma assinatura arquitetônica. Percebemos que parte do corpo de interessados eram jovens negros cotistas, que em muitos casos tinham mães trabalhando na área de limpeza em diversas instituições. Estávamos diante de problemas econômicos, políticos, estruturais e institucionais, que no cerne da discussão nos colocamos predispostos a criar uma demanda útil de ações, que pudesse, através de uma prestação de serviços, vinculados à subjetivação de corpos dispostos no espaço, produzir uma outra função para o terreno.

Durante um mês, a página no projeto nas redes sociais foi recebendo adeptos do movimento e aumentado a lista de nomes atualizada constantemente, assim como o evento criado vinculado a página que tinha um caráter de grande disseminação e troca de informação. A plataforma criada para o projeto seria um troca de demanda energética do corpo, criando

coeficiente artístico utilizado por todos para produzirem a si mesmos a aos outros, base da filosofia africana Ubuntu, *“eu sou porque nós somos”*. O músico Carlos Messina foi colaborador para criar uma paisagem sonora.

A ocupação foi interrompida depois de três meses, devido a diversas denúncias da Empresa Lytoranea Ltda para nossa desocupação pelo uso de força policial.

Como podemos criar uma sociedade onde não se reproduzam movimentos colonialistas, em prol de movimentos revolucionários do espectro econômico global? Como subverter uma economia não somente por sua estrutura monetária, mas desconstruindo a própria experiência de troca entre pessoas? Eliminar a ideia de que privilégio se compartilha. O que é necessário é um compartilhamento da revolta, de bocas silenciadas.

Quero ter direito a preguiça. Quero o direito de não ser produtivo. Quero que todos vivam no mito do negro preguiçoso e selvagem. Aquilombar o mundo.

Se o que vemos na atual economia capitalista global é uma superestrutura colonialista que chegou ao status de hegemonia branca heterocapitalista, a única saída para o colonizado é a produção de um conhecimento emancipado. Transformar o conhecimento no material de troca econômica primordial.

Ao invés de ser o meio privilegiado que transmite o conhecimento ou mesmo domina as formas econômicas, devemos estar atentos a participação comum, o que significa a emancipação de um espectador. Em uma comunidade porvir, aquela que sonhamos em contraposição a um pesadelo do conservadorismo e fascismo banalizado, não existe um meio privilegiado, assim como não existe um início privilegiado, pode-se encontrar a partir de qualquer lugar, pontos de transição que podem nos oferecer coisas novas.

Atualmente, investigamos como a criação de uma moeda alternativa poderia auxiliar futuramente a manutenção de iniciativas com o projeto

Ocupação, transpondo a mesma metodologia de autodefesa comunitária e reivindicações territoriais. Uma moeda tem capacidade de criar situações performativas autônomas, organizando de maneira autossustentável comunidades que lutam por sua existência. O que trocamos durante o projeto já era uma moeda, mas ela se manteve em segredo dentro de nossos corpos, nossa energia de ação e em troca dispunhamos do próprio conhecimento de forma compartilhada.



O projeto Ocupação faz um uso simples de espaço-tempo para experimentar a formação de uma comunidade que troca saberes, reivindicações de apoio, tempo e corpo. Corpos pretos, mulheres, viados, poetas, putas, trans, toda sorte de gente que colabora somente existindo com energia subjetiva em um lugar desértico. Esboçar mil vezes sociedades imaginadas. Criar o ritual de uma nova moeda. Exercitar o povo por vir.

[TAU: Trans Acciones Utópicas<sup>1</sup>]

# SEMILLA DE PENSAMIENTO CÍTRICO

*Rosa Apablaza<sup>2</sup>,  
María José Trucco<sup>3</sup>,  
Elina Rodríguez<sup>4</sup>.*

1 **TAU: trans acciones utópicas** se despliega en el campo de las artes y toma como referencia diversos proyectos que apuntan a repensar, poner en crisis y proponer alternativas al sistema capitalista actual. Desde ahí, pensamos la posibilidad de imaginar y llevar a cabo en una pequeña localidad rural, una serie de acciones conjuntas que nos permitieran vivir un proceso de inmersión temporal, en una realidad económica, utópica y experimental.

2 **Rosa Apablaza Valenzuela** Artista visual, performer y escritora de textos críticos sobre arte. Co-creadora de los proyectos Trans Acciones Utópicas y Ecosistema Tropical 2.0. Ha publicado en revistas, catálogos y medios independientes de Chile, Argentina, Brasil, México, Colombia, Cuba y España.

3 **María José Trucco** Investiga en el campo de las artes vivas. Lic. en Artes Combinadas, UBA. Co-creadora de CRA | Centro Rural de Arte. Desarrolla tareas de creación, curaduría, escritura, diseño de actividades y producción general. Las actividades que realiza ocurrieron en Argentina, Chile, Brasil, Colombia, Ecuador, México, España y Australia.

4 **Elina Rodríguez** Su trabajo integra procesos de investigación, creación y performance, docencia, gestión y producción. Co-creadora de CRA | CENTRO RURAL DE ARTE y Colectivo Micro. Participó de proyectos artísticos en Argentina, España, Chile, Canadá, Brasil, Australia y Noruega.

*Cítrico, grupo de organismos vivos que tienen gran facilidad para la hibridación y cuyos frutos tienen un sabor ácido muy característico y altas dosis de vitaminas C, nutriente esencial para los mamíferos. Necesitan suelos con buena aireación, los terrenos arcillosos dan menor calidad de fruto que los arenosos.*



**trans acciones utópicas** se despliega en el campo de las artes y toma como referencia diversos proyectos que apuntan a repensar, poner en crisis y proponer alternativas al sistema capitalista actual. Desde ahí, pensamos la posibilidad de imaginar y llevar a cabo en una pequeña localidad rural, una serie de acciones conjuntas que nos permitieran vivir

un proceso de inmersión temporal, en una realidad económica, utópica y experimental. Una práctica donde pudiéramos revalorizar diversos recursos, bienes, servicios, formas de producción, formas de intercambio y consumo que han sido reducidos exclusivamente a valores de cambio, para recuperar el valor de uso y otros valores vinculados principalmente al espacio comunitario de intercambio como un espacio de interdependencia y solidaridad colectiva.

En Cazón viven 300 habitantes, es conocido como el pueblo del millón de árboles, está ubicado en una zona de terrenos arenosos y bañados que forma parte de la cuenca del Salado en la llanura pampeana cerca de la ciudad de Saladillo a 170 km. de la ciudad de Buenos Aires, Argentina. Allí hay un inmenso vivero municipal con áreas de producción y áreas intangibles o de monte, alrededor de 10 emprendimientos de viveros privados, una escuela primaria pública con orientación en danza y teatro, una escuela secundaria agrotécnica, un tambo, dos almacenes, una carnicería-boliche, un club deportivo y social, una cancha de fútbol, una base de campamento, varios montes de cítricos, dos plazas, casas con huertas e invernaderos, estación de ferrocarril en uso, calles asfaltadas, calles de tierra y calles que terminan donde empieza el campo. Se identificaron una amplia gama de oficios, saberes intuitivos y recursos que los habitantes del pueblo pueden ofrecer a la comunidad: horticultura, reproducción de plantas, construcción de edificaciones, cocina y manufactura de alimentos, prácticas educativas, creación de souvenirs y artesanías, cría y faena de animales, reconocimiento de hierbas silvestres, entre otras interacciones con el medio.

## PRIMERA VERSIÓN DEL PROYECTO

*trans acciones utópicas* tuvo una primera edición en 2016 en Cazón y se organizó como programa de actividades entre septiembre y noviembre: una serie de talleres, una residencia de creación para artistas y una

feria. La plataforma de trabajo estuvo integrada por artistas, cocineros, ingenieros, productores, agricultores agroecológicos, docentes, amas de casa y administradores de recursos, provenientes del mismo pueblo y de otros contextos.

*trans acciones utópicas* plantea una modalidad autogestiva donde se ponen a disposición una serie de recursos comunes (culturales, sociales, ambientales y monetarios) provenientes principalmente de la voluntad de los integrantes del proyecto, colaboradores, vecinos, organizaciones locales y amigos que fuimos conociendo. Posteriormente, recibimos apoyo a través de fondos públicos concursables, instituciones educativas y gubernamentales y empresas. La plataforma de trabajo tuvo distintas fases de despliegue y se desarrolló a partir de distintos sentidos de confianza en torno a la transformación.

## **LA SUPOSICIÓN QUE INICIA LA INVESTIGACIÓN**

Operar sobre lo macroeconómico no está en nuestra competencia. Sin embargo, sí podemos imaginar una multitud de comunidades experimentales a pequeñas escalas que operen a nivel micropolítico.

Partimos de la base que desmarcarnos completamente del sistema económico neoliberal, es un proceso lento, de transición y nos asumimos dependientes de varias formas de producción y consumo tradicionales. En este sentido propusimos una plataforma donde a través de ejercicios lúdicos en los que prevalecieran diversas formas de imaginación política pudiéramos hacer posible temporalmente una realidad que parece utópica. Asumiendo nuestras contradicciones, permitiéndonos amplios márgenes de error y teniendo disposición a vincularnos con las complejidades existentes en las tradiciones campesinas que son parte del contexto de trabajo.

Entendimos que el primer paso para activar una *trans acción utópica* es la circulación de la información. Que para hacer usos diversos de los

recursos, hay que socializarlos, hay que encontrarse. Nos dimos cuenta que el experimento tiene que ver con las estrategias y para eso activamos espacios de diversión que nos permitieran tensar lo posible y alterar pequeñas capas de ese cotidiano.

## **METODOLOGÍA TRANS UTÓPICA**

### *Talleres*

Durante la etapa de talleres se focalizó en acciones que condujeron al reconocimiento del territorio, la reflexión sobre los actuales modos de movimentación de los recursos presentes allí y la discusión sobre formas alternativas de circulación que inauguraran y multiplicaran la red de vínculos entre habitantes del pueblo y demás personas involucradas en el proyecto.

Durante este período trabajamos en: 1. la construcción colectiva de un domo geodésico que luego sería el punto de encuentro de distintas fases del proyecto, coordinado por Alexandra Villanueva Tamayo (Colombia); 2. aprendizaje colectivo de métodos para preservar alimentos y distintas tareas de identificación de especies silvestres y árboles frutales, recolección de hojas, flores y frutos, preparación de conservas, deshidratados y macerados, construcción de deshidratador de frutas y cocina Rocket stove y participación en procesos de producción local coordinado por Rosa Apablaza (Chile) y 3. hicimos caminatas que nos permitieron desplegar estrategias colectivas para dinamizar recursos y volverlos de beneficio comunitario coordinado por Elina Rodríguez y María José Trucco (Argentina).

A partir de conversaciones con habitantes de Cazón que ocurrieron durante esta etapa, detectamos por ejemplo, que en el pueblo ninguno de los tres almacenes comercializa productos locales, se consiguen algunas verduras de producción masiva que son traídas desde el mercado central de Buenos Aires, lo cual encarece los costos, entorpece la posibilidad de

generar una economía sustentable local y varios habitantes se desplazan a Saladillo para abastecerse. Por otro lado, muchos productores locales no pueden comercializar sus productos debido a que no cumplen las condiciones impuestas por las burocracias del organismo de Bromatología<sup>5</sup>, sobre todo respecto a las dimensiones y condiciones edilicias de los espacios de trabajo, medida que termina por favorecer a los grandes conglomerados de producción industrial y no a los pequeños productores. Observamos también que el pueblo cuenta con una serie de recursos que están siendo desaprovechados, que se están perdiendo por restricciones que se establecen desde, por ejemplo la propiedad privada. Un buen ejemplo de esto es la gran cantidad de terrenos abandonados con árboles de cítricos que se pierden al año, lo mismo la madera que resulta de caídas de ramas y que podrían ser perfectamente aprovechadas por los habitantes como combustible para calefacción.

En base a esto, en el transcurso de los días exploramos algunos momentos para una micro economía local donde no circulara dinero; pensamos juntos cómo podemos eliminar la mayor cantidad de intermediarios posibles en las cadenas de producción y consumo, apelando a los principios de la economía social y la soberanía alimentaria; de alguna forma colaboramos en que el pueblo de Cazón comenzara un proceso de autoabastecimiento en base a insumos provenientes de pequeños productores locales y ensayamos pensamientos críticos junto a futuros agricultores (jóvenes estudiantes de las escuelas agrotécnicas) respecto a los agrotóxicos y los imperios alimenticios.

## RESIDENCIA

La siguiente etapa del proyecto fue una residencia donde durante 15 días convivieron las artistas Anamaya Farthing-Kohl (Bolivia-Canadá),

<sup>5</sup> Organismo perteneciente al gobierno municipal que entre otras cosas se encarga de fiscalizar el cumplimiento de las normas de sanidad y calidad establecidas en la legislación alimentaria vigente, para distintas producciones de alimentos.

Virginia Francia (Italia), Nilda Rosemberg (Argentina), Laura Ige (Argentina), Nathalie Wuerth (Suecia), Azza Zein (Líbano-Australia). Más abajo hay relatos de cada una de ellas, donde se narra cómo desde los proyectos artísticos se alteraron distintos patrones de organización económica.



El peso de la feria - Anamaya Farthing-Kohl



Timbre Vegetal - Virginia Francia

## FERIA

Y finalmente *trans acciones utópicas* confluye en una feria de un día donde no hay compra venta, creando una economía que no mueve dinero, sino recursos expresados en valores de uso, no de cambio. Se construye como un espacio de encuentro de micro movimientos de resistencia que ya están operando, y estimula la creación de acciones para ser inauguradas en ese marco, acciones que denominamos *trans utópicas*.

Para demarcar el cauce de esas acciones, decidimos hacer el proceso inverso: pensar qué NO es trans utópico y a partir de ahí fuimos convergiendo en puntos de vistas en común.

Por ejemplo, entre las propuestas presentes en la feria, a modo de *trans acciones utópicas*, se podía encontrar un sorteo de prendas hechas a mano, un ritual, un paseo en bicicleta, una colecta de firmas para una declaración de reserva natural protegida, un intercambio de saberes, una improvisación sonora, un documental sobre quehaceres domésticos, una gran comida comunitaria, una charla sobre soberanía alimentaria, una agencia de intercambio de casas en zonas rurales y citadinas, una lectura de cuentos para niños, una exploración de insectos por el bosque, un paso a paso del armado de una huerta para espacios ultra reducidos, entre muchas otras.

[TAU: Trans Acciones Utópicas]

# SUBIMOS POR LA MISMA ESCALERA

*Laura Ige<sup>1</sup>*

1 **Laura Ige.** Su campo de trabajo es el videoarte, la instalación, el arte sonoro y la performance. Su obra es una propuesta ensayística, donde la prueba, el ensayo, el boceto, el indicio, la cita, el ejercicio, el entrenamiento, el experimento, se hacen eco junto con la apropiación y el montaje. <http://cargocollective.com/lauraige>

I.

subimos por la misma escalera: cuando yo voy ellos vuelven, y viceversa.

vuelve ante mí, que me distraigo entre un y otro escalón y cada tanto me hace mirar para abajo.

yo que creía tener las imágenes claras, veo todo fuera de campo, sufro por no alcanzar a escribir, mientras ellos con lápiz anotan la vida en papeles, que cuando nos cruzamos me dan un poco de leer.

Tuvimos el mismo sueño.

Ellos eligen siempre la misma vida, una y otra vez. No me acuerdo de sus brazos, pero en el sueño que tuvimos, ellos veían por mí. Dentro de sus bocas, les daba cada frase, y a la vez, iban adelante haciéndome camino.

(les hablo –murmuro- mientras duermen, y ellos sin abrir los labios: “sacá-me de mi cuerpo que quiero que el aire pase por mí, en el aire de ustedes”)

en tanto, deseo de proliferar en mí misma, o deseo proliferar en mi misma, continuamente saliendo de mí. separándome.

En esa oscilación me muevo.

## II.

Es otra cosa. No sé, a mí me gusta. A veces no la quiero cortar si está linda, ¿viste? Yo tenía un almácigo de perejil espectacular, largo como de acá al tanque. Yo le dije a un vecino: “si querés perejil andá y cortate”. Y el vecino este, se lo cortó todo. Se llevó todo el perejil! Y después el perejil no prendió más, porque el perejil vuelve, ¿viste? Pero este no volvió. Yo no sé, hasta el día de hoy me estoy preguntando para qué cortó todo el perejil. Lo habrá puesto en el freezer, no sé, no sé por qué hizo eso. Ahora nunca más le digo. Si quiere perejil le llevo yo, pero no le hago cortar más. Que cosa rara ... O decime, Pepe tráeme vos. Pero yo le di el espacio. Pensé que era una cosa para hacer la milanesa, no sé. Y es raro, en realidad, que el perejil no volvió, porque yo pienso que hasta el perejil se sintió ofendido, ¿viste? “Para qué me lleva todo, si yo con un poquito le puedo solucionar”, y habrá dicho el perejil: “no nazco más para que no me corte más éste”.

## III.

Método táctil. *El pintor puede tocar y manipular sus materiales, cosa que el escritor no puede. El escritor no sabe qué son las palabras.* Si el procesado por el cut-up provoca algo del orden del texto que desata un caos exterior en lo próximo, al cambiar el orden de las letras cambiamos el orden del universo. Cortar y mezclar me permite descubrir isotipos de elementos que no existen. Es indispensable cortar, doblar, ensamblar (que se convierte en lo diverso). Finalmente el resultado no es una forma de literatura, sino un método para eludir el Poder. No se trata de unir lo heterogéneo, sino de lograr lo heterogéneo a partir de una recomposición de lo mismo.

**IV.**

*Este texto es la historia de una espera. El personaje espera un explicador. Espera redundancia. Espera redundante. El lector espera una explicación. Espera redundancia, tal como el personaje (isomorfismo lector/personaje). Pero solo recibe informaciones nuevas.*

[TAU: Trans Acciones Utópicas]

# HACKEAR COSTURAS

*Nilda Rosemberg<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **Nilda Rosemberg**. Profesora Superior de Artes Visuales, cursa la Maestría en Teatro y Artes Performáticas en Argentina. Investiga y experimenta en el campo de las artes visuales y performáticas. Desarrolla su obra a partir de los elementos textiles y el dibujo. Su temática principal es la activación de la memoria.

recolectar prendas - evocar sus historias - repensar su uso - alterar su forma  
volver a vestir

cuando el cuerpo sensible es intérprete de las acciones, el objeto no tiene precio: tiene valor.

el cuerpo elije la piel que viste

la memoria afectiva es el capital, el trabajo colectivo es el hackear



[TAU: Trans Acciones Utópicas]

# EL DINERO ES UN SISTEMA DE CREENCIAS, ¿PERO DE QUÉ TIPO?

*Cecilia Musicco*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> **Cecilia Musicco.** Licenciada en Sociología, trabaja en la investigación de los aspectos sociales del cuerpo y las emociones, y en la construcción de las sensibilidades sociales. Colabora desde 2013 en proyectos de investigación en el Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos (CIES) en la Ciudad de Buenos Aires.

... cuánto sufrimiento hay que aceptar de hecho, a fin de comprar con él una determinada cantidad de alegría, y qué cantidad de ambos muestra lo típicamente humano.

GEORG SIMMEL. *LA FILOSOFÍA DEL DINERO*. 1958

En sus escritos sobre el dinero<sup>2</sup> Simmel nos señala que la energía espiritual que caracteriza a las manifestaciones típicas de la economía monetaria es el entendimiento, esto se opondría a una energía vinculada al sentimiento. Esta afirmación, y siguiendo esa oposición que plantea Simmel entre entendimiento y sentimiento, me parece útil para pensar una línea de experimentación que venimos realizando en *trans acciones utópicas*, donde una de las preguntas que circula es ¿qué sucede si corremos el dinero de toda transacción humana? Si suprimimos el dinero ¿qué queda? Siguiendo la afirmación expuesta por Simmel, donde el entendimiento es lo vinculante en los sistemas de la economía monetaria, la energía espiritual que quedaría expuesta, entonces, al suprimir la moneda, es el sentimiento.

Marx nos dice que el dinero es la forma o la manifestación necesaria que asume el tiempo de trabajo<sup>3</sup>. Es decir, que no es el dinero lo que hace que todas las cosas sean factibles de ser medidas, sino que las mercancías al

2 SIMMEL, GEORG. "La Filosofía del Dinero". Dunkler & Humblot Verlag. Berlín 1958.

3 MARX, KARL. "El Capital", Capítulo 1, Tomo 1, Libro Primero. Biblioteca Nueva. Buenos Aires. 1946

ser ya consideradas como valores, trabajo humano materializado, son conmensurables de por sí y posibles de medirse en una mercancía específica: el dinero, y éste se convierte de este modo en la medida común de valor.

Así es que el intercambio entre las cosas, no es más que un intercambio de trabajo humano, un intercambio de trabajos, una relación social. El dinero cumple la función de instancia mediadora, que carece de sentido si se limita a un individuo, ya que es la expresión y medio de la relación, de la interdependencia entre los hombres.

Sin embargo parecería ser que ese factor general que fundamenta esta relación cayera en el olvido o actuara solamente como un eco no consciente, convirtiendo así al dinero en un algo autónomo extraño adherido a la cosa, siendo el dinero por el contrario una cosa más, cuya función es apenas la de medir valores. Según Marx, se establecen así *relaciones materiales entre las personas, y relaciones sociales entre las cosas*.

Esta relación que se aplica entre las cosas pareciera inundarlo todo y trasladarse a la medición de las emociones, donde entre ellas se presupone un valor que se puede equilibrar y medir recíprocamente como cantidades cualitativamente iguales.

En este sentido Simmel se pregunta:

“... ¿cómo es posible sin embargo, que se hagan tales mediciones continuamente y que, tanto en las actividades cotidianas como en las relaciones de los destinos y en la totalidad de la vida individual, se suela decir que la cantidad de alegría ha sido inferior o superior a la cantidad de dolor? Ello solamente es posible en la medida en que la experiencia de la vida nos ha enseñado, correcta o incorrectamente, cómo se reparte realmente la felicidad y la desgracia, cuánto sufrimiento hay que aceptar de hecho, a fin de comprar con él una determinada cantidad de alegría, y qué cantidad de ambos muestra lo típicamente humano. Únicamente cuando existe una idea cualquiera acerca de esto, tan inconsciente o indeterminada como se quiera, se puede decir que, en un caso concreto, un

goce resulta muy caro, esto es, que hay que comprarlo con una cantidad excesiva de sufrimiento”<sup>4</sup>

Pareciera ser que todo, cada aspecto de lo humano y lo no humano, cayera en un *cosmos económico*, donde todo se vende y se compra, donde el dinero es el fin último y lo recíproco en la relación es el sufrimiento que cuesta. Y el valor quedara determinado entonces por el sacrificio que hace falta realizar para conseguirlo.

El dinero es una creencia. Es crédito. La palabra crédito proviene del latín *creditus*, sustantivo del verbo *credere*: creer, que significa “cosa confiada”. Así “crédito” en su origen significa entre otras cosas, confiar o tener confianza. El dinero es dinero de crédito, en palabras de Simmel, es crédito económico que se manifiesta en aquella confianza en la comunidad, en el sentido de que ésta nos ha de garantizar la contrapartida de valores a cambio de los signos simbólicos por los que hemos entregado los productos de nuestro trabajo<sup>5</sup>.

En última instancia es la promesa de que con el pago que te entrego a cambio de la cosa que me das, podrás adquirir otra equivalente o superior en el mercado de valores económicos. Es decir, el dinero es una promesa, pero ¿si hacemos otro tipo de promesas?

La experiencia TAU, consistió justamente en ese juego. En prometernos unos a otros no desde una relación material sino restituirmos la relación social que hemos entregado a las cosas. Preguntarnos, una vez más: si suprimimos el dinero de las trans acciones humanas ¿qué queda?

Algo que vimos en esta experiencia TAU es que cuando el dinero sale de circulación entre las cosas, cuando lo corremos de su función de intermediario e intermediamos con otros recursos, algo que aparece es una memoria de las cosas. Palabras antes, en el texto de Azza Zein en este mismo escrito, Azza menciona que el dinero es memoria, memoria de las

4 Simmel. Idem. p.135.

5 Simmel. idem.p.: 190

transacciones y socios comerciales: y que si tuviéramos una memoria perfecta no necesitaríamos dinero para intercambiar y comercializar cosas.

Creo que cuando exponemos nuestra memoria, con esa memoria está expuesta nuestra subjetividad, es por lo tanto una memoria afectiva. Cuando el dinero desaparece lo que aparece, porque pareciera estar oculto por detrás, es lo afectivo. El afecto hacia el objeto y el afecto en nuestro vínculo con el otro. Lo que se desnuda cuando se corre el dinero, es lo afectivo. ¿Qué arriesgamos y qué ofrecemos en cada intercambio? ¿Qué emociones aparecen y se ponen en juego cuando el dinero no es el recurso de intercambio? ¿Podemos hacernos cargo de eso?

Quizás, y después de todo, el dinero, y utilizando el binomio planteado por Simmel de entendimiento/sentimiento, simplificaría la gestión, no solo de la memoria, sino también de lo afectivo. Una posibilidad pareciera ser, entonces, que el dinero lo que hace es desvincularnos de esa difícil tarea de relacionarnos con el afecto.



[TAU: Trans Acciones Utópicas]

# HACIA UN DESPLAZA- MIENTO DE PARADIGMA<sup>1</sup>

*Azza Zein<sup>2</sup>*

1 Este ensayo le debe gratitud a los organizadores CRA y a las artistas en residencia de TAU 2016, por la generosidad en compartir su proceso de pensamiento, amor y pasión, al hacer de la residencia un espacio para el intercambio afectivo. Gracias a todos los participantes de Cazón y Saladillo por su tiempo generoso, colaborativo y de genuina entrega hacia los proyectos.

2 **Azza Zein.** Artista y doctora en Economía, desde la imagen, explora los modos del exceso y la carencia para abordar la complejas nociones de archivo y propiedad. Exhibió sus trabajos de arte, textos e instalaciones en muestras colectivas e individuales. Miembro fundadora del colectivo SOAP. [azzazein.com](http://azzazein.com)

*Como el amor, la solidaridad no tiene que ver con el altruismo: tiene que ver con el placer de compartir el aliento y el espacio del otro. El amor es la capacidad de disfrutarme a mí mismo gracias a la presencia de tus ojos. Eso es solidaridad.*

FRANCO BERARDI, *THE UPRISING: ON POETRY AND FINANCE*, 2012<sup>3</sup>

*La vida moral y material, como se ejemplifica en el intercambio de los regalos, funciona al mismo tiempo de un modo interesado y obligatorio. Y más aún, la obligación es expresada en el mito y en la imagería, simbólica y colectivamente; toma la forma del interés hacia los objetos intercambiados; los objetos no son nunca completamente separados de los hombres que los intercambian; la comunión y la alianza que se establecen son indisolubles.*

MARCEL MAUSS, *EL REGALO, FORMAS Y FUNCIONES DEL INTERCAMBIO*

*EN LAS SOCIEDADES ARCAICAS, 1925*<sup>4</sup>

El trueque requiere una doble coincidencia de deseos. En una clase estandard sobre sistema monetario, los economistas enseñan que el dinero surge para brindar solución cuando la doble coincidencia escasea. Eso es un experimento del pensamiento abstracto, un pensamiento elegante

3 Berardi, Franco, *The Uprising, On Poetry And Finance*, published by Semiotext(e), distributed by MIT Press, p.54: 2012 <http://www.selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/08/franco-berardi-the-uprising-on-poetry-and-finance-1.pdf>

4 Mauss, Marcel, *The Gift, Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*, published in French 1925, translated by Ian Cunnison, Cohen And West Ltd, London, p.31: 1966 [https://monoskop.org/images/a/ae/Mauss\\_Marcel\\_The\\_Gift\\_The\\_Form\\_and\\_Functions\\_of\\_Exchange\\_in\\_Archaic\\_Societies\\_1966.pdf](https://monoskop.org/images/a/ae/Mauss_Marcel_The_Gift_The_Form_and_Functions_of_Exchange_in_Archaic_Societies_1966.pdf)

para explicar las funciones del dinero: unidad de cuenta, reserva de valor y medio de intercambio. Un economista famoso avanza al probar mediante un modelo abstracto que el dinero es memoria, la memoria de las transacciones y los socios comerciales: si tuviéramos una memoria perfecta, no necesitaríamos dinero para comerciar e intercambiar.<sup>5</sup> La lógica detrás de la necesidad de la doble coincidencia de deseos en un sistema de trueque, asume una forma de temporalidad en el intercambio, en el que dos bienes o servicios necesitan ser intercambiados instantáneamente. Cuando ese experimento del pensamiento se amplía para volverse el modo hegemónico de explicar el progreso histórico que va del trueque a una sociedad con dinero, asoma un problema. En su libro *Deuda*, David Graeber deconstruye el mito del trueque como modo de explicar la emergencia de dinero. Se refiere a una investigación antropológica que demuestra que no hay evidencia etnográfica histórica de una economía del trueque que existiera de un modo puro. Demuestra utilizando una metodología antropológica que le permite estudiar la historia del crédito en distintas sociedades, que los sistemas de crédito complejos ya existían antes del dinero mercancía y del acuñamiento de moneda. La historia no es lineal y en muchos casos el dinero emerge para facilitar la burocracia estatal y el gasto militar.<sup>6</sup> Del mismo modo que distintas disciplinas discuten el origen del dinero, nuestro desafío contemporáneo apunta a discutir esa hegemonía del sentido común neoliberal que afirma que la proliferación de economías del dinero y crédito son puro producto de la libertad humana y del esfuerzo por la eficiencia más que el resultado de una ideología en particular. ¿Qué otra forma de intercambio puede existir o ha existido?

*trans acciones utópicas* comienza quebrando la palabra transacción para abrir el espacio lingüístico que se da en el acto de intercambio, y así exten-

5 Kotcherlakota, Narayana, *Money is Memory*. Journal of Economic Theory 81, p.232-251: 1998 <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.361.3216&rep=rep1&type=pdf>

6 Graeber, David, *Debt: The first 5000 years*, Melville House Publishing, N.Y., chap. 2,3: 2012

der la temporalidad de la interacción. ¿Dónde se localiza? En el corazón del campo argentino (Cazón), dentro del jardín de Voltaire... o tal vez en algún lugar del peso de las cosas, en la masa emocional, en el toque trascendental, en la intensidad sonora de un aplauso, en la presión de una huella.

### **LA ACCIÓN CENTRAL: HACKEAR UN BANCO... DE ROPA**

El trabajo de Nilda Rosemberg, *Hackear costuras*, solicita a los participantes que utilicen alguna prenda de una bolsa de ropa recolectada y que sientan cómo esa masa opera sobre su cuerpo en la memoria que esa masa de ropa trae de sus dueños anteriores. Al apropiarse de la camisa encontrada y sentir el impacto sobre el cuerpo, los espectadores/participantes la alteran mediante puntadas y bordados y la re-visten para reflejar la experiencia. Al final de la feria cada participante da una declaración sobre qué le pasó. La maquina de coser presente en la sala de la residencia y la pila de ropa operan como un stock de capital que tienta a los participantes al intercambio. Al comienzo eso parece un inventario excesivo sin valor. La artista usa las ropas para capitalizar posibles intercambios e inmediatamente lo asume como bien público. Ella asume un stock de capital que no posee y lo ofrece al público como espacio de colaboración. Los participantes se sienten en la necesidad de alguna reciprocidad. La reciprocidad toma la forma de una acción de bordado al mismo tiempo que es el modo de ingresar en el espacio de diálogo sobre experiencias personales. ¿Es que el trabajo formaliza o hace una mímica de lo que usualmente ocurre en los espacios femeninos de costura y bordado?

La mayoría de las mujeres traía su costurero. Y al mismo tiempo que cada una está disponible para brindar sus herramientas y compartir sus historias sobre cómo aprendieron determinada puntada, también están apegadas a sus kits personales. ¿Qué hace Rosemberg? Tomemos un momento para pensar la similitud y la diferencia respecto a una economía estándar. La artista opera como un banco: recibe la ropa como depósito

y la presta a los participantes. Los participantes son inversores, cambian el valor del trabajo a través de puntadas. Intervienen a través de la delicada herramienta de la aguja, en una relación personalizada y táctil. La artista canaliza relaciones personales mientras que los bancos en nombre de la eficiencia despersonalizan el intercambio operando como mediadores. Testimoniando la relación afectiva y las historias personales debajo de este instrumento de préstamos llamado ropa, el trabajo avanza sobre la apropiación y el hackeo, y subvierte la idea de intermediación y préstamos. La intermediación financiera a través de la separación compleja entre los diferentes jugadores disuelve la historia afectiva del intercambio. El gesto de Rosemberg puede ser interpretado como el hackeo de un banco a través del poder femenino de la aguja. El objetivo final de la feria fue des-acumular el banco mediante un sorteo. Mientras que cada participante gana una prenda, la acumulación final de la artista es un conjunto de tarjetas en las cuales los participantes escriben sus respuestas emocionales en relación a la portación de prendas hackeadas. El trabajo de Rosemberg resalta la corrupción bancaria emocional del intercambio mediado, en tiempos en los que el mercado y los instrumentos financieros abstraen la relación entre quien da y quien recibe, el vendedor y el comprador, el deudor y el acreedor. Las prendas, el palimpsesto de refugios, traen consigo el peso colectivo de los cuerpos que las usaron. ¿Cómo podemos medir esa masa colectiva de memorias y emociones?

## ACCIÓN COLECTIVA

*Nuestra perspectiva es un desplazamiento de paradigma: hacia un nuevo paradigma que no esté centrado en el crecimiento productivo, la ganancia y la acumulación, sino en el completo despliegue del poder de la inteligencia colectiva.*

FRANCO BERARDI<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Berardi, *The Uprising*, p.64

De cara al individualismo normalizado, la abstracción del lenguaje y la economía, el teórico marxista Franco (Bifo) Berardi llama a un desplazamiento de paradigma que confíe en “el poder de la inteligencia colectiva” en oposición a nuestro comportamiento en los mercados neoliberales como miembros autómatas de una multitud. Mientras que el trabajo de Rosemberg se enfoca en el peso de las emociones y las memorias, el trabajo de Anamaya Farthing-Kohl durante la residencia tiene dos despliegues. En su primer experimento *Peso por Peso*, pide a los participantes que utilicen un juego de plaza similar a un *subibaja* para pesar objetos entre sí. Un grupo de objetos es equivalente a otro grupo de objetos, tomando para esto al peso como medida de valor. En un momento una vieja carretilla tenía el mismo valor que una conjunto de objetos que incluía una aspiradora, sillas y palos de madera.

En el siglo XXI el valor fue completamente disociado del tiempo de trabajo: *Peso por Peso* propone una acción que retribuye la fisicalidad del trabajo a través del peso o el acarreo. Los participantes encontraron el juego de pesar y sentían curiosidad de entender el propósito del experimento. El juego generaba una serie de preguntas acerca de la idea de valor y trabajo. Mientras que no estaban explícitamente intercambiando objetos, uno podría interpretar su acción como un intercambio de tiempo de trabajo de acarreo de objetos hasta que los opuestos encontraran equilibrio. Al final de la *feria trans acciones utópicas*, Farthing-Kohl invita a los participantes a caminar hasta una balanza generalmente usada para animales, que sólo funciona cuando el peso acumulado llega a los 1000 kg y alcanza a pesar hasta 8000 kg. Antes de los 1000 kg, cada persona que entra en la balanza es estampada con un sello que dice *No existo* y cada uno que entra después de los 1000 kg es estampada como un *Existo*. Un representante de la municipalidad está en la garita de control. Está oscuro. Las luces de un auto iluminan la escena. Farthing-Kohl transmite el mensaje, luego de que algunas docenas de personas pasan,

la balanza se mueve. El sello cambia a *Existo*. Unos segundos más tarde, la gente se da cuenta y empieza a gritar toda junta en la plataforma ¡Existimos, existimos, existimos! Nos dicen que pesamos 3600 kg en total. ¡Existe el grupo trans acciones!

¿Qué pasó exactamente en ese momento? Tuvimos una medida del peso colectivo, de la fuerza gravitacional de la acción colectiva de y la acción de la mera existencia como grupo. Lo que es conmovedor del trabajo de Farthing-Kohl, es que ataca al capitalismo no solo en términos generales, sino a una versión del capitalismo globalizado donde una acción colectiva significativa parece imposible: los individuos son incapaces de captar el alcance de su propia red, se sienten disminuidos frente a una red global donde la pasividad e inexistencia intrínseca eclipsan el impulso a la propia acción. *El peso de la feria* formula la pregunta de si es posible la acción colectiva tanto en pequeños como en grandes grupos. La plataforma hubiese dejado de funcionar si el grupo hubiese superado los 8000 kilos. En el lado opuesto, un grupo demasiado pequeño no puede tener un gran impacto por no tener los recursos suficientes. Y un grupo demasiado grande puede significar una pérdida en la profundidad de la relación entre comunidades, ¿es la pérdida presente en el individualismo urbano globalizado? En un elegante ritual, *El peso de la feria* captura y cuestiona la complejidad de la opinión pública acerca de cómo puede ser el cambio colectivo. El trabajo tanto como su premisa, captura “la problemática” del ambiente político actual en relación al reciente voto *brexit* y la elección estadounidense, el proyecto genera esperanza y posibilidad acerca de qué puede ser lo significativo en relación a una acción colectiva: cómo dar en el blanco para lograr el equilibrio entre envergadura e impacto.

Franco Berardi hace una distinción: “Conjunción y conexión son dos modalidades diferentes de concatenación social. Mientras que conjunción significa volverse-otro, vivir y la impredecible concatenación de

cuerpos, conexión implica la interoperatividad funcional de organismos previamente reducidos a unidades lingüísticas compatibles.”<sup>8</sup>

De este modo conectar refiere más a una relación plana de red: conjunción es más el modo de operar al que aspiraríamos en un mundo utópico, un mundo donde hay un sentimiento de fusión con un grupo más que una suma de individualidades. Es el grupo versus el colectivo. Agrupamiento y red son relaciones donde la interacción no cambia ni se direcciona hacia ninguna simbiosis entre las dos entidades. Acción colectiva en contraste, está llamada a forzar al individuo a entrar en intercambio afectivo, donde hay una disponibilidad al cambio. Entonces *El peso de la feria* trae la fuerza gravitacional de la acción colectiva. Acá el peso está más allá del amontonamiento, es conjunción.

## INTERCAMBIO TÁCTIL

La instalación sonora y performance de Virginia Francia usa electrodos para convertir a las plantas en instrumentos musicales. A través de la conductividad del agua, un sonido electrónico es generado cuando se toca las plantas. El proyecto de Francia comparte esta tecnología táctil y brinda micrófonos distorsivos para que varios adultos mayores creen y conciban sus utopías. Vivimos en un mundo donde los smart phones hacen de nuestras relaciones táctiles, algo delicado, invariable y uniforme. Somos bombardeados con una imaginería pulida y carente de la rica experiencia del tocar. La fina fisicalidad de estos aparatos nos inculcan conectividad plana en lugar de conjunciones múltiples e intercambios afectivos. La tecnología táctil puede crear la ilusión de la juventud, de las conexiones rápidas, las redes, las relaciones sociales que aún son incapaces de transformar esas conexiones en relaciones fusionadas. ¿Por qué Francia apunta a los adultos mayores? Más allá de la particularidad de Cazón, que repite el fenómeno de desintegración de las familias debido a los traslados hacia espacios urbanos

8 Berardi, *The Uprising*, p.123

por motivos económicos, muchas personas mayores se encuentran en soledad. Y a menudo, hay un intenso deseo de interacción y contacto. En este proceso, los mayores son los más marginados. En lugar de un smart phone, ella les dio acceso a una tecnología que pudiendo ser extraña, les permitía liberar sus emociones. Pepe llevó sus máscaras de carnaval y tocó las plantas en su patio. Raquel llevó la guitarra de su madre, una guitarra que le pidió a un carpintero que corte agujeros para poner macetas dentro. La mayoría de las plantas eran ásperas como una piel ajada, bellas en sus texturas como un estuario seco clamando por amor. Pepe usó sus máscaras, cantó, aseguró que él sabía que las plantas son música y Raquel comenzó a cantar mamá vegetal. En la era del antropoceno, ¿está Raquel cantando nuestro remordimiento colectivo inconsciente? No se puede rebobinar, pero hay esperanza. La esperanza de la conjunción, economías del amor, ecuaciones incuantificables, equilibrio indeterminado, abrazos infinitos, danzas y regalos.

## UN REGALO QUE CIRCULA: LA CÁMARA

¿Que hay si la edición toma ese camino? ¿Qué hay si la edición se convierte en una ecuación de emociones? ¿Qué hay si la cámara es un regalo que circula de un ángulo a otro? ¿Cuál puede ser el rol de las lentes? ¿Es la lente un dispositivo de medición que da múltiples medidas para el mismo metro cuadrado? ¿De qué metro cuadrado estamos hablando? ¿El metro cuadrado de las emociones y las memorias? En su trabajo de video *Cuánto mide tu metro cuadrado*, Laura Ige ofrece a personas de Cazón y Saladillo una cámara digital para circular de una persona a otra filmando Cazón. Ella recoge todos los trabajos y los edita en un montaje colaborativo. La edición no es un amontonamiento sin filtro del material crudo. Ella da la cámara como un regalo: eventualmente cada participante/cineasta devuelve el regalo mediante un video. Ella no sólo acepta el retorno, sino que no puede dejar que el trabajo sea una recolección de contra-regalos: ella tiene que dar reciprocidad mediante el gesto de la autoría: la edición entonces se vuelve

una ola de reciprocidad más que un acto de collage. Aquí el gesto de autoría es necesario no para apropiarse del trabajo sino para dar reciprocidad al gesto. El material a veces toma la forma de una selfie tosca de ángulos rotos. Pepe comienza regando las plantas ubicadas en una cuadrícula de macetas. La cámara se mueve con la acción de regar. Para Luciano, el campo de fútbol es el espacio de rodaje y el potrero. No hay guión ni historia. El cuerpo, los árboles, lo encuadres y los insectos voladores murmuran: en el potrero la intimidad existe en la pelota que rueda entre el pasto y el pie. ¿Podemos producir sin la contaminación química de lenguaje, sonido e imagen? Es sometiendo la edición activa a los encuadres de los otros, que el proyecto propone la relación horizontal entre artistas y no artistas y entrega el gesto mismo de la autoría. Al ubicar un texto sobre agroecología en el centro del trabajo de video ¿está Ige comentando algo acerca de la relación entre arte e imagen y sobre el status del arte? ¿Está el arte en ese estado precario de gratificación instantánea con el que la imaginería rápida lo ha devaluado, del mismo modo que nuestra relación con las plantas, el alimento y la agricultura está devaluada con la producción basada en químicos? El gesto de Ige de donar la cámara inicia el proceso de *la mateada* y su montaje abre la posibilidad de editar como jardinería de nuestro entorno próximo que entonces involucra a una comunidad más amplia.

## INTENSIDAD Y DIFERENCIA

Mientras en algunos trabajos el pulso inicial es acumular y recolectar, no está limitado al amontonamiento sino a la intensidad. Al momento de gritar existimos, la masa se volvió intensidad. Al momento de hacer sonar una planta, el contacto se volvió intensidad. Aplaudir también puede generar intensidad.

*Notas domésticas* de Nathalie Wuerth es un proyecto en curso donde se les pide a mujeres que registren el ciclo de trabajo no remunerado durante las veinticuatro horas previas y lo dibujen en un diagrama con forma de re-

loj. En Cazón, Wuerth invita a cocineras de la escuela primaria a registrar el trabajo no rentado en sus casas. Moviéndose en torno al reloj ella crea una pieza musical al pedirle a cada una que aplauda proporcionalmente con el trabajo no pago. Cuando oí la grabación resultante, sentí momentos de intensidad sonora -de unión- que se funden con otros momentos. El aplauso es el sonido del contacto, de aprobación y reconocimiento. Momentos de autonomía de la palmada y momentos de inmersión en ritmos diversos. En la inmersión yace la calidad exponencial de la intensidad del aplauso, de hacer oír la muda naturaleza del trabajo femenino impago.

Las variaciones en la intensidad de la labor física, en el empuje o en la presión de la mano pueden hacer visible lo que sistemáticamente se ha hecho invisible. En el Vivero Municipal de Cazón, mi proyecto *Las existencias* le pide a los trabajadores que usen objetos y plantas para hablar del patrimonio intangible y de los intercambios afectivos que se dan en el vivero. A pesar de haber comenzado con lapiceras y lápices de colores, el tractor, la carretilla, el suelo y el agua fueron las herramientas maestras para el dibujo colectivo en papel y en otros materiales encontrados. En la escena, sus cuerpos movían con dignidad una pesada carretilla en una tela amarilla encontrada en la residencia, ahora tendida en el suelo. Ellos se gritan entre sí, cuánta agua es necesaria, cómo empujar la carretilla y cuál es la mejor dirección para obtener la mayor presión. Rápidamente la huella del tractor con las ruedas mojadas empieza a ser visible en el lienzo. Hay espacio para múltiples encuentros, los intercambios diarios, la historia de las dinámicas humanas: todo condensado en la fuerza y en la intensidad colectiva de la huella, esa es la herramienta compartida. En esa herramienta compartida, en la respiración del empuje, en contraste con la lisura de la imagen, experimentamos momentos de conjunción. ¿Existe en ésto un momento de felicidad o contento?

La inusual encuesta en Cazón dirigida por Cecilia Musicco, propone preguntas sobre felicidad o satisfacción, y propone desencadenar emo-

ciones acerca de lugares, trabajos, tareas, habilidades aprendidas o deseos de cambio de distintos espacios en uso o abandonados. Para cada pregunta, las respuestas no son sumadas en categorías sino listadas con toda la diversidad de lenguaje que se usa en las respuestas. Una de las preguntas es ¿qué sentís cuando oís el nombre de tal espacio? Por ejemplo para el Vivero Municipal, las respuestas varían: entusiasmo, satisfacción y orgullo tanto como resignación, miedo, tristeza o tranquilidad. La metodología de esta encuesta desafía las prácticas sociológicas convencionales que sintetizan las declaraciones y revocan a la riqueza del lenguaje necesario para articular cualquier impacto afectivo. Las tablas del estudio, presentan columnas de respuestas que muestran frecuencias estadísticas entre el 0,4 % al 1,3% de la población: con esta decisión el estudio desafía el automatismo de nuestros comportamientos y le disputa la taxonomía de las personas a la disciplina de la sociología.

Ya sea a través de la taxonomía de las disciplinas, los *emoticones* planos o los botones *me gusta* de las redes sociales, la simplificación y el amontonamiento crea homogeneidad y aparenta armonía. Un ensayo puede tener una armonía fingida. Yo no pude encontrar una conclusión. Pienso que en la utopía no hay declaraciones conclusivas. Muchos poemas, y uno, tal vez éste pueda servir para la ocasión:

*Distribuir las posesiones materiales*

*Es dividir las*

*Distribuir posesiones espirituales*

*Es multiplicar las*

Josef Albers, *Poems and Drawings*, 1958

# CULTIVAR REDES, CRIAR ESPAÇOS E COLETIVIZAR SOLUÇÕES

*Bruno Negrão<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> **Bruno Negrão** é formado em Jornalismo pela UFRJ, depois de uma breve e desiludida carreira na indústria fonográfica, encantou-se pela cozinha e tudo que gira em torno dela. Cozinheiro e sócio-fundador da Comuna, espaço multidisciplinar situado em Botafogo, coordena o núcleo de Comida. Feirante e entusiasta da comida boa, local e justa, é responsável pelo planejamento estratégico da Junta Local e o DJ oficial das feiras.

A culinária é mais que uma expressão cultural. É algo que transforma a experiência coletiva de um grupo em elementos palpáveis e transmissíveis. O conjunto de saberes e técnicas transmitidos oralmente de geração a geração, os conhecimentos empíricos sob determinadas combinações, formas de preparo e/ou armazenagem, os utensílios usados na cozinha... tudo isso conta uma história. Mais do que isso, é um reflexo dela. Somos quem somos e comemos o que comemos, pois há milhares de anos atrás seres humanos se aventuraram em experimentar. Em ir além do conhecido e do familiar, e através dos erros, do acaso e das experiências acumuladas, criaram sentidos comuns e fizeram emergir culturas. Um diário escrito em muitas mãos e passado adiante. Foi assim que aprendemos que cebola e alho auxiliam na digestão da carne vermelha, ou que uma planta venenosa pode ser cozida por horas a fio e assim se tornar comestível. Entre a curiosidade pelo novo e o medo dele, fomos evoluindo para nos tornarmos o onívoro complexo e multifacetado que somos.

Ao curso do tempo, esses conhecimentos foram se reajustando, captando as peculiaridades de cada região, sendo influenciado pela história humana e criando seus registros locais. Não é à toa que pratos e saberes culinários estão diretamente ligados a espaços e povos. Numa constante evolução, fomos colidindo conhecimentos em infindáveis rotas de especiarias. A mandioca, raiz de origens míticas para inúmeros povos indígenas brasileiros (o presente de Tupã para os homens) foi apresentada para

os europeus na época das Grandes Navegações e rapidamente assimilada pelo riquíssimo valor nutricional de sua farinha e pela durabilidade maior do que farinha de trigo. Rapidamente, a mandioca chegou à costa da África, onde cultivou-se em larga escala para atender as embarcações de diversas potências da época. A banana, originária do sudeste asiático e que veio parar nas Américas por mãos de colonizadores portugueses e espanhóis, se tornou um fruto emblemático de nosso país. A própria batata, base de grande parte da culinária bretã, fez o caminho inverso e saiu das montanhas das Américas para ser o alimento do campesinato irlandês e inglês durante séculos.

São nessas trajetórias sinuosas e rizomáticas que nascem os registros, as culinárias típicas de uma determinada região. Para além do *terroir* (a colaboração da natureza na criação da singularidade espacial de um determinado alimento por conta dos elementos específicos de uma região) existem os encontros. A fusão dos saberes que sintetizam novas visões. A culinária brasileira é um exemplo disso. Uma grande mescla entre indígenas, africanos e europeus, num mesmo caldeirão cozido lentamente ao longo do tempo e que foi se incorporando de diferentes formas ao longo das muitas regiões do país.

Dentre as culinárias regionais que vêm à cabeça quando pensamos em comida *brasileira*, da baiana à mineira, da paraense à capixaba, a “cozinha” carioca nunca se destacou. Faltam pratos típicos, ingredientes chaves e, sobretudo, ritos e espaços de significação e de convívio através da comida. Importamos há décadas (senão séculos) receitas e técnicas, seja de estados vizinhos, seja do além mar.

O antigo mercado municipal do Rio (inaugurado em 1908 para funcionar como o centro de abastecimento da cidade, que era também uma jóia arquitetônica, de inspiração nos grandes mercados de ferro europeus, e incrustada de frente pro mar) foi posto abaixo para dar lugar a avenida Perimetral há décadas atrás. O cálculo que justifica essa esco-

lha, teve como resultado colateral o esvaziamento da cultura gastronômica da cidade. A falta de espaços foi estreitando a oferta de tal maneira que - há alguns anos - produtos de origem artesanais só chegavam em vitrines de empórios *gourmets*, nos bairros ricos da cidade. Se não existe acesso, por uma regra bem simples e direta, não existe desenvolvimento. E nesse sentido, o Rio de Janeiro sofreu um processo contínuo de desertificação da sua culinária..

Dentre essa aridez, uma vocação se manteve. As feiras de rua são um dos últimos bastiões em torno da esmorecida cultura gastronômica da cidade. Porém, com dois problemas graves: a falta de variedade e o sistema do qual ela faz parte. Por mais onipresentes e sedimentadas no dia a dia do carioca, a variedade se limita a hortifrutis em geral (com as mesmas opções, quase sempre iguais de barraca a barraca), peixe e aves. Uma ou outra ainda arrisca incluir um queijo ou algum farináceo. Mas produções artesanais, de geleias a pães e outros produtos, não. Além disso, a grande maioria das barracas (com exceção do circuito de feiras orgânicas da cidade) são a ponta final de um sistema alimentar estruturado em grandes corporações, uso indiscriminado de agrotóxicos, fertilizantes químicos, exploração de mão de obra agrária e outras vicissitudes. Muitas dessas barracas não cultivam sequer um alface. São intermediários que, por sua vez, compram de outros intermediários, numa escala sucessiva até chegar ao produtor, que via de regra retém a menor parte disso tudo.

Enquanto isso, imersos nesse contexto, começamos a nos defrontar com esses problemas e buscar referências e ideias que virassem possíveis soluções. Eu, Bruno Negrão, ao mesmo tempo que iniciava minha jornada como cozinheiro, fui adentrando cada vez mais no universo da economia solidária e do consumo consciente. Quando inauguramos a Comuna, espaço multidisciplinar em Botafogo (Rio de Janeiro), focado sobretudo em comida e música, buscava pôr em prática minhas pesquisas e garantir um fornecimento provenientes de produtores locais, vinculados à eco-

nomia solidária e agricultura familiar, mas o desafio se mostrou enorme. Para além dos grupos de compra coletiva, que existiam na época, como a Rede Ecológica, o acesso a esses produtos custava caro. O circuito de feiras orgânicas atendia a um público muito específico, disposto a pagar 5 a 6 reais por uma alface. Isso pra realidade de uma cozinha é inviável. A busca para além desses espaços era difícil e desencorajadora. Faltava informações, espaços para encontrar os produtores eram quase inexistentes, e uma pesquisa de campo significaria tempo e recursos disponíveis para isso, o que não era a realidade. De que forma produzir comida fora do nosso atroz sistema alimentar? E sobretudo, como conseguimos acesso ao que sabemos que é produzido, mas não encontramos? Uma resposta simples veio à cabeça: façamos uma feira. Um lugar de encontro e abundante em variedade, de pães artesanais à queijos de leite cru, chás, vinhos, embutidos, geléias, café, e o que mais vier. Contudo, o desafio permanecia: quem são e onde achar esses produtores?

Paralelamente, Thiago Nasser e Henrique Moraes estavam na outra ponta dessa questão. Até início de 2014, trabalhavam numa empresa que prestava capacitação para pequenos produtores de vieiras em Ilha Grande. O projeto visava ajudá-los e instruí-los para conseguirem, assim, acessar ao mercado carioca. Logo perceberam que o caminho adotado pelo projeto não refletia o que eles acreditavam. Ainda se pensava nos moldes do sistema alimentar vigente ou seja, negociar com grandes redes varejistas para exposição do produto, investir pesado numa estratégia de marketing voltada para o tal do mercado - assessoria de imprensa, lobby com *chefs* famosos e etc. Inspirados por diversos projetos de outros países (como o Food Assembly e Good eggs), eles viram que existia uma alternativa real a esse molde, que confere uma importância para coisas supérfluas como mais uma forma de intermediar uma relação que deve ser a mais direta possível. Começaram o esboço da Sacola Virtual, a outra perna da Junta Local. Uma ferramenta que busca manter a proximidade

entre compradores e produtores, garantindo acesso aos seus produtos através de uma plataforma de compra que permite ao produtor saber exatamente o quanto vendeu, dias antes da entrega.

O interesse em comum pela comida e o entendimento da alimentação como algo fundamental da organização social, econômica e cultural humana, nos juntou, e rapidamente começamos a cozinhar a ideia do que se transformaria na Junta Local.

Percebemos que a feira e a sacola virtual são partes de um mesmo sistema e entender isso foi o ponto chave para que tudo fosse posto em marcha. Para a sacola existir, antes precisávamos encontrar produtores dispostos a participar dela... uma tarefa bem complicada no Rio de 2014. Ao mesmo tempo, tínhamos que encontrar pessoas dispostas a comprar desses produtores até então desconhecidos, num site também sem nenhum histórico. Ou seja, não tínhamos massa crítica nem para um lado nem para o outro.

Não tínhamos tempo (nem dinheiro) para passar meses a fio buscando produtores e montando todo um plano de negócio. Então, resolvemos fazer uma feira com o espaço e recursos que tínhamos disponíveis na Comuna (tampos e cavaletes) e postamos uma convocatória no Facebook. Usamos a rede da Comuna, que sediou nossa primeira feira, explicamos nossa visão, o que queríamos para o projeto e o perfil de produtores que procurávamos. Foi nesse momento que percebemos o poder de encontro da época colaborativa que vivemos.

Em menos de uma semana, mais 20 pessoas interessadas em participar entraram em contato. Descobrimos o que já estava por aí, mas por demais fragmentado. Inúmeros projetos já existiam mas sem muita interação. Ao criar esse espaço comum, a Junta conseguiu centralizar, num espaço físico e virtual, esses produtores dispersos, formando uma comunidade que partilha certos valores chave. Uma soma de forças necessária quando tem que se dividir o tempo entre produzir, empreender e promo-

ver seu próprio negócio.. É uma velha noção urbana, as praças, os mercados e, até mesmo, os shoppings e centro comerciais de hoje. Concentrar empreendimentos num só espaço para maximizar a exposição deles. O tal do “*marketplace*” para os marketeiros e afins. A Junta só foi bem sucedida por garantir isso, um ponto de convergência, mas de uma forma diferente: horizontal, inclusiva e mais humana.

Ao mesmo tempo, percebemos a demanda reprimida de uma parte dos moradores da cidade de retomar espaços de convívios comuns, da troca de saberes e do contato direto com quem produz o que você consome. O tal do “*farm to table*”, a preocupação com uma alimentação de procedência, a valorização do produtor, e todas essas noções que surgiram junto com a contracultura do início dos anos 70, ganhou tração no início dos anos 2000. Em 2010, tornou-se quase uma presença garantida em restaurantes e lojas descoladas nas grandes metrópoles mundias. Dessa forma, não foi difícil se destacar numa cidade tão carente de projetos com esse perfil. Da mesma forma que a resposta a convocatória de produtores foi uma surpresa, o público das feiras seguiu o mesmo padrão. Na terceira edição, no final de 2014, já havíamos recebido convites de espaços para hospedar a Junta em esquema de parceria (como a Casa da Glória, que até hoje mantemos edições trimestrais por lá). Daí vieram convites para eventos no MAM, em julho de 2015, na praça Mauá, na Casa França Brasil e por aí em diante. Sem isso, dificilmente teríamos conseguido crescer tão rapidamente. As parcerias garantiram uma certa blindagem para a Junta manter sua premissa de ser uma plataforma de baixo custo, fornecendo ora estrutura (elétrica, equipe e etc), ora capital político para não sofrermos nas mãos da vigilância sanitária e de suas regras anacrônicas (que basicamente proíbem servir comida na rua).

No ano seguinte, em 2016, vimos a Sacola Virtual se solidificar e virar uma rotina na vida de muitas pessoas. A primeira entrega foi em outubro de 2014, e tivemos apenas 14 pedidos, movimentando apenas

R\$2000 para os produtores. Fixamos o ponto de entrega quinzenal na Comuna. Com o tempo e a exposição que a Junta teve esse número disparou. Em novembro de 2015 já havíamos atingido a marca de mais de 200 pedidos, e no primeiro trimestre de 2016, atingimos o nosso teto (uma vez q o espaço da Comuna é limitado): 320 pedidos movimentando um total quinzenal de R\$55,000 para os produtores. A recorrência de pessoas é marcante, de famílias a jovens casais, de pessoas preocupadas com alimentação saudável ou “*foodies*”, o público que bate ponto nas entregas é ainda mais diverso que o público da feira. São pessoas que mudaram sua forma de compra e escolheram encher suas dispensas, sempre que possível, através da Sacola Virtual. O preço é um diferencial. Por mais que existam muitos produtos caros e elitizados, para padrões mercadológicos, eles ainda são um bom negócio. Um queijo de cabra que custaria no supermercado R\$25, é vendido pelo mesmo produtor a R\$18, com a garantia de que, no final, ele receberá muito mais pela venda. Em termos de hortifruti a diferença é ainda mais marcante: alface orgânica a R\$2,50 (em torno de R\$5 nos mercados tradicionais), ovos caipiras a R\$10 a dúzia, enquanto até no mercado considerado “barato” já está custando R\$17 a dezena. Se as feiras são o ponto de encontro e o momento de troca, a Sacola Virtual é a forma cotidiana de se escapar desse modelo e criar um novo sistema.

E assim cumprimos nosso primeiro desafio: garantir uma permanência e criar uma comunidade. Nesse tempo, percebemos que nossa maior potência é nossa capacidade de convergir demandas e coletivizar soluções. Passamos, então, ao segundo passo: gerir as relações e demandas dos membros principais dessa comunidade, os produtores

Dentro da nossa filosofia, acreditamos que o principal agente de qualquer cadeia produtiva é quem produz! Se toda a estrutura não se basear nessa premissa, já começa errado. Muda-se a perspectiva do que um intermediário representa no processo, um facilitador, um parceiro, não

uma relação opressora... Logo, não é justo pagar 2,50 por uma bandeja de cogumelo que será vendida a R\$14. Tampouco é justo cobrar 50% de comissão por facilitarmos a venda de um determinado produto. Ao mesmo tempo, todo o trabalho envolvido para que a Junta aconteça não tem como ser integralmente voluntário, e os próprios custos de operação do negócio demandam uma receita contínua. Estabelecemos portanto uma comissão inicial de 15% sobre a venda. Esse valor se manteve desde o início, mas com uma pequena mudança.

No início de 2016, tínhamos um grave problema de liquidez. Em outras palavras, não faturamos o suficiente e só conseguimos custear a operação. Estávamos crescendo e ganhando notoriedade e público, mas faltava braço. Numa das assembléias periódicas que fazemos com os produtores (uma forma de validar os rumos do projeto e as decisões que pretendem ser tomadas, ouvir feedbacks e trocar ideia) expomos a todos nosso problema. Um deles propôs uma solução: criar um modelo associativo, que garantisse um contribuição mensal para a Junta, além da comissão paga sobre as vendas na feira ou na sacola virtual. Garantir uma receita base para que conseguíssemos, assim, resolver nosso problema de estrutura. Dessa idéia, e após um longo tempo de debate, pesquisa e desenvolvimento, chegamos ao que batizamos de modelo ajuntativo. A premissa é simples: além dos 15%, o produtor paga uma taxa de R\$150 mensal. Isso garante a ele o status de ajuntado, que além de manter a sua contribuição em 15% (não-ajuntados passam a pagar 25%), também oficializa a nossa dinâmica coletiva. Ajuntados participam das assembleias, recebem boletins mensais, sessões de fotos coletivas (para seus produtos), participam de workshops organizados para eles, e também integram grupos de trabalhos temáticos. Após validarmos o modelo com todos os produtores, inauguramos em junho de 2016, obviamente com um belo churrasco de celebração (outra marca registrada dos nossos encontros, em que cada produtor traz alguma coisa e quando se vê a mesa está cheia

e as chopeiras fervendo ). Nosso maior desafio desde então foi garantir a constância de participação de todos os ajuntados nas feiras, uma matemática bem complicada, visto que atualmente temos 110 ajuntados e cada feira comporta no máximo 50 produtores.

Em março de 2017, após meses tentando, conseguimos a liberação da Prefeitura para realizarmos feiras mensais em 2 pontos fixos na cidade: Todo primeiro domingo do mês na Rua Capistrano de Abreu em Botafogo, e todo terceiro domingo do mês na Praça Santos Dummont, na Gávea. Junto a elas, outra feira fixa mensal, que ocorre nos últimos sábados do mês. É a que realizamos em parceria com o projeto Chega Junto, outra cria da Junta, focado em usar a comida como forma de integração social para refugiados e outros imigrantes que vivem na cidade. Com esse novo calendário, garantimos um rodízio mais amplo e a possibilidade de contemplar todos os produtores de nossa rede. Além do fato de termos finalmente concretizado nossa vocação: ser uma feira de rua, com regularidade e pontos definidos

Simultaneamente, reconhecemos nossas limitações. O projeto ainda é elitizado. Concentra-se numa parte da cidade abastada e muitos dos preços refletem esse paradigma. E sobretudo, os locais em que circulamos concentram-se no eixo centro-zona sul. Além disso, o perfil dos produtores que pertencem a nossa rede ainda reflete a nossa prospecção reativa. Quase todos produtores urbanos, ou produtores rurais que possuem uma certa facilidade de acesso e, através da internet, conseguiram chegar até nós. Muito trabalho ainda deve ser feito. A Junta não pretende estagnar e refletir os desejos e demandas de apenas um nicho abastado da cidade. Queremos ser um dos agentes ativos para a transformação social e rural de nossa cidade, estado e país. Agora, com a estrutura definida e com uma equipe sólida, queremos expandir nosso alcance e ir atrás de outros fazedores culinários e produtores rurais. Atuar junto a movimentos sociais e a órgãos públicos para incluir produtores de zona agrárias mais remotas e

integrá-los à rede da Junta. Criar novos pontos de entrega em outras áreas da cidade e conseguirmos novos endereços para as feiras fixas na Zona Norte, Zona oeste e até mesmo fora da cidade.

Se definimos a Junta como uma comunidade, precisamos pensar de forma sistêmica, como um todo. Até agora, focamos nossos esforços e projetos em apenas um aspecto de toda dinâmica social que envolve a produção de alimentos: a venda. Com as feiras e o projeto da Sacola virtual expandindo para novos pontos de entrega pela cidade, garantimos a demanda necessária para que boa parte de nossos produtores consigam um sustento e assim seguir produzindo. Muitos cresceram a ponto de abrirem lojas próprias, como no caso da The Slow Bakery, que via crowdfunding abriu uma padaria e café em botafogo, ou a Hocus Pocus, cervejaria carioca premiada festivais a fora e que recentemente abriu um bar para servir apenas suas criações. Contudo, para além da criação de um mercado, outras áreas precisam ser estudadas e desenvolvidas. A logística ainda é um gargalo para muitos, assim como a armazenagem, legalização e outros. Sob a mesma premissa de convergir demandas e coletivizar soluções, queremos investir nessas áreas e desenvolvê-las junto a nossa comunidade. De um mercado e armazém coletivo, sistema de transporte baseados em rotas comuns, a um manual aberto de regularização ou uma cozinha colaborativa de produção, muitas ideias estão na mesa. Dedicção, cuidado, coletividade e tempo são os ingredientes principais, para num fogo baixo, engrossar o caldo de uma nova cultura alimentar no Rio de Janeiro.



Este livro foi composto em  
Arno Pro 10/16 pt e impresso em agosto  
de 2017 pela gráfica Renovagraf

Ocupar a economia. O mote utilizado pelos movimentos sociais do início da década - seja na Tunísia, Espanha, Nova York ou Rio - também reverbera nestas páginas. Já não podemos estar à mercê de um complexo financeiro cujo objetivo principal é o lucro, antes da vida. No entanto, somos dependentes desse complexo: não vivemos sem bancos, cartões, financiamentos.

Há alternativas? As propostas desse livro incluem cooperativas, moedas e bancos, mas também economias criativas, artísticas, escapistas. E para além das alternativas: que ideias chegarão a incomodar, de fato, a ordem vigente? Sem subversões - poéticas ou não - não se faz uma revolução.

Bruno Vianna

**Imotirô**

ISBN: 978-8566-125-04-7



9 788566 125047

